

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**THAÍS PEIXOTO**

**O MODO DE FAZER A GUERRA DO ORIENTE MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA  
GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA DO IRÃ, A BAGAGEM BRITÂNICA E A  
INTERFACE COM A TRANSFORMAÇÃO MILITAR DOS EUA**

**Porto Alegre**

**2022**

**THAÍS PEIXOTO**

**O MODO DE FAZER A GUERRA DO ORIENTE MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA  
GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA DO IRÃ, A BAGAGEM BRITÂNICA E A  
INTERFACE COM A TRANSFORMAÇÃO MILITAR DOS EUA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre**

**2022**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Peixoto, Thais

O modo de fazer a Guerra do Oriente Médio: A experiência da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, a bagagem britânica e a interface com a Transformação Militar dos EUA / Thais Peixoto. -- 2022.

130 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Guarda Revolucionária Islâmica do Irã. 2. Modo  
de fazer a guerra no Oriente Médio. 3. Transformação  
Militar. 4. Guerra não convencional. I. Quedi Martins,  
José Miguel, orient. II. Título.

**THAÍS PEIXOTO**

**O MODO DE FAZER A GUERRA DO ORIENTE MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA  
GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA DO IRÃ, A BAGAGEM BRITÂNICA E A  
INTERFACE COM A TRANSFORMAÇÃO MILITAR DOS EUA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

UFRGS

---

Dr. Major Jean-Pier Vasconcellos Esquia

Diretoria de Material do Exército

*A Fany Patrícia Fabiano Peixoto e Gilton Rodrigues Peixoto,  
meus alicerces e maiores inspirações.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à República Federativa do Brasil e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela concessão do ensino público de excelência, onde tive a honra de me desenvolver nos âmbitos acadêmico, profissional e pessoal durante os cinco anos da graduação.

Agradeço também à minha família, por terem sido meus maiores apoiadores, meu porto seguro, e pelo amor e incentivo diários, viabilizando o meu estudo em um estado diferente do qual residem. Sou imensamente grata aos meus pais, Fany Patrícia Fabiano Peixoto e Gilton Rodrigues Peixoto, por todos os conselhos, palavras encorajadoras e confiança concedidos a mim durante todos esses anos. Agradeço também minhas irmãs, Bianca Peixoto e Letícia Peixoto, por terem sido meu alicerce, mesmo que à distância, e por cada um dos abraços apertados, ligações e palavras acolhedoras.

Sou profundamente grata ao meu estimado orientador, José Miguel Quedi Martins, por ter despertado em mim o ímpeto do estudo da Segurança Internacional e a disposição para buscar sempre a autonomia intelectual. As diversas cadeiras lecionadas e as horas de trabalho no escritório foram fundamentais para a minha formação acadêmica, e afirmo com certeza que as reflexões sobre história, política, relações internacionais, e até mesmo sobre a própria vida seguirão eternamente comigo. Agradeço pelo apoio incansável no processo de pesquisa e elaboração deste trabalho, tornando-o viável.

Agradeço à Turma 14 de Relações Internacionais, e em especial aos grandes amigos que compartilharam comigo a rotina acadêmica trilhada até o momento da formatura: Alberto Helale Elnecave, André Lucas Silva Pereira, Artur Holzschuh Frantz, Eduarda Sarmiento Stephanou, Guilherme Carvalho, João Pedro Albersheim Dias, Juliana Zanini da Silva, Leonardo Beheregaray Seben, Luana Araújo Martins, Marcela Bittencourt Braga, Maria Eduarda Variani, Martina Pereira Campos, Pedro Bandeira dos Santos, Tyago Driemeyer e Victoria Ellwanger Pires. Vocês se tornaram a minha família no Rio Grande do Sul, e sou eternamente grata pela amizade que cultivamos e por cada um dos momentos compartilhados que nos levaram à onde estamos hoje.

Agradeço à Léo Vignol Lelarge e a Rodrigo do Amaral Porciuncula, grandes amigos que as Relações Internacionais trouxeram à minha vida. Sou grata a amizade, as conversas, o apoio e o zelo, que me presentearam com grande leveza e memórias inigualáveis.

Meus sinceros agradecimentos aos professores que compõem a banca de avaliação deste trabalho, Érico Esteves Duarte e Jean-Pier Vasconcellos Esquia, pela disponibilidade em examinar esta monografia e todas as suas inerentes limitações.

*Airpower, no matter how awesome, cannot police newly liberated countries – or build democratic governments. The army needs to tackle the task of "imperial" policing – not a popular duty, but one that is as vital to safeguarding U.S. interests in the long run as are the more conventional war-fighting skills on display during the second Gulf War (BOOT, 2003, p. 57).*



## RESUMO

Este trabalho constitui-se em um ensaio que mescla uma abordagem histórico-explicativa com uma ênfase preditiva, com o objetivo de examinar de que forma o “modo de fazer a guerra do Oriente Médio” emergiu, e seus respectivos desenvolvimentos e repercussões, em especial para as experiências da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na região, bem como para a atuação da Guarda Revolucionária Islâmica na realidade das guerras do Oriente Médio. Dessa forma, traça-se uma perspectiva histórica que remonta a relação político-militar entre o Império Turco-Otomano e a Inglaterra no século XVIII, concomitantemente com a recuperação da experiência inglesa em guerras travadas em solo europeu (Guerra da Sucessão Espanhola, Guerra dos Sete Anos), e a forma como a injeção destes acúmulos históricos resultou no “modo britânico de fazer a guerra”. Posteriormente, para elaborar a experiência estadunidense nesse sentido, recupera-se as origens do pensamento da Transformação Militar e a cosmovisão que deu origem ao que foi proposto por Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld: uma redução das Forças Armadas dos EUA ao padrão das operações especiais. Isso é feito através da retomada da atuação dos EUA em relação ao Oriente Médio no contexto da guerra fria, perpassando os motivos que levaram à criação do United States Special Operations Command (USSOCOM), e a forma como este foi empregado na guerra contrarrevolucionária, objetivando fustigar a periferia soviética. Em seguida, é realizada uma análise sobre o comportamento da Guarda Revolucionária Islâmica em um contexto de conflagrações regionais, bem como uma apresentação das capacidades da força iraniana. Finaliza-se o trabalho examinando três possíveis cenários sob os quais se daria uma guerra entre Estados Unidos e Irã, operacionalizando o que foi desenvolvido ao longo do estudo.

**Palavras-chave:** Guarda Revolucionária Islâmica; United States Special Operations Command; Guerra não-convencional; Transformação Militar; Modo britânico de fazer a guerra.

## ABSTRACT

This monography combines a historical-explanatory approach with a predictive emphasis, aiming to study how the “Middle East’s way of war” emerged, and its respective developments and repercussions, concerning particularly the experiences of Great Britain and the United States in the region, as well as for the role of the Islamic Revolutionary Guard Corps in the reality of the Middle East’s wars. Therefore, a historical perspective is drawn, going all the way back to the political-military relationship established between the Turkish-Ottoman Empire and Great Britain in the 18th century, concomitantly with the analysis of the English experience in wars fought on European soil (War of the Spanish Succession, War of the Seven Years), and the way in which the injection of these historical accumulations resulted in the “British way of war”. Subsequently, to elaborate the American experience in this sense, the origins and the cosmovision of the Military Transformation, a concept proposed by Paul Wolfowitz and Donald Rumsfeld: a reduction of the US Armed Forces to the standards of special operations. This is done through the resumption of the US action in the Middle East in the context of the Cold War, covering the reasons that led to the creation of the United States Special Operations Command (USSOCOM), and the way in which it was used in the counterrevolutionary war, harassing the Soviet’s periphery in that context. Afterward, an analysis of the Islamic Revolutionary Guard Corps in a context of regional conflagrations is carried out, as well as a presentation of the capabilities of the Iranian force. The monography ends by examining three possible scenarios under which a war between the United States and Iran would take place, operationalizing what was developed throughout the study.

**Keywords:** Islamic Revolutionary Guard Corps; United States Special Operations Command; Unconventional warfare; Military Transformation; British way of war.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O MODO BRITÂNICO DE FAZER A GUERRA NO ORIENTE MÉDIO .....</b>	<b>20</b>
2.1	O NASCIMENTO DO ORIENTE MÉDIO MODERNO E A RELAÇÃO ENTRE A GRÃ-BRETANHA E O IMPÉRIO TURCO OTOMANO.....	21
2.1.1	Campanha contra o Movimento Wahhabista (1811-1818).....	25
2.1.2	Conquista egípcia do Sudão (1820-1824).....	26
2.1.3	Guerra de Independência Grega (1821-1829), Conquista egípcia da Síria (1831-1832).....	27
2.1.4	A intervenção europeia no Egito: hibridismo imperial.....	30
2.1.5	A conquista britânico-egípcia do Sudão (1896-1899) e a Rebelião do Mahdi (1881-1899).....	32
2.2	A COMPONENTE TRIPARTITE DO MODO BRITÂNICO DE FAZER A GUERRA: MARLBOROUGH, PITT E CHURCHILL .....	35
2.2.1	Oriente Médio: Guerra Irregular e Estratégia de Guerra Revolucionária.....	37
<b>3</b>	<b>O MODO ESTADUNIDENSE DE FAZER A GUERRA NO ORIENTE MÉDIO .....</b>	<b>47</b>
3.1	AS FORÇAS ESPECIAIS E A COSMOVISÃO QUE PRECEDE A TRANSFORMAÇÃO MILITAR.....	47
3.2	O FIM DA GUERRA FRIA E A INFLUÊNCIA DOS EUA NO ORIENTE MÉDIO.....	49
3.2.1	A contrarrevolução no Terceiro Mundo e a criação do USSOCOM .....	53
3.2.2	A Guerra do Golfo de 1991.....	54
3.2.3	A embriaguez do êxito .....	55
3.2.4	A Guerra do Iraque de 2003.....	57
<b>4</b>	<b>O MODO DE FAZER A GUERRA DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA DO IRÃ.....</b>	<b>60</b>
4.1	ORDEM DE BATALHA DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA... 60	
4.1.1	Forças terrestres da Guarda Revolucionária Islâmica.....	61
4.1.2	Forças navais da Guarda Revolucionária Islâmica .....	63

4.1.3	Forças aéreas da Guarda Revolucionária Islâmica .....	64
4.2	ATUAÇÃO DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA NA REALIDADE DE GUERRA DO ORIENTE MÉDIO .....	64
4.2.1	Guerra Irã-Iraque (1980-1988).....	66
4.2.2	Guerra do Líbano de 2006 .....	71
4.2.3	Guerra da Síria (2011-presente).....	76
4.2.4	Pós-guerra do Iraque de 2003 .....	79
4.2.5	Guerra civil do Iêmen (2015-presente).....	82
<b>5</b>	<b>OS CENÁRIOS DE GUERRA ENTRE EUA E IRÃ.....</b>	<b>85</b>
5.1	O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO .....	85
5.2	CENÁRIOS DE GUERRA ENTRE IRÃ E ESTADOS UNIDOS .....	90
5.2.1	Invasão e ocupação total .....	91
5.2.2	Ataques aéreos .....	99
5.2.3	Invasão encabeçada por Israel.....	106
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo examinar de que forma o “modo de fazer a guerra do Oriente Médio” emergiu, e seus respectivos desenvolvimentos e repercussões, em especial para as experiências britânica e estadunidense na região, e para a atuação da Guarda Revolucionária Islâmica na realidade das guerras do Oriente Médio. Desse modo, estabeleceram-se três hipóteses base para guiar esta pesquisa, sendo estas: (1) Há uma conexão entre o modo britânico de fazer a guerra e a experiência da Grã-Bretanha no Oriente Médio; (2) Estados Unidos e Irã se influenciam reciprocamente no modo de travar a guerra através de seus respectivos Comandos de Forças Especiais; (3) O United States Special Operations Command (USSOCOM) foi a força motriz para a Transformação Militar nos EUA, e a sua maturação deu-se através da experiência prática corporificada pelas conflagrações no Oriente Médio.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, confirmou-se que a primeira hipótese é verdadeira: por meio de uma retomada da relação político-militar entre o Ocidente e o Oriente Médio em uma perspectiva histórica, apresentando a correlação de forças entre estes atores e as influências recíprocas estabelecidas em momentos de conflagração, foi possível identificar uma linhagem tripartite do modo britânico de fazer a guerra – constituída por Marlborough, William Pitt e Winston Churchill. Dessa forma, este ensaio constituiu um modelo próprio do que significa o modo britânico de fazer a guerra.

No que diz respeito a segunda hipótese, esta foi parcialmente validada. No caso iraniano, parece que o país assimilou seu modo de fazer a guerra da experiência do convívio com as forças estadunidenses na região. Dessa forma, a Guarda Revolucionária Islâmica não representa, como havia se pensado no momento da formulação da hipótese, a expressão da síntese de um modo de fazer a guerra do Oriente Médio. É mais fácil vê-la enquanto um espelho do USSOCOM, do que como resultante de um acúmulo histórico da experiência de guerras regionais.

A terceira hipótese, por sua vez, não se confirmou. No decorrer do trabalho, observou-se que a criação do USSOCOM procurou ser a resposta um problema já identificado por Clausewitz e por Ludendorff, relacionado ao efeito causado pelo custo das perdas humanas e do sofrimento das populações face à guerra. Portanto, a redução das forças armadas ao padrão das Forças Especiais buscava dissipar os custos da guerra; quer fossem as perdas na linha de frente, ou o sofrimento infringido à população civil. No que tange a Transformação Militar, observou-se que

as tentativas de solução de ordem mais técnica apresentadas por Liddel Hart e pelo General Beaufre objetivavam deslocar a equação de custos, restringindo o contingente que participa da conflagração à profissionais. Ou seja, como pretendia Ludendorff, a guerra poderia ser utilizada como um instrumento da política nacional, sem que isso desembocasse em custos de ordem política, moral ou social. Procurou demonstrar-se que este raciocínio está na base da Transformação Militar pretendida por Donald Rumsfeld em 2002.

Para discorrer sobre o objetivo apresentado e testar as referidas hipóteses, foram propostos os seguintes capítulos: (1) O modo britânico de fazer a guerra no Oriente Médio; (2) O modo estadunidense de fazer a guerra no Oriente Médio; (3) O modo de fazer a guerra da Guarda Revolucionária Islâmica; e (4) Os cenários de guerra entre EUA e Irã.

O capítulo 1 discorre no primeiro momento sobre o nascimento do Oriente Médio moderno e como o modo britânico de fazer a guerra influenciou neste processo. Para tanto, remonta-se às origens do Oriente Médio moderno no século XVIII, estudando a interação e a influência recíproca estabelecida nos âmbitos político e militar entre o Império Turco Otomano e a Grã-Bretanha, a potência dominante à época. Segue-se definindo e expondo a formação do modo britânico de fazer a guerra, que encontrou sua expressão inicial na Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1704), sob a égide do Duque de Marlborough, perpassando pela experiência de William Pitt na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), e encontrando sua forma última sob Winston Churchill na Revolta Árabe (1916-1918). Como referido anteriormente, é por meio deste capítulo que se estabelece o componente tripartite do modo britânico de fazer a guerra.

O capítulo 2, dando continuidade ao raciocínio iniciado no capítulo anterior, retoma as origens do pensamento que desaguou na Transformação Militar que tomou forma nos EUA, com destaque para o papel que Willian Lind, um dos criadores da teoria da Guerra de Quarta Geração, e Donald Rumsfeld, secretário de Defesa no governo de George W. Bush, tiveram neste processo. Dessa forma, traça-se a evolução desta linha de raciocínio e sua relação com o envolvimento estadunidense em conflitos no Oriente Médio no contexto do fim da Guerra Fria até a invasão do Iraque em 2003, explicitando a forma como o United States Special Operations Command (USSOCOM) recebeu grande protagonismo neste processo. Este capítulo é crucial para as conclusões referentes a falta de conexão direta entre o Oriente Médio e o modo estadunidense de fazer a guerra; a função do USSOCOM; e a cosmovisão que orientou a Transformação Militar. Ou seja, deste capítulo tirou-se um dos principais aprendizados deste trabalho: a noção de que a

Transformação Militar é decorrente mais dos delírios militaristas da Guerra Fria do que de qualquer experiência real dos EUA no Oriente Médio.

Subsequentemente, no capítulo 3 parte-se para análise do comportamento da Guarda Revolucionária Islâmica (GRI) em um contexto de conflagrações regionais, bem como uma apresentação das capacidades da força iraniana. Identificam-se a ordem de batalha da Guarda Revolucionária e suas capacidades em termos de forças terrestres, aéreas e navais, posteriormente entendendo como estas foram mobilizadas na realidade de cinco conflitos armados definidores para a região: (1) Guerra Irã-Iraque (1980-1988); (2) Guerra do Líbano de 2006; (3) Guerra da Síria (2011-presente); (4) Pós Guerra do Iraque de 2003; (5) Guerra do Iêmen (2015-presente). Dessa forma, conclui-se que a GRI emprega o modo de fazer a guerra no Oriente Médio, em especial no que diz respeito a mobilização de capacidades anti-access/área denial (A2/AD). Este capítulo foi essencial para entender a dimensão da atuação da Guarda Revolucionária Islâmica e para estimar o efetivo que seria necessário por parte dos EUA para ocupar o Irã – 1,5 milhão de soldados. Tamanho efetivo tornaria necessária a volta da conscrição nos EUA, tornando os custos de uma possível campanha contra o Irã elevados e eventualmente imprevisíveis.

Finalmente, o capítulo 4 trata de examinar uma possível guerra entre Estados Unidos e Irã, aplicando o que foi desenvolvido ao longo dos capítulos 1 a 3. Isto é realizado através de uma breve contextualização sobre a evolução do programa nuclear iraniano e seus impactos na esfera doméstica e no âmbito internacional, seguindo para uma apresentação e operacionalização de três cenários sob os quais a conflagração entre Washington e Teerã poderia ocorrer – invasão completa; ataques aéreos; incentivo de um ataque por Israel. Da perspectiva dos EUA, observamos nesses cenários a aplicação dos preceitos da Transformação Militar, em uma tentativa de reduzir as Forças Armadas estadunidenses a uma condição de forças rarefeitas, dotadas de consciência de situação, iniciativa e mobilidade, acreditando-se que com iniciativa e pequenas unidades seria possível obter grandes resultados políticos (RUMSFELD, 2002, p. 15). No que diz respeito do entendimento iraniano, têm-se que a observação do comportamento da Guarda Revolucionária Islâmica – forças rarefeitas, irregulares, que se beneficiam do terreno e operam de forma descentralizada – em um contexto de guerra, buscando compreender também a experiência recíproca da GRI com o USSOCOM e a aplicação do modo de fazer a guerra no Oriente Médio por parte das forças iranianas. Deste capítulo, tirou-se a conclusão mais importante da pesquisa: a ideia de que as Forças Especiais, embora vocacionadas para ações de



ofensiva ou ataque, demonstram seu virtuosismo organizando a defesa na retaguarda. Operacionalizando o que foi desenvolvido no capítulo anterior, observa-se que foi a função defensiva da Guarda Islâmica, envolvendo a campanha terrestre, que impediu que ataques aéreos fossem efetivados contra o Irã, fazendo com que o caminho do JCPOA fosse seguido.

Objetivando satisfazer o objetivo proposto, realizou-se um ensaio que mescla uma abordagem histórico-explicativa com um enfoque preditivo (VAN EVERA, 2002, p. 106-108, p. 140). Para tanto, utiliza-se a definição de ensaio proposta por Rodriguez:

Ensaio é uma composição textual argumentativa que permite enunciar elementos concretos e abstratos com suficiente conflito, a fim de facultar que o leitor acompanhe o processo de combinação e transformação de ideias, podendo complementá-las ou delas duvidar, por conta de seu estilo de exposição (RODRIGUEZ, 2012, p. 92)

Uma pesquisa histórico-explicativa utiliza teorias academicamente reconhecidas, populares, ou deduções de “sentido comum” objetivando explicar causas, padrões ou consequências de casos históricos (VAN EVERA, 2002, p. 106). Uma tese preditiva aplica teorias para extrapolar o mundo futuro a partir dos eventos atuais ou de desenvolvimento futuros postulados (VAN EVERA, 2002, p. 108).

Tratando da relevância deste tipo de estudo, esta reside em justificativas de ordem acadêmica e social. Do ponto de vista acadêmico, têm-se a originalidade na abordagem do tema. Através de uma ampla e detalhada retomada da relação político-militar entre o Ocidente e o Oriente Médio em uma perspectiva histórica, apresentando a correlação de forças entre estes e como as influências recíprocas estabelecidas em momentos de conflagração incidiram sobre os perfis de força do Império Turco Otomano e da Inglaterra, concluiu-se que o modo britânico de fazer a guerra seguiu uma linhagem tripartite, como mencionado anteriormente. A justificativa do ponto de vista social dá-se pela importância sistêmica do Irã. Através da Guarda Revolucionária Islâmica e de seus *proxies*, o Irã já opera em diversos continentes, fazendo-se presente inclusive na América do Sul, onde tem aprofundado suas operações ao longo dos últimos anos. O relacionamento entre a Venezuela e o Irã, em especial, tem se aprofundado cada vez mais, com as nações estabelecendo uma parceria estratégica para contornar as sanções punitivas dos EUA. Em outubro de 2021, os países expressaram planos de formalizar essa parceria estratégica através de

um acordo de cooperação que pode vir a ser assinado nos próximos meses deste ano (MOTAMEDI, 2021).

## 2 O MODO BRITÂNICO DE FAZER A GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

O objetivo deste capítulo é apresentar as origens do Oriente Médio Moderno, através da recapitulação de sua relação com o Império Turco Otomano, em especial nos séculos XVIII e XIX. Para tanto, realiza-se uma retomada dos interesses europeus na região – com destaque para a Grã-Bretanha e para a França – e a forma que o Império Turco Otomano buscou manejar as tensões domésticas que acabaram se provando mais robustas que a autoridade do governo central. Nesse ponto, a história do Egito sob o governo de Muhammad Ali ganha significativo protagonismo, uma vez que Ali obteve grande sucesso em se aproveitar do declínio da autoridade otomana para estabelecer um projeto de desenvolvimento egípcio que se manteve presente nas bases do Estado mesmo após o fim de seu Império. Neste ponto, ganham também grande relevância as campanhas militares realizadas por Ali entre 1811 e 1832, e a forma como a experiência destas incidiu sobre o modo britânico de fazer a guerra, que será discutido ao longo do capítulo.

Posteriormente, cumpre-se a conceituação de guerras convencionais e não-convencionais e a aplicação de seus preceitos na Revolta Árabe de 1916-1918, sublinhando a atuação de Thomas Edward Lawrence — o Lawrence da Arábia —, Gertrude Bell e de Winston Churchill e o “modo de fazer a guerra” no Oriente Médio, empreendido pela Grã-Bretanha após a experiência vivenciada nesta conflagração. Nesse ponto, retoma-se também a origem do modo britânico de fazer a guerra, verificando que este seguiu uma linhagem tripartite composta pela experiência do Duque de Marlborough, William Pitt e Winston Churchill, que elevou o modo britânico às últimas consequências em virtude do uso da guerra revolucionária.

É fato que o Ocidente sempre se sentiu atraído pelo Oriente — seja para conquistar, explorar ou aproveitar-se, simplesmente. Essa atração foi responsável por trazer ondas de Cruzados Cristão para o Oriente Próximo ao longo de um período de 300 anos na Idade Média; Napoleão Bonaparte e suas fantasias faraônicas para o Egito em 1790; hordas de barões do petróleo ocidentais e vigaristas para as margens do Mar Cáspio na década de 1870; e o jovem aventureiro britânico Thomas Edward Lawrence no início do século XX (ANDERSON, 2013, p. 27). Essa inclinação ocidental pelo oriente se estende até os dias de hoje, atualmente com os Estados

Unidos ocupando a posição de principal representante dos interesses ocidentais no Oriente Médio, como será examinado ao longo dos próximos capítulos deste trabalho.

## 2.1 O NASCIMENTO DO ORIENTE MÉDIO MODERNO E A RELAÇÃO ENTRE A GRÃ-BRETANHA E O IMPÉRIO TURCO OTOMANO

Para o Império Otomano, o século XVIII marcou um período de desintegração econômica e política trazida por uma combinação do declínio da autoridade central e intensas pressões de ordem externa. O traço mais proeminente deste processo de decadência foi uma descentralização que pôde ser observada tanto dentro da administração quanto na capacidade do Estado Otomano de controlar seus territórios, com oficiais do Império Otomano incentivando o estabelecimento de um *status quo* descentralizado e se opondo aos esforços dos sultões para reimpor o absolutismo real e a centralização de poder (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 57).

A fraqueza do Estado Otomano central minou sua capacidade de lidar com as pressões militares e econômicas que seus adversários europeus exerciam com cada vez mais frequência. Durante a segunda metade do século XVIII, perdas territoriais permanentes se tornaram comuns para o Império, devido à ineficiência das forças armadas otomanas. Somando-se às concessões territoriais, o comércio europeu penetrou o Oriente Médio de uma forma até então sem precedentes (LEVY, 1982, p. 227). Os produtos da Revolução Industrial, têxteis baratos e bens metálicos inundaram a região, trazendo uma mudança no padrão de consumo e exercendo uma intensa pressão sobre a indústria local, anteriormente baseada em artesanato. As incursões do comércio e capital europeus tornaram as economias previamente autossuficientes do Oriente Médio em economias integradas ao sistema econômico mundial, incorporadas de uma forma dependente a este sistema, ocupando a posição de fornecedoras de *commodities* agrícolas e consumidoras de bens manufaturados europeus (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 58-59). Neste contexto, para que a ordem otomana se recuperasse, o governo central deveria recuperar o controle sobre as instituições e recursos do Estado, uma vez que somente o restabelecimento da autoridade central poderia permitir ao Império empreender as reformas militares necessárias para a sobrevivência do Império Otomano (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 59).

O período que se estendeu de 1789 até 1849 foi definido por reformas militares durante as quais os governantes do Império Otomano e do Egito buscaram refazer suas forças armadas com

base na imagem das potências europeias, em um esforço de restabelecer a autoridade política central, reorganizando também o maquinário do governo. Portanto, durante este período de 60 anos, as reformas militares atuaram como a ponta de lança que levou a reforma das instituições civis e a criação de uma nova elite. No entanto, os reformistas militares desta era não levaram em consideração as normas culturais, as estruturas sociais ou os relacionamentos políticos sobre os quais a ordem otomana repousava, fazendo com que no percurso da implementação das referidas reformas, os governantes acabassem destruindo elementos da antiga ordem otomana, subvertendo não intencionalmente o sistema otomano como um todo (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 61).

Sob o reinado de Selim III (1789-1807), o Império Otomano perdeu uma guerra contra a Áustria e a Rússia. Desta derrota, o sultão e seus conselheiros tiraram a lição de que seriam necessárias reformas no Exército otomano, pois caso contrário, o Estado não seria capaz de sobreviver. Dessa forma, Selim tomou a decisão de reorganizar as forças otomanas em moldes europeus, empregando conselheiros militares europeus, introduzindo novos métodos de treinamentos e táticas, lançando mão da compra e do emprego de novas armas, e construindo e atualizando arsenais e instalações de fundição. O sultão também criou um novo corpo de infantaria, completamente treinado e equipado de acordo com os padrões europeus (LEVY, 1982, p. 239). No entanto, os janízaros<sup>1</sup> — a elite do exército otomano — não aceitaram as reformas implementadas por Selim III, entendendo que estas impactavam no alto grau de autonomia da qual estes usufruíam, e derrubaram o governante, substituindo-o por Mustafa IV (1807-1808), que adotou uma postura menos confrontante com os privilégios dos janízaros (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 63-64).

As constantes guerras nas quais o Império Otomano se envolveu contra os Estados europeus ao longo dos séculos XVIII e XIX fizeram com que a habilidade do Império de manter o controle administrativo de suas diversas províncias diminuísse significativamente. Esse foi o caso do Egito, que no final do século XVIII havia se tornado um Estado praticamente autônomo, sob o regime mameluco. Apesar dos otomanos terem seguido designando governadores para o Cairo, os mamelucos haviam efetivamente substituído os representantes do sultão otomano como

---

<sup>1</sup> **Janízaros:** Um Janízaro era um membro das unidades de infantaria da elite que formavam as tropas domésticas dos Sultões otomanos, e constituíram o primeiro exército permanente moderno na Europa.

as fontes de recursos administrativos e financeiros na província (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 64).

No entanto, o regime mameluco era instável, opressivo, e não possuía apoio popular, aplicando políticas fiscais pesadas sob a população egípcia. Além disso, as facções dos mamelucos estavam sempre em uma situação de guerra interna. A falta de um estabelecimento de uma autoridade central sob o regime dos mamelucos fez com que a ordem e a segurança nas áreas rurais do Egito se enfraquecessem significativamente, além de ter impedido que os recursos do país fossem organizados propriamente (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 64-65).

No rescaldo da Revolução Francesa de 1789, a Grã-Bretanha e a França se envolveram em uma série de guerras que duraram até a derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo em 1815. As principais batalhas das Guerras Napoleônicas foram travadas no continente europeu, mas a rivalidade franco-britânica se estendeu além das fronteiras europeias e colocou as duas potências em conflito na questão do acesso aos mercados ultramarinos e postos estratégicos. O Egito tornou-se inevitavelmente envolvido nesta rivalidade quando uma ambiciosa expedição francesa liderada por Napoleão invadiu o país em 1798 e administrou uma derrota decisiva contra as forças mamelucas na Batalha das Pirâmides (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 65). Napoleão reuniu um corpo de 35.000 homens, transportados em 167 navios para realizar a invasão do Egito (SIGLER, 2010, p. 41).

O objetivo militar imediato dos franceses integrantes da missão expedicionária era atacar as rotas de comunicação britânicas com a Índia, mas haviam também pretensões comerciais, objetivando colonizar o Egito e estabelecê-lo como uma fonte confiável de grãos para a França (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 65). No entanto, em 1798, o almirante britânico Horatio Nelson descobriu que os navios de guerra franceses se encontravam ancorados em uma forte posição defensiva na Baía de Aboukir, próximo à foz do rio Nilo, e decidiu atacá-los. A frota francesa sofreu uma indiscutível derrota frente às forças britânicas, que destruíram e capturaram quase todos os navios franceses mobilizados. Após esta derrota naval no que posteriormente foi denominado Batalha do Nilo, as forças de Napoleão perderam em grande parte seu poder marítimo, isolando a expedição francesa (DINÇ, 2016, p. 27).

Após a derrota francesa em Aboukir, Selim III tomou a decisão de expulsar as forças francesas remanescentes em território otomano, e iniciou uma marcha em direção ao Egito. Em dezembro de 1798, as forças otomanas haviam chegado até a Síria, e Napoleão tomou a decisão

de atacar essas forças enquanto elas ainda estavam em território sírio, sabendo que ele não seria capaz de se defender contra o Exército otomano caso eles chegassem até o Egito. Na tentativa de conter o avanço otomano, Napoleão mobilizou um cerco ao redor da Fortaleza de Acre com 10 mil soldados em março de 1799. No entanto, ele não foi capaz de conquistar a fortaleza, que foi defendida pelas forças otomanas recém-reformadas e com treinamento europeu, que ainda receberam o apoio da marinha britânica. A derrota de Napoleão fez com que ele fosse forçado a retornar a Paris em agosto de 1799, mas as forças francesas seguiram lutando em uma configuração de ocupação conturbada até serem definitivamente expulsas por uma expedição britânico-otomana em 1801 (DINÇ, 2016, p. 28).

Neste ponto, destaca-se que a invasão do Egito, em termos sistêmicos, interliga o primeiro Ciclo de Guerras Hegemônicas<sup>2</sup>, uma vez que foi a principal força motriz para a formação da Segunda Coligação<sup>3</sup> e a conseqüente ascensão de Napoleão como Primeiro Cônsul após a derrubada do Diretório. No que diz respeito aos frutos da invasão francesa para o Estado egípcio, esses quatro anos foram cruciais para as transformações militares encabeçadas por Muhammad Ali que ocorreriam no país ao longo dos próximos anos.

Muhammad Ali chegou ao Egito com o objetivo de expulsar as tropas francesas remanescentes em 1801. À época, ele era o segundo em comando do contingente albanês que integrava a expedição otomana encarregada de expulsar as forças francesas do Egito. Com a saída definitiva dos franceses do território egípcio, diversas facções competiram entre si para preencher o vácuo de poder deixado pela saída francesa. Dessa disputa, Muhammad Ali emergiu como o vencedor, e foi reconhecido por Istambul como o governador do Egito em 1805 (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 66). A partir daí, Muhammad Ali deu início a um regime de desenvolvimento interno e expansão imperial no Egito. Ali foi além da mera busca por independência por parte do Egito e formulou uma estratégia comercial-imperial para controlar o comércio no Mediterrâneo Oriental através de uma lógica de desenvolvimento, criando um

---

<sup>2</sup> **Primeiro Ciclo de Guerras Hegemônicas** – Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Revolução Americana (1775-1803), as Guerras da Revolução Francesa (1791-1803) e as Guerras Napoleônicas (1803-1815).

<sup>3</sup> **Segunda Coligação (1798-1801)** – foi um conjunto de alianças, compromissos e guerras entre as potências europeias que se confrontaram com a França na fase final da Revolução Francesa, em um esforço para conter a expansão da França e restaurar a monarquia no país. A Segunda Coligação foi liderada pela Grã-Bretanha e pela Rússia, mas também contava com a participação do Sacro Império Romano Germânico, Império Otomano, Portugal, Nápoles e Toscana (SCHROEDER, 1987).

governo centralizado, uma indústria local capaz de exportar produtos acabados, uma nova política agrícola, e a formação de um exército moderno (HUNTER, 1995, p. 173-174).

Ali optou por estabelecer bases firmes para seu governo, que resistiriam às mudanças e ao tempo, estabelecendo uma dinastia hereditária para sua família no Egito. Essas bases levaram a criação de uma burocracia centralizada, e envolveram uma série de decisões *ad hoc* em resposta a algumas circunstâncias específicas, que no final resultaram em contornos de um Estado Moderno. Nesse sentido, importa destacar que Muhammad Ali colocou como objetivo principal de todas suas reformas o fortalecimento das forças armadas, já que acreditava que a independência do Egito só poderia ser conquistada e preservada por meio de um poderoso Exército e uma Marinha imponente (MARSOT, 1984, p. 100). Portanto, Ali lançou mão do enfraquecimento da autoridade e do poder do governo otomano central para consolidar a autonomia do Egito de forma excepcional, transformando as estruturas governantes egípcias, fazendo com que a nação passasse de uma província subordinada para um Estado em formação (ABIR, 1997, p. 295).

Neste ponto, importa destacar as quatro campanhas mais importantes realizadas por Muhammad Ali no processo de expansão territorial do Império egípcio em formação, sendo estas: (1) Campanha contra o movimento Wahhabista no oeste da Arábia (1811-1818); (2) Conquista Egípcia do Sudão (1820-1824); (3) Guerra de Independência Grega (1821-1829); e (4) Invasão da Síria (1831-1832).

### **2.1.1 Campanha contra o Movimento Wahhabista (1811-1818)**

O movimento Wahhabista é uma doutrina sunita e fundamentalista que surgiu na Arábia Central, sendo descrito como um movimento de reforma ortodoxo e puritano, que busca “restaurar o culto monoteísta puro” por seus devotos. O fundador deste movimento foi Muhammad Ibn ‘Adb al-Wahhab, um líder religioso que teve suas ideias amplamente aceitas pela população e pelo Estado Saudita no final do século XVIII e início do século XIX (BOWERING, 2013, p. 231). Muhammad Ibn ‘Adb al-Wahhab já havia expressado sentimentos anti-otomanos em suas escritas, repudiando teologicamente os otomanos e criticando as condições religiosas das províncias do Império, afirmando que a Shari’ah (lei islâmica) não era aplicada propriamente pelas autoridades. Frente a essa situação, os wahhabistas ofereceram um modelo religioso e



político alternativo ao dos otomanos, reivindicando a liderança islâmica sob bases diferentes (CRAWFORD, 2014, p. 94-96).

Sob essa conjuntura, as hostilidades e a mútua desconfiança entre os otomanos e os wahhabistas foram aumentando, culminando em um saqueamento feito por 12.000 wahhabistas na cidade de Karbala no Iraque, onde os devotos mataram mais de 5.000 pessoas e saquearam o templo Imam Husayn. Em 1803, o emir saudita ‘Abd al-’Aziz foi assassinado por um iraquiano durante uma realização de orações, e houveram suspeitas de que a ação havia sido orquestrada pelo governador otomano de Bagdá. Em 1805, os wahhabistas tomaram as cidades sagradas de Mecca e Medina, e como as relações otomano-sauditas já estavam agudamente deterioradas, em 1807 o sultão otomano Mustafa IV ordenou que Muhammad Ali e suas tropas contivessem a revolta (CRAWFORD, 2014, p. 90-92).

As tropas otomanas não foram capazes de recapturar as cidades sagradas até 1811, uma vez que conflitos de ordem doméstica no Egito impediram que Muhammad Ali prestasse total atenção à campanha. No entanto, em 1815, o comandante saudita Bakhroush bin Alass foi morto pelas forças de Muhammad Ali, o que levou, posteriormente, a uma derrota em larga escala das forças sauditas, forçando-os a firmar um tratado de paz com os otomanos (SIRRIYEH, 1989, p. 124).

Ainda assim, os wahhabistas não foram capazes de se reconciliar com os termos humilhantes impostos pelo tratado de paz — o emir saudita deveria se reconhecer enquanto um vassalo do Império Otomano e obedecer ao sultão otomano inquestionavelmente, além de ceder a região de Hejaz. Isso fez com que a guerra fosse retomada em 1816, com as tropas egípcias recebendo apoio de instrutores militares franceses. A campanha foi liderada pelo filho mais velho de Muhammad Ali, Ibrahim Pasha, que travou uma guerra de extermínio contra os sauditas, finalmente derrubando o Estado wahhabista em 1818 (LUTSKY, 1969).

### **2.1.2 Conquista egípcia do Sudão (1820-1824)**

No que diz respeito à conquista do Sudão, esta foi liderada pelo filho mais novo de Muhammad Ali, Ismail Pasha, e possuía como objetivo principal eliminar a ameaça em potencial representada pelos mamelucos ao sul do Egito. Além disso, o Sudão era um país rico em ouro e outras matérias-primas interessantes para o Egito, e Muhammad Ali possuía planos de utilizar

escravos sudaneses para obter os recrutas necessários para seu Exército, uma vez que a falta de recursos humanos exclusivamente otomanos estava impedindo Ali de construir um Exército moderno e disciplinado (BESKA, 2019, p. 32-33).

Para efetivar a invasão do Sudão, a campanha foi dividida em duas partes. Primeiramente, Ismail Pasha se direcionou para o sul do Egito, objetivando conquistar posições na Bacia do Nilo, incluindo Sinnar, a capital do Reino Funj. A segunda expedição foi liderada por Muhammad Bey Khusraw, um dos oficiais de alta patente do Exército egípcio, e tinha o propósito de conquistar a província de Cordofão e Darfur (BESKA, 2019, p. 37).

As expedições foram bem-sucedidas, alcançando seus intuitos imediatos e removendo potenciais fontes de instabilidade das fronteiras egípcias. Ao obliterar os mamelucos em Dongola no Sudão, Ali conseguiu evitar que potenciais rivais fossem capazes de reunir recursos para disputar com ele o controle do Egito, e ao quebrar o poder e a independência da confederação tribal de Shāyqīya no norte do Sudão – outra entidade poderosa que estava bloqueando o fluxo de comércio entre o Egito e as áreas do Sinnar – foi derrubada. O Egito pôde também dominar regiões altamente estratégicas, como a costa do Mar Vermelho (ROBINSON, 1925, p. 47). No entanto, não foram descobertas fontes de ouro no Sudão, e a construção do Exército moderno mediada pela utilização dos escravos sudaneses também falhou (BESKA, 2019, p. 53-54). Isso se deveu principalmente ao fato de que, dada sua condição social, os escravos não se sentiam imbuídos de motivação suficiente para arriscar suas vidas por algo que lhes era estranho e alheio. Dificuldade que, como se verá a seguir, não se repetiria na Rebelião do Mahdí, em função da mobilização do Islã como ideologia.

### **2.1.3 Guerra de Independência Grega (1821-1829), Conquista egípcia da Síria (1831-1832)**

Concomitantemente com a campanha da conquista do Sudão, Muhammad Ali se deparou com a oportunidade de expandir a base territorial de seu Império ainda mais, desta vez no Mediterrâneo. Em 1821, uma revolta nacionalista que questionava o domínio otomano sobre a Grécia emergiu, colocando sob ameaça o *status quo* gerado pelo Congresso de Viena em 1815. A revolta foi responsável pelo início de uma ampla onda revolucionária na região dos Bálcãs, fazendo com que uma insurgência inicialmente local tomasse proporções de ordem internacional (HATZIS, 2018, p. 4). Nesse contexto, nenhum dos lados beligerantes foi capaz de obter uma

vitória decisiva, levando o sultão Mahmud II (1808-1839) a requisitar que Muhammad Ali intervisse militarmente na guerra, prometendo fornecer a governança de Creta em troca de sua ajuda. As forças egípcias, comandadas novamente por Ibrahim Pasha, derrotaram os rebeldes gregos e auxiliaram os otomanos na recuperação de Atenas em 1827 (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 71).

No entanto, como mencionado anteriormente, a revolta grega adotava um caráter paulatinamente mais internacionalizado, e a pressão da opinião pública na Rússia, Grã-Bretanha e na França desencadeou uma intervenção europeia na região em favor dos gregos, forçando Ibrahim Pasha a evacuar as tropas egípcias e deixar Creta sob a soberania otomana, visto que a frota conjunta dos europeus acabou obliterando a marinha egípcia em 1827 (HATZIS, 2018). Logo, a assistência prestada por Muhammad Ali para conter a revolta grega foi de grande custo para o Egito e não surtiu resultados significativos em termos de ganhos territoriais, fazendo com que nas próximas campanhas de conquista territorial efetivadas por Ali, o albanês, ora convertido em egípcio, buscasse satisfazer seus próprios objetivos em detrimento de oferecer apoio e auxílio ao sultão (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 73).

Seguindo essa lógica, entre 1831 e 1832, Muhammad Ali se voltou contra o Sultão e invadiu a Síria, na busca de obtenção de matérias-primas — em especial, madeira para a reconstrução de sua marinha — e um mercado para escoar a nova produção industrial que estava crescendo sob a égide de Ali. Ibrahim Pasha liderou o Exército egípcio através do Líbano e da Síria, passando pelos Montes Tauro até chegar na Anatólia, onde derrotou as forças otomanas. Posteriormente, Ibrahim seguiu para Kuhtaya, que se localizava a aproximadamente 240km de Istambul (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 73). Observando as forças de Muhammad Ali se aproximando cada vez mais do cerne da autoridade otomana, o sultão otomano buscou a assistência de uma Grande Potência para conter os avanços egípcios. A Rússia foi a única a responder o chamado do sultão, firmando uma aliança defensiva com o Império Turco-Otomano em 1833, sob o Tratado de Unkiar Skelessi (BAILEY, 1942, p. 48).

O envolvimento de uma Grande Potência no conflito se configurou como um desafio intransponível para as tropas egípcias, que foram incapazes de manter suas posições e perseguir seus objetivos com a chegada dos russos (BOSWORTH et al, 2012). No entanto, o envolvimento russo no conflito abalou um dos alicerces da política britânica para a região: manter a influência russa em Istambul em níveis mínimos. Dessa forma, assim que o tratado foi divulgado, franceses

e britânicos pressionaram o sultão otomano e Muhammad Ali para que estes encerrassem suas hostilidades e assinassem um tratado que reconheceu Ibrahim Pasha como governador do distrito de Adana na Anatólia e de toda a Grande Síria. Embora Muhammad Ali não tivesse conseguido o reconhecimento internacional de sua independência soberana, ele foi capaz de expandir o seu Império e sobreviver à intervenção europeia que havia sido desencadeada por suas ações (ABIR, 1997, p. 308).

Durante os anos de Ibrahim como o governador da Síria (1833-1840), ele foi responsável pela introdução de programas domésticos similares aos que já haviam sido adotados no Egito. Foi imposto também o sistema de monopólio egípcio sobre a Síria, tornando a nação um mercado cativo dos têxteis egípcios, o que prejudicou as indústrias artesanais locais. Além disso, Ibrahim instituiu o alistamento militar obrigatório na Síria, causando descontentamento entre a população e uma agitação local. Buscando aproveitar-se da situação, Mahmud II enviou um exército para derrubar Ibrahim em 1839, que foi derrotado na Batalha de Nezib (PATON, 1870, p. 133). Essa situação desencadeou uma crise diplomática que colocaria fim ao Império de Muhammad Ali.

As potências europeias, preocupadas com o potencial de Muhammad Ali de derrubar o Império Otomano — uma vez que este já havia apresentado pretensões expansionistas em termos comerciais e militares que eram incompatíveis com os interesses europeus no Oriente Médio — se organizaram para enviarem uma frota para Beirute em 1840, e em conjunto com as forças otomanas, desembarcaram suas tropas no Líbano. Concomitantemente, a agitação local que estava se intensificando contra Ibrahim irrompeu em revoltas populares, forçando Ibrahim a recuar para o Egito e permitindo aos europeus impor um acordo para solucionar o conflito egípcio-otomano: o Tratado de Londres de 1841 (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 73-74).

Esse tratado estabelecia que Muhammad Ali deveria devolver todos os territórios conquistados durante seu Império, com exceção do Sudão, e também estipulou que o Exército egípcio não poderia exceder 18.000 homens. Após a assinatura do Tratado de Londres, a maioria das indústrias relacionadas à guerra estabelecidas por Muhammad Ali foram abandonadas, e os projetos de obras públicas começados por Ali cessaram. A máquina militar para cujas necessidades ele havia moldado a economia egípcia já não existia mais. No entanto, a tentativa de Ali de criar um Estado autônomo possibilitou a construção de uma infraestrutura governamental que sobreviveu ao seu governo, deixando para seus sucessores o legado de uma administração centralizada e um pequeno quadro de funcionários treinados que continuariam seu compromisso

com reformas políticas inspiradas pelos moldes europeus (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 74).

#### **2.1.4 A intervenção europeia no Egito: hibridismo imperial**

Ainda assim, mesmo com a ambição e as reformas de Muhammad Ali — que observaram, em certa medida, continuidade sob a égide de seus sucessores, com investimentos em irrigação, ferrovias, construção naval, plantação de algodão, construção de escolas e universidades —, sob o governo de Isma'il Pasha, neto de Muhammad Ali, essas reformas e o envolvimento em uma conflagração com a Etiópia aumentaram drasticamente a dívida egípcia. A construção do Canal de Suez, em conjunto com a construção de 13.000km de canais de irrigação, 1.400km de ferrovias, 8.000km de linhas telegráficas, e obras portuárias em Alexandria, foram responsáveis por elevar a dívida nacional de 3 milhões de libras para cerca de 90 milhões de libras (LANGER, 1950, p. 350).

No que diz respeito à guerra com a Etiópia, em 1875, o Exército de Isma'il tentou ocupar as terras adjacentes à Hamasien, que então estavam sob o controle do Imperador etíope, e sofreu uma derrota na Batalha de Gundit. Em março de 1876, Isma'il ordenou que o Exército tentasse mais uma vez realizar a ocupação desta região, e sofreu novamente um dramático fracasso na investida na Batalha de Gura. Os custos da guerra somaram-se à colossal dívida financeira egípcia, o que fez com que Isma'il vendesse sua participação de 44% no Canal de Suez para a Grã-Bretanha por 4 milhões de libras em 1875, em uma tentativa desesperada de diminuir a inadimplência da nação (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 98).

Nesse contexto, as potências europeias decidiram tomar algumas medidas para controlar a dívida egípcia. Em 1876, uma comissão internacional foi imposta ao governo, com um mandato que impunha um rigoroso controle financeiro, e em 1879, o governo egípcio foi persuadido a aceitar que seu tesouro, alfândega, correios, telégrafos, ferrovias, portos, e até mesmo museus, passassem a serem controlados pelos britânicos e pelos franceses. No mesmo ano, Isma'il foi removido como o quaid do Egito. Em 1880, o Egito se encontrava em uma situação de grave insolvência, com a dívida egípcia superando 100 milhões de libras, uma quantia insustentável para um país cujas exportações anuais somavam em média 13 milhões de libras (JAMES, 1997, p. 344).

Esse processo de intervenção europeia contribuiu para a erosão gradual da soberania egípcia, gerando uma reação nacionalista entre a população, que manifestou uma profunda insatisfação ao assistir o país ser governado por estrangeiros. Esse nacionalismo evidenciou-se em 1881, com uma manifestação de oficiais do Exército liderada por Urabi Pasha – que mais tarde seria o responsável por articular um golpe de Estado no Egito –, passando por um processo de intensificação em 1882, quando um violento protesto em Alexandria resultou no bombardeamento da cidade por couraçados ingleses e franceses (JAMES, 1997, p. 347). O surgimento deste movimento nacionalista no Egito, em termos de conteúdo, foi também uma resposta ao colapso do regime do Quedivato<sup>4</sup>, o que causou grande instabilidade política no país. Todavia, esse processo poderia acabar comprometendo o comando britânico do Canal de Suez e a rota vital estabelecida para a Índia (HOPKINS, 1986, p. 372). Logo, objetivando restaurar a estabilidade política e financeira da nação egípcia, a Inglaterra ocupou o Egito em 1883, o que ainda serviu para os objetivos ingleses relacionados ao contexto de competição imperial da época, uma vez que impedia que a França ocupasse o Egito antes da Grã-Bretanha (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 104).

Sob essa conjuntura, o Egito se tornou um híbrido imperial, dado que o status do país se encontrava entre uma colônia e um protetorado *de jure* da Inglaterra, apesar de ter permanecido um país independente governado por um quedita. A Grã-Bretanha passaria a supervisionar a regeneração do Egito e assumiria responsabilidade pelo Império Egípcio no Sudão, onde mesmo após 60 anos de conquista gradual e tentativas de pacificação, a autoridade egípcia ainda era frágil.

A natureza do hibridismo pode ser atribuída ao menos a duas ordens de razões: (1) À rivalidade franco-britânica, que conferia aos Quedivas algum grau de autonomia, pela possibilidade de realizar barganhas pragmáticas<sup>5</sup>; (2) À mobilização do Exército egípcio, não

---

<sup>4</sup> **Queditato:** Quedivato do Egito (1867-1914) foi um Estado tributário autônomo do Império Otomano, estabelecido e governado pela dinastia de Muhammad Ali.

<sup>5</sup> **Barganha Pragmática e Barganha Diplomática:** Em um enfoque mais profundo sobre política externa e as relações internacionais do Brasil, Paulo Visentini distingue a barganha operada por Vargas que antecedeu a II GM – denominada “pragmática” (VIZENTINI, 1995, p. 33) – daquela efetuada após a vitória dos EUA na conflagração – designada “diplomática” (VIZENTINI, 1995, p. 63) – esta última, já dentro do quadro da “Pax Americana”. Portanto, a distinção diz respeito à correlação de forças no Sistema Internacional. No Oriente Médio do período em tela, a despeito da já notável proeminência da Inglaterra, sua configuração de poder fica mais próxima de uma balança multipolar ou bipolar que unipolar. Assim, entendeu-se que o termo mais adequado é “pragmática”. Neste sentido, cumpre reconhecer que a “Pax Britânica” (1815) nunca conferiu à Inglaterra a mesma proeminência que os EUA gozam desde a “Pax Americana” (1945).

somente em termos de combate, mas especialmente com fins de controle de território, o que permitiu que se mantivessem algumas das indústrias manufatureiras criadas por Muhammad Ali. Neste ponto, importa destacar que aqui evidencia-se uma das características do modo britânico de fazer a guerra: a ausência da massa de guerra faz com que os ingleses acabem dependendo de aliados locais que sejam capazes de empreender o esforço terrestre da guerra em seu lugar (PARKER, 2021, 330-331)<sup>6</sup>.

### **2.1.5 A conquista britânico-egípcia do Sudão (1896-1899) e a Rebelião do Mahdi (1881-1899)**

Em 1881, as autoridades egípcias enfrentaram uma nova rebelião, liderada por Muhammad Ahmad, um líder religioso sudanês que se auto denominava o Mahdi. Muhammad Ahmad afirmava ter como missão purificar o Islã e castigar aqueles cuja fé sofreu lapsos ou se tornou contaminada. A poderosa mensagem de renascimento espiritual e a devoção que emanava do Mahdi fez com que ele fosse capaz de angariar milhares de convertidos, os quais se juntaram para atacar e ocupar a cidade de El Obeid em 1882 (JAMES, 1997, p. 351). As forças mahdistas foram bem-sucedidas em empreender um cerco ao redor da cidade, e como um resultado desta experiência, o Mahdi tornou parte de seu Exército em um corpo de infantaria quase profissional equipado com armas de fogo (STAPLETON, 2012).

Em 1883, sob o comando do General William Hicks, um oficial britânico, um exército de 11.000 homens egípcios empreendeu uma ofensiva contra os mahdistas, contando com artilharia completa e metralhadoras como a Nordenfelt (STAPLETON, 2012). No entanto, a expedição acabou falhando em conter a rebelião na Batalha de Shaykan, onde os soldados egípcios foram aniquilados. Conforme os rebeldes ganhavam força e passavam a ameaçar novas cidades, incluindo Cartum, o gabinete britânico desejava evacuar as guarnições egípcias restantes do Sudão, mas desejava manter o controle dos portos que permitiam acesso ao Mar Vermelho em

---

<sup>6</sup> **O emprego de proxies por parte da Grã-Bretanha:** Importa destacar que esse procedimento nem sempre foi benéfico à Inglaterra. Cedo ou tarde, estes aliados britânicos se tornaram desafiantes poderosos. No caso dos EUA, empregados na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) para enfrentar os franceses, o custo revelou-se cedo. Em seguida, sentiram-se capazes de enfrentar a Inglaterra, travando e vencendo sua Guerra de Independência (1775-1783). No caso da Prússia, isto se deu de modo menos imediato, apenas quando a Unificação Alemã (1871) obteve sucesso. Já o Japão, aliado do qual a Inglaterra valeu-se para afastar os russos da Manchúria (1904-1905), foi responsável pela destruição da frota britânica do Extremo Oriente, perda da qual a Inglaterra nunca se refez.

Suakin. Estes possuíam grande valor comercial, e ao assegurar seu controle, a Inglaterra poderia evitar que eles se tornassem um ponto de escape para o comércio de escravos. No entanto, as tribos locais cercaram as guarnições de Sinkat e Tokar, comprometendo os objetivos ingleses (SPIERS, 2004, p. 99).

Em 1884, os britânicos decidiram que sairiam do Sudão, e enviaram uma campanha comandada pelo Major General Charles Gordon<sup>7</sup> para a região para organizar a saída, mas o major acabou falecendo em batalha, o que deixou o Sudão abandonado até 1890. Conforme a corrida imperialista por territórios na África se acirrou, a Grã-Bretanha adotou um posicionamento mais agressivo no Sudão, devido à ameaça que uma força francesa na região do sul do país representaria aos interesses ingleses (STAPLETON, 2012).

Nesse contexto, estabeleceu-se uma missão anglo-egípcia em 1896 sob o comando do General Herbert Kitchener<sup>8</sup>, que possuía como objetivo reconquistar o Sudão. Em 1898 as forças de Kitchener derrotaram as forças mahdistas na Batalha de Atbara, avançando posteriormente até Omdurman — a capital do Estado mahdista — onde Kitchener obteve sucesso em derrotar o Mahdi (JAMES, 1997, p. 356-362).

A estratégia de Kitchener envolveu realizar um lento avanço pelo sul do Sudão, com apoio de canhoneiras mobilizadas ao longo do Nilo, que tinham de ser desmontadas e reconstruídas em cada catarata. A campanha envolveu também a construção de uma ferrovia para a entrega de suprimentos e de reforços. Os 25.000 soldados — britânicos, egípcios e sudaneses — comandados por Kitchener em 1898 foram confrontados pelos 50.000 mahdistas no norte de Omdurman. Cerca de 15.000 mahdistas estavam equipados com armas de fogo, mas eles estavam misturados com lanceiros, o que resultou em uma cobertura de fogo imprecisa. Os mahdistas também não empregaram artilharia e metralhadoras que eles haviam capturado na década de 1880, pois eles enxergavam essas armas como armas de cerco, além de não disporem de tripulações treinadas para operá-las em batalha (STAPLETON, 2012).

---

<sup>7</sup>**Charles Gordon:** Charles Gordon foi um dos mais famosos heróis militares da Inglaterra vitoriana. Ele construiu sua reputação militar na China, onde foi responsável por comandar o “Exército Sempre Vitorioso”, uma força de soldados chineses liderada por oficiais europeus. Gordon esteve a serviço de Isma’il Pasha em 1873, e mais tarde se tornou o governador-geral do Sudão. No contexto da Rebelião do Mahdí, Gordon teve uma morte lendária, tornando-se um mártir no Sudão em 1885 (PERRY, 2005)

<sup>8</sup>**Herbert Kitchener:** Herbert Kitchener foi um oficial e administrador colonial britânico. Kitchener venceu a decisiva Batalha de Omdurman durante a Rebelião do Mahdí, a partir da qual foi capaz de assegurar o controle da Grã-Bretanha sobre o Sudão. Mais tarde, tornou-se Secretário de Estado da Guerra da Grã-Bretanha durante a Primeira Guerra Mundial.



Nesse sentido, a Rebelião do Mahdi (1881-1889) traz lições importantes sobre o “modo britânico de fazer a guerra” que estava se delineando no Oriente Médio, uma vez a conflagração com o Mahdi impactou ao menos 3 gerações de estadistas<sup>9</sup> britânicos — Charles Gordon, Herbert Kitchener, e Winston Churchill. Cumpre destacar a presença direta de Winston Churchill na Rebelião do Mahdi, uma vez que Churchill seria, mais tarde, um dos principais artífices — senão o principal — do modo britânico de fazer a guerra. Ele empreendeu um esforço considerável para servir sob as ordens de Lord Kitchener, solicitando que sua mãe, Lady Randolph, agendasse uma entrevista com o então primeiro-ministro, Lord Salisbury, pleiteando que este intercedesse para que Lord Kitchener lhe desse um posto no Sudão (GILBERT, 2016, p. 94). Desse modo, Churchill testemunhou em primeira mão o vigor, a virulência e a resiliência da guerra revolucionária<sup>10</sup>, o que contribuiria de forma significativa para que o futuro primeiro-ministro mais tarde aceitasse o plano de Gertrude Bell e T. E. Lawrence, que seria posto em prática na Revolta Árabe.

Como mencionado anteriormente, de modo a enfrentar a insurgência e saírem vitoriosos do conflito, os britânicos necessitaram utilizar a massa de guerra oriunda de Estados aliados — neste caso, o Egito. Essa abordagem mais indireta de combate viria a ser replicada no contexto da Revolta Árabe por T. E. Lawrence, que a aperfeiçoou, incorporando-a a uma doutrina, como será visto a seguir.

---

<sup>9</sup> **Estadista** – Na definição de Houaiss “é pessoa versada nos princípios ou na arte de governar; pessoa ativamente envolvida em conduzir os negócios de um governo ou moldar a sua política” (HOUAISS, 2001, p. 1244). Gordon “chinês” moldou a feição definitiva da dominação britânica na China. Kitchener, com a conquista do Sudão, consolidou a primazia britânica em toda a costa oriental africana, e, portanto, no Oceano Índico. Churchill, como se sabe, foi o Primeiro-Ministro britânico durante a Batalha da Inglaterra (10/07-31/10-1940).

<sup>10</sup> **Estratégia de Guerra Revolucionária:** Trata-se do emprego da insurgência (“revolução”) na competição ou confrontação interestatal. Aqui o termo chave é o termo “estratégia”, que designa a ação de um Estado sobre o outro, e o artifício de valer-se de movimentos insurgentes ou guerrilheiros para propósitos da política de Estado. No Brasil, o mérito de descortinar a existência de uma “estratégia de guerra revolucionária” coube ao General Meira Mattos. Contudo, a associou exclusivamente aos planos de expansão do campo comunista — o que torna a definição original muito restritiva — excluindo seu uso por parte dos países ocidentais. De fato, a expressão estratégia de guerra revolucionária foi utilizada pela primeira vez por Bukharin em 1918. Portanto, pelo menos dois anos depois de Gertrude Bell. Como destaca Alessandro Visacro, a Revolta Árabe foi originalmente uma operação do Exército britânico. Aliás, levada a cabo por Reginald Wingate (1861-1953) — primo de Orde Wingate (1903-1944), que desenvolveria uma campanha de guerra de guerrilhas na conflagração seguinte na Birmânia (1941-1945) (VISACRO, 2009, p. 44). Mas, Gertrude acreditava que eles não eram capazes de perceber toda a extensão do potencial militar dos árabes (VOLKMAN, 2013, p. 198). Desse modo, cabe a ela, e não a Bukharin, o mérito da originalidade. Mais tarde, seu pupilo e principal operador, T. E. Lawrence, codificou sua experiência no célebre “Os Sete Pilares da Sabedoria” (LAWRENCE, 2011). Em resumo, o que importa é diferenciar a estratégia de guerra revolucionária que se vale da guerra de guerrilhas. A primeira envolve a instrumentalização da segunda, como grupos *proxies*, para realização de objetivos políticos e militares. Em suma, a primeira é o modo de emprego de forças, ainda que indireto, e a segunda, apenas uma forma de luta.

## 2.2 A COMPONENTE TRIPARTITE DO MODO BRITÂNICO DE FAZER A GUERRA: MARLBOROUGH, PITT E CHURCHILL

Aqui importa fazer um breve retrospecto sobre o significado do modo britânico de fazer a guerra e de seus principais artífices antes do recém mencionado Winston Churchill. Em síntese, originalmente, tratava-se da conjugação de três elementos: (1) Emprego da frota; (2) Força expedicionária (“Exército de observação”); (3) Uso de Estados ou grupos *proxies* locais.

Ao que se sabe, esse contorno pôde ser pela primeira vez vislumbrado na Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1704). À época desta conflagração, empreendeu-se um esforço de diplomacia e de espionagem fabulosos, de modo a permitir a organização de uma frente única contra a unificação do trono espanhol e francês sob o mesmo monarca. Embora a presença naval fosse importante para a criação dessa aliança, sozinha, esta se configurava como insuficiente. Foi então que entrou em ação a “máquina de guerra de Marlborough”, responsável por enviar uma força expedicionária ao continente, de modo a encorajar os pequenos Estados europeus a desposarem a causa britânica (FALKNER, 2014, p. 15).

O terceiro componente — os *proxies* — serviam para dispersar os esforços dos Bourbons e maximizar a fricção e o atrito. Tratou-se de um empreendimento duplamente proveitoso, uma vez que a despeito da vitória dos Bourbons, as coroas da Espanha e da França não foram unificadas, e no rescaldo da guerra, enfraqueceram-se simultaneamente os rivais e os aliados da Grã-Bretanha. Importa destacar que, nesse arranjo, a força expedicionária do Duque de Marlborough cumpriu o papel principal.

Na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Thomas Pelham-Holles, o Duque de Newcastle, então primeiro-ministro britânico, procurou ater-se ao modelo de Marlborough. Como coloca Paul Kennedy, nesta conflagração, "a tendência natural em Paris era atacar a Inglaterra via Hanôver, o calcanhar de Aquiles estratégico dos insulares" (KENNEDY, 1989, p. 114). Afinal, tratava-se do berço da monarquia britânica e da principal base continental inglesa em território europeu. Newcastle designou o Duque de Cumberland para defender Hanôver, cumprindo o papel anteriormente desempenhado por Marlborough na Sucessão Espanhola.

Contudo, para um grupo cada vez maior de parlamentares, ficava claro que a Inglaterra espelhava a estratégia francesa, submetendo-se a considerável desgaste. Enquanto isso, a

Inglaterra sofria graves perdas no mar – Batalha de Minorca – o que acabou levando à renúncia de Newcastle. Nessa conjuntura, ascendeu ao poder William Pitt, responsável por deslocar a ênfase da abordagem britânica da guerra terrestre para a guerra naval, e da manutenção de território para a destruição econômica. Pitt considerou que o mais importante era erodir as bases mundiais dos recursos franceses – nesse caso, a América do Norte, sustentando que “vamos conquistar a América através da Alemanha” (LACEY; MURRAY, 2017, p. 199). Desse modo, o primeiro-ministro aumentou os subsídios a Frederico II, que passou a arcar com o ônus principal da fricção, enquanto Pitt dedicava-se à conquista da América.

Desse modo, mais que uma mudança de ênfase, a conduta inovadora de Pitt concedeu a primazia à Grã-Bretanha. Como proposto por James Lacey e Williamson Murray, “Pitt desenvolveria, articularia e poria em ação uma grande estratégia que subverteu a ordem mundial como então existia e firmou a Grã-Bretanha como a principal potência global, a primeira da história” (LACEY; MURRAY, 2017, p. 198-199).

Em suma, William Pitt não alterou os elementos fundamentais do modo britânico de fazer a guerra, que permaneceram os mesmos — Frota, Força Expedicionária e uso de *proxies* — mas a ênfase que guardavam entre si. Neste caso, Pitt atribuiu aos *proxies* um papel maior do que o conferido à Força Expedicionária, além de ter emprestado um protagonismo maior ao desgaste de ordem econômico do que a guerra propriamente dita. Afinal, a guerra era travada na Europa, enquanto Pitt dedicava-se à conquista da América.

Winston Churchill se encarregaria de dar o toque final ao modo britânico de fazer a guerra: na impossibilidade de contar com aliados locais para enfrentar o Império Otomano, Churchill, T. E. Lawrence e Gertrude Bell "inventaram" a guerra revolucionária como um modo de dar continuidade à estratégia fundada por Pitt. Em medida considerável, a inovação de Churchill baseou-se amplamente em sua experiência pessoal na guerra contra o Mahdi. Além disso, os resultados da operacionalização da guerra revolucionária dentro do modo britânico de fazer a guerra afiguraram-se como promissores: em 1919, Churchill, Gertrude Bell e Lawrence redesenhariam o mapa do Oriente Médio, com base nos esforços efetuados pelo último durante a Primeira Guerra Mundial.

Assim, o modo de fazer a guerra do Oriente Médio nasce de um hibridismo entre as características da região — pouco povoada, onde o controle de território tem um significado

relativamente menor do que em outras localidades — e do aprendizado efetuado junto aos britânicos.

### **2.2.1 Oriente Médio: Guerra Irregular e Estratégia de Guerra Revolucionária**

O propósito desta sessão é o de discorrer sobre o “modo de fazer a guerra” no Oriente Médio, o que será efetuado em duas etapas. Em primeiro lugar trata-se de definir os conceitos de guerra não-convencional e guerra convencional. A seguir estabelecer a distinção entre guerra irregular e a Estratégia de Guerra Revolucionária.

#### **2.2.1.1 Guerra Convencional e Irregular**

Desde logo cabe destacar que, para os fins deste trabalho, considera-se que guerrilhas, guerra irregular, insurgências e guerra não-convencional são conceitos complementares entre si e tipologicamente relacionados, como proposto por Brian Hughes e Fergus Robson (2017, p. 4). Nesse sentido, apresenta-se, em primeiro lugar, a definição de guerra não-convencional do Departamento de Defesa dos EUA, que a caracteriza como:

Atividades conduzidas para possibilitar que um movimento de resistência ou insurgência seja capaz de coagir, perturbar, ou derrubar um governo ou um poder ocupante, operando através ou em conjunto com uma força clandestina, auxiliar e de guerrilha em uma área negada (EUA, 2016, p. 249).

O Ministério da Defesa do Brasil, em concordância com o Departamento de Defesa dos EUA, traz a seguinte definição para guerra irregular:

Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilha, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão (BRASIL, 2015, p. 136).

Ampliando a definição de guerra não-convencional estadunidense, o Tenente Coronel Brian Petit, veterano das Forças Especiais do Exército dos EUA, a caracteriza como:

Atividades conduzidas para permitir que um movimento de resistência ou insurgência possa coagir, perturbar, ou derrubar um governo ou poder ocupante operando através ou com uma força de guerrilha auxiliar ou clandestina, em uma área negada. A guerra não-convencional é um mecanismo que não objetiva criar condições revolucionárias, mas se apodera de e se apoia na infraestrutura política, militar e social para acelerar, estimular e apoiar ações decisivas com base em ganhos políticos calculados e em interesses nacionais (PETIT, 2012).

À definição de Petit, Andrew Korybko (2015) adiciona que:

Guerra não-convencional é qualquer tipo de forma não-convencional de se fazer a guerra, incluindo guerrilha, insurgência urbana, sabotagem, e terrorismo (guerra irregular). Ela inclui especialmente combatentes não-convencionais como mercenários e outros atores não-estatais, bem como forças especiais uniformizadas. Ela não é composta de tanques, recrutamento padrão e linhas de batalha bem definidas, tornando-a extremamente não-linear e caótica, e muitas vezes ataca o inimigo de formas indiretas (KORYBKO, 2015, p. 54-55).

No que tange a guerra convencional, por sua vez, têm-se que as forças militares convencionais objetivam destruir ou neutralizar os planos do inimigo, bem como sua capacidade de travar a guerra. Ou seja, as forças convencionais geralmente focam em destruir ou neutralizar a capacidade militar do inimigo, dependendo principalmente de poder de fogo e mobilidade. Enquanto isso, as forças não-convencionais entram na esfera da ilusão, *deception*, e das meias-verdades, permitindo que a nação projete poder e proteja seus interesses nacionais em um ambiente de combate não-estruturado, buscando não neutralizar a capacidade militar do inimigo, mas minar sua disposição de travar a guerra (MOOR, 1999).

Historicamente, temos que o conceito moderno de insurgência e de guerra não-convencional começou a tomar forma durante e após as guerras da Revolução Francesa. Durante esse período, como pudemos observar, ocorreram uma série de conflitos concomitantes a mudanças nas formas que os Exércitos eram imaginados e entendidos, construídos e mobilizados (HUGHES; ROBSON, 2017, p. 4).

#### 2.2.1.2 A Revolta Árabe (1916-1918)

Mantendo em mente estes esclarecimentos iniciais, prosseguimos agora para o estudo da Revolta Árabe (1916-1918). No momento em que a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914, a maior parte da Arábia integrava o Império Otomano, tendo como exceções apenas os territórios que faziam parte dos protetorados britânicos do Kuwait e Aden, e os litorais de Hadramaute e do

Omã. No norte e no nordeste do Oriente Médio, o território árabe do Império Otomano era delimitado pela Palestina, Líbano, Síria e Mesopotâmia, que também estavam sob o controle do Império (MURPHY, 2008, p. 5).

Portanto, nesta conjuntura, a autoridade otomana se estendia de Constantinopla, na Turquia Europeia, até Hudaya no Iêmen. No entanto, em 1914, o relacionamento entre o governo central turco-otomano e a população árabe tribal dessa região do Império era altamente instável. Conforme os anos de guerra avançavam, a insatisfação e o descontentamento cresciam cada vez mais entre a população árabe do Império. Isso se deu principalmente devido a uma troca na administração do Império, que fez com que o poder passasse a ser de fato exercido pelo Comitê da União e do Progresso (CUP)<sup>11</sup>. Essa mudança fez com que os árabes entendessem que o Império Otomano Islâmico havia sido substituído por um Império Turco, responsável pela imposição de uma forma de governo mais autoritário sobre as tribos (MURPHY, 2008, p. 5-6).

Importa destacar que bem como havia ocorrido anteriormente no movimento wahhabista e na Rebelião do Mahdi, em momentos de grande descontentamento social, ideais nacionalistas ganharam aderência entre a população. Paulatinamente, o foco da potencial revolta se tornou a região de Hejaz, que se localizava ao lado do Mar Vermelho e incluía as cidades de Meca e Medina. O clã responsável pelo governo e controle da região, e, em especial, seu líder – Sharif Hussein ibn Ali – passaram a encabeçar as aspirações nacionalistas da região (MURPHY, 2008, p. 7).

Usualmente atribui-se à Thomas Edward Lawrence – o “Lawrence da Arábia” – um importante papel no delineamento da estratégia britânica que viria a ser seguida na Revolta Árabe. Devido à distância e os recursos escassos que o gabinete inglês havia alocado para uma guerra contra o Império Otomano, Lawrence estava convencido que uma guerra convencional não funcionaria, e pressionou para que os ingleses adotassem uma estratégia não-convencional, se aproveitando das fissuras internas da sociedade otomana, forjando alianças com a parcela descontente de sua população (ANDERSON, 2013, p. 131).

---

<sup>11</sup> **Comitê da União e do Progresso (CUP):** Foi uma organização revolucionária secreta e um partido político ativo entre 1889 e 1926 no Império Otomano. A CUP foi a principal facção dentro do movimento dos Jovens Turcos, que instigaram a Revolução dos Jovens Turcos em 1908, responsável por acabar com a monarquia absolutista e instituir uma democracia constitucional no Império Otomano. Dessa forma, a CUP governou o Império de 1913 a 1918 como um Estado de partido único, conduzindo o Genocídio Armênio e outras campanhas de limpeza étnica durante esses anos.

Para tanto, foi decisiva a contribuição de Gertrude Bell, uma agente-estrela da inteligência britânica, fluente em árabe, persa, hebraico, turco e outros dialetos locais. Bell foi a principal responsável – e não Lawrence ou Churchill – por dar estatuto de realidade a uma nacionalidade imaginária ou “árabe”. O termo, que era originalmente utilizado para designar os habitantes da Península, foi estendido a todos os povos semíticos do Oriente Médio e Norte da África. A ideia, que presidiu a criação desta nacionalidade "imaginária", era permitir a criação de um aliado continental para que a Grã-Bretanha pudesse fazer frente ao Império Otomano.

No entanto – antecipando uma conclusão sobre os custos e limitações do modo britânico de fazer a guerra – mais tarde, a nacionalidade árabe se voltaria contra os próprios britânicos para viabilizar a descolonização. Sucessivamente, a região assistiria o surgimento da República Árabe Unida (RAU) em 1958, e posteriormente, do eixo de regimes baathistas (Egito, Síria e Iraque), os quais constituíram um forte setor estatal em suas economias. Uma vez que as empresas possuíam um caráter estatal, elas podiam aceitar os termos de comércio compensado<sup>12</sup> adotado pela então URSS. Deste modo, os países da região – “Árabes” – converteram-se em um importante ponto de apoio da União Soviética, tornando-se não apenas os coveiros do Império Britânico, mas também um desafio para hegemonia estadunidense.

### 2.2.1.3 A Guerra Revolucionária como Estratégia

Em 1914, a Turquia declarou guerra à Inglaterra, e no mesmo ano, os britânicos desembarcaram em Fao, dando início à Campanha da Mesopotâmia. No entanto, entre 1915 e 1916, ao empreenderem a Campanha de Gallipoli, em uma tentativa de invadir a Turquia e capturar o estreito de Dardanelos, os britânicos falharam duplamente, valendo-se de forças convencionais e expedicionárias. O desastre em Gallipoli e a derrota na Batalha de Sheik Sa’ad em 1916, às portas de Bagdá, deixaram os britânicos em uma situação crítica no Oriente Médio. Na Europa tampouco o panorama era favorável. A British Expeditionary Force (BEF) – Força Expedicionária Britânica (FEB) – composta por voluntários, havia praticamente se desintegrado

---

<sup>12</sup> **Comércio Compensado** – Comércio Internacional efetuado sem a utilização da moeda. Mas, por meio de créditos, estabelecidos pela troca de mercadorias. Simplificadamente, um tipo de escambo. Inicialmente foi utilizado pela Itália e Alemanha no entre guerras, posteriormente pela URSS e até pelo Brasil. Neste caso, com o Iraque (SILVA, 2003, p. 41; FARES, 2007, p. 132).

em virtude da fricção causada pela Frente Ocidental. Havia uma crise na produção de munições, e seria necessário estabelecer a conscrição.

Este panorama sombrio tornou claro à Londres o quadro do sobrestiramento. A Grã-Bretanha tinha compromisso e frentes demais para os recursos disponíveis. Ademais, quaisquer que fossem os reforços, a prioridade seguiria sendo a Frente Ocidental, que prontamente devorava tudo o que o Império era capaz de obter com o esforço de guerra. Assim, era preciso valer-se da imaginação para produzir meios onde estes não existiam.

Este foi o papel de Gertrude Bell: elaborar uma nova estratégia inglesa, criando o que viria a ser a guerra revolucionária. Esta, como anteriormente referido, seria o principal aporte dado por Churchill ao modo britânico previamente desenhado por Marlborough e Pitt. Trata-se, essencialmente, de utilizar a guerra irregular complexa: empregar a guerrilha, sabotagem e terrorismo atrás das linhas turcas, fazendo com que as forças do Império se vissem obrigadas a distender suas forças, imobilizando-as em posições defensivas e retirando-as das suas frentes mais importantes, como no Iraque, reduzindo a presença de tropas nas cidades na Síria e Jordânia.

Assim, a Revolta Árabe permitiu que os ingleses passassem a ter êxito na Mesopotâmia, conquistando Bagdá em 1917. Nesse sentido, a Revolta se iniciou em junho de 1916, quando o Emir Hussein, o Rei da região do Hejaz, subiu a uma torre de seu palácio em Meca e disparou um velho mosquete na direção do forte otomano da cidade. Essa movimentação representou um sinal para que a rebelião se iniciasse, e a partir daí, as tribos árabes, apesar de inexperientes e pobremente armadas, lançaram vários ataques contra as guarnições turcas em Medina e Meca (LAWRENCE, 2011, p. 1; ANDERSON, 2013, p. 240).

O Exército árabe, liderado por Hussein e pelos hachemitas, era composto por aproximadamente 30.000 homens, em sua maior parte pobres agricultores. O Exército árabe optou por se engajar em uma guerra de guerrilha contra os Otomanos, dado que durante séculos as guerras intra-tribo travadas haviam sido essencialmente de guerrilha. Os homens desse exército irregular eram capazes de cobrir grandes distâncias à camelo e depois lutar a pé, bem como sobreviver em terrenos hostis onde a sobrevivência era considerada praticamente impossível (MURPHY, 2008, p. 20-21).

Lawrence descreveu a essência do tipo de guerra irregular travada por estes homens sob os seguintes termos:



Os poucos rebeldes ativos devem ter as qualidades de velocidade e resistência, ubiquidade e independência das artérias de abastecimento. Eles devem possuir o equipamento técnico para destruir ou paralisar as comunicações organizadas do inimigo, travar guerra irregular nos moldes da definição de Wilisen de estratégia, “o estudo da comunicação”, em seu grau mais extremo, de atacar onde o inimigo não está. Em cinquenta palavras: mobilidade assegurada, segurança (na forma de negar alvos ao inimigo), tempo, e doutrina (a ideia de converter todo assunto para a amizade e amabilidade), a vitória reside com os insurgentes, uma vez que os fatores algébricos são decisivos no fim, e contra eles perfeições de meios e luta de espírito se dão em vão (LAWRENCE, 2011, p. 22)

No entanto, quando a revolta irrompeu, ficou claro para os britânicos que eles precisariam armar a população tribal. A maioria dos árabes ainda estava armado com mosquetes de carregamento pela boca. No curto prazo, um programa de rearmamento foi iniciado, utilizando armas otomanas que haviam sido capturadas, bem como uma quantidade de rifles japoneses Arisaka. Posteriormente, foi feito um esforço para fornecer a todos os membros das tribos um rifle de serviço britânico, usualmente o Lee-Enfield. A difusão desta arma entre os combatentes irregulares gerou um aumento significativo da eficácia e do poder de fogo destes, tornando também mais fácil para os britânicos fornecer munição e peças de reposição (MURPHY, 2008, p. 21).

Os revoltosos árabes também receberam armas de apoio. Os europeus consideraram que seu modo de fazer a guerra negava o uso de armas pesadas, então foram fornecidas apenas metralhadoras. Estas incluíam tanto as francesas Hotchkiss e a britânica Lewis. As armas de maior porte como a Vickers ou Maxim não parecem ter sido utilizadas, uma vez que necessitavam de tripés e sistemas de refrigeração a água. O transporte desse tipo de arma não teria sido fácil, e o fato de o sistema de refrigeração ser movido a água obviamente representou um problema para uma campanha empreendida no deserto (MURPHY, 2008, p. 22).

Posteriormente, a força militar árabe contou também com unidades regulares, algumas compostas por soldados otomanos capturados pelos britânicos em campanhas que haviam sido realizadas no Sinai, Líbia e Mesopotâmia. Muitos desses oficiais otomanos eram simpáticos à causa árabe, e eram homens disciplinados, treinados e experientes. Além disso, a revolta teve um contingente de soldados britânicos e franceses tomando parte nas batalhas – nos dias de hoje, estes soldados seriam designados como integrantes das Forças Especiais.

Inicialmente, os soldados europeus atuavam como oficiais políticos, de treinamento, e controlavam o fornecimento de materiais para os árabes. Eles auxiliaram também na melhora da

defesa das cidades que haviam sido tomadas pelas forças árabes, e progressivamente foram adquirindo um papel mais importante na guerra, passando a treinar as tropas árabes no uso das metralhadoras leves, artilharia e morteiros Stoke – o que conferiu sensível aumento da capacidade de combate dos insurgentes – mas também fortaleceu a necessidade de estabelecer missões de treinamento em Meca (MURPHY, 2008, p. 23).

De qualquer modo, daí em diante os insurgentes passaram a poder contar com sua própria artilharia – os referidos morteiros Stokes<sup>13</sup>, tornando-os aptos a travar combates convencionais e almejar objetivos mais amplos. Neste ponto, destaca-se que uma das maiores contribuições de Lawrence no sentido de garantir o sucesso da Revolta Árabe foi convencer os líderes árabes a coordenar suas ações com as forças europeias de modo que estas convergissem para os objetivos britânicos no Oriente Médio. As forças árabes pretendiam, inicialmente, expulsar os otomanos de Medina, mas foram convencidas por Lawrence a atacar a ferrovia de Hejaz, restringindo consideravelmente a mobilidade das tropas otomanas, que se viram forçadas a proteger a ferrovia e reparar os constantes danos, como previamente mencionado (LAWRENCE, 2011, p. 216).

Em 1917, após a captura de Bagdá pelos ingleses em março de 1917, a Revolta Árabe converteu-se de instrumento indireto em direto, passando de uma guerra de desgaste para uma campanha onde foram travadas campanhas de relevo para o resultado da guerra na região. Dentre as diversas batalhas a partir deste período, destaca-se a Batalha de Aqaba (06/07/1917). Aqaba era o único porto otomano remanescente no Mar Vermelho, o que ameaçava o flanco da força expedicionária egípcio-britânica defendendo o Egito e se preparando para avançar na região de Sanjak, uma das divisões administrativas otomanas localizada na Síria. De acordo com Lawrence, “os árabes precisavam de Aqaba: em primeiro lugar, para expandir seu front, que era seu princípio tático; e em segundo lugar, para se conectar aos britânicos” (LAWRENCE, 2011, p. 225). Além disso, Aqaba era o principal ponto para que se estabelecesse contato entre árabes e britânicos e para que os primeiros pudessem receber suprimentos da frota britânica.

Buscando tomar o porto, Lawrence então liderou uma força árabe que marchou durante dois meses no deserto. Após um confronto com um batalhão otomano em Abu al-Lissan, os

---

<sup>13</sup> **Morteiro Stokes** – Projetado por Sir Wilfred Stokes em 1915, foi designado pelos britânicos como Morteiro de Trincheiras – intermediário entre o morteiro de infantaria e de artilharia. Como possuía um diâmetro de 81mm, nos dias de hoje seria considerado um morteiro de infantaria. Ele permaneceu em serviço com o Exército Britânico até 1930. A granada do Stokes pesava perto de 5kg, a cadência de fogo sustentada era e oito disparos por minuto e o alcance efetivo de 680 metros.

árabes foram capazes de fazer com que as guarnições do Império Otomano se rendessem. A tomada de Aqaba em julho de 1917 representou um ponto de virada no conflito, aliviando significativamente a pressão sobre as forças britânicas, efetivamente isolando as forças otomanas em Medina e abrindo caminhos para que as forças árabes realizassem operações na Síria e na Jordânia (MURPHY, 2008, p. 52).

Subsequentemente, as forças tribais de Hussein, comandadas por seu filho, Amir Faysal, e por T. E. Lawrence, se direcionaram a Damasco. Faysal optou por evitar batalhas em campo aberto com os otomanos, concentrando-se em sabotar as linhas de comunicação e de suprimentos inimigas, concentrando-se na destruição da ferrovia de Hejaz. Em outubro de 1918, no ápice do esforço de guerra, as forças árabes tomaram Damasco e Aleppo. No mesmo mês, foi concedido um armistício ao Império Otomano (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 161).

#### 2.2.1.4 Forças Especiais: Insurgência e Contrainsurgência

De acordo com o Major R. C. Moore, T. E. Lawrence obteve grande sucesso no processo de examinar a guerra não-convencional sob uma ótica da teoria convencional, formulando uma doutrina moderna que delineou uma abordagem indireta para o combate. Conforme o autor, existem três elementos essenciais na doutrina de Lawrence, sendo estes: (1) O elemento algébrico, ou a ciência da guerra. Ou seja, aspectos que são fixos e estão sujeitos a cálculos às leis da matemática, como espaço, tempo, terreno, capacidades de armadas, número de soldados; (2) O elemento biológico. Este consiste em reconhecer que o uso da massa de guerra e do capital humano não necessariamente garantem a vitória, fazendo com que em algumas circunstâncias a vida das tropas tenha que ser preservada a todo custo para preservar a vontade dos soldados de lutar; (3) O elemento psicológico. O terceiro ponto reside na averiguação da importância da psicologia no processo de moldar e influenciar atitudes e comportamentos que podem afetar o sucesso dos objetivos políticos e militares (MOOR, 1999).

Além disso, Lawrence optou por evitar conflitos diretos com os otomanos, a não ser em situações nas quais ele desejava enfraquecer a moral do exército inimigo ou impulsionar a moral de suas próprias tropas. Do lado otomano, as forças do Império não foram capazes de conter a revolta e coordenar uma resposta apropriada, agravando a situação. As tropas otomanas permaneceram limitadas a um teatro de operações secundário, atuando em deserto aberto,

enquanto os árabes e britânicos ganharam coesão e confiança, o que os permitiu tomar Damasco em 1918. Campanhas de guerra não-convencionais bem-sucedidas normalmente seguem um padrão similar, conseguindo levar o inimigo a reagir de forma desproporcional e inapropriada (MOOR, 1999).

Na Segunda Guerra Mundial, o primo de Ronald Wingate – como foi visto, o primeiro oficial britânico a trabalhar com a Revolta Árabe –, Orde Wingate, empreendeu uma campanha guerrilheira contra os japoneses na Birmânia (1942-1945). Para tanto, valeu-se de seus Chindits — oficialmente designados como 77ª brigada de infantaria (CALVERT, 1977, p. 9). Apesar da morte precoce de seu fundador em 1944 por conta de um acidente de avião, os Chindits tiveram papel decisivo no teatro de operações China-Índia-Birmânia (CBI). Mais que incursão em profundidade, ou guerra de guerrilhas, os Chindits se valiam da mobilização de etnias da população local para a resistência anti-japonesa.

Acredita-se que a 77ª brigada de infantaria desviou forças no valor de uma divisão (10 batalhões), ao passo que, ordinariamente, o efetivo utilizado para enfrentar uma divisão japonesa era de pelo menos três divisões indo-britânicas (CALVERT, 1977, p. 158). O que importa reter é que toda a ação japonesa no teatro de operações CBI foi comprometida pela ação dos Chindits. O próprio comandante Reyna Mutaguchi, do 15º exército japonês, afirma que foram eles os responsáveis por privar os japoneses das linhas inferiores, que teriam permitido que os japoneses isolassem e se confrontassem em separado com cada uma das grandes unidades dos aliados (CALVERT, 1977, p. 159).

Contudo, as Forças Especiais podem ser empregadas tanto na insurgência quanto na contrainsurgência. Cumpre, pois, uma breve menção sobre a experiência britânica com a última. Afinal, será a contrainsurgência que irá influenciar os estadunidenses na formação de Forças Especiais – tema do próximo tópico. De acordo com Rich e Duyvesteyn (2012), a contrainsurgência se classifica como “a totalidade das ações que objetivam derrotar forças irregulares”. Em vista disso, dado seu virtuosismo na promoção da insurgência os ingleses também podem ser considerados os praticantes mais bem-sucedidos da contrainsurgência no mundo (HUGHES; ROBSON, 2017, p. 3).

De fato, a prática parece convalidar as posições de Hughes e Robson. A Campanha da Malásia (1941-1942) pode ser evocada a título de experiência britânica de contrainsurgência. Conquanto os britânicos tenham se valido de expedientes brutais – como a criação das “aldeias

estratégicas” (RIO GRÁFICA, 1984, p. 224) –, tratava-se de orientar as ações inglesas através da conquista de “corações e mentes” da população como um todo. Apesar da necessidade de derrotar a insurgência no teatro de operações, o ponto chave para o sucesso da Inglaterra foi sua prontidão em identificar e remediar as fontes de descontentamento popular (POPPLEWELL, 1995, p. 336).

### **3 O MODO ESTADUNIDENSE DE FAZER A GUERRA NO ORIENTE MÉDIO**

O objetivo deste capítulo é destrinchar o “modo estadunidense de fazer a guerra no Oriente Médio”, explicitando, no primeiro momento, a cosmovisão responsável por prefigurar o que, em última instância, seria a redução das Forças Armadas dos EUA ao padrão das operações especiais, como proposto por Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld. Para tanto, são estudadas a atuação dos EUA em relação ao Oriente Médio no contexto da Guerra Fria, perpassando os motivos que levaram à criação do United States Special Operations Command (USSOCOM), e a forma como este foi empregado na guerra contrarrevolucionária, objetivando fustigar a periferia soviética.

Posteriormente, discutem-se algumas das operações e campanhas empreendidas pelos Estados Unidos que tiveram um relevante papel no que será chamado de “embriaguez do êxito” e a confirmação do “novo modo americano de fazer a guerra” proposto por Max Boot (2003): uma guerra rápida e barata, baseada em Forças Especiais, onde o tanque, o aeroplano e os sistemas de comunicação coordenam manobras de envolvimento que levam à submissão do adversário. Sublinha-se nesse sentido as ações militares empreendidas pelos EUA que objetivavam compelir o Irã a aceitar uma solução negociada na Guerra com o Iraque; a Guerra do Golfo de 1991; e a Guerra do Iraque de 2003.

#### **3.1 AS FORÇAS ESPECIAIS E A COSMOVISÃO QUE PRECEDE A TRANSFORMAÇÃO MILITAR**

Tendo em vista o virtuosismo de as Forças Especiais poderem ser simultaneamente empregadas na insurgência e na contrainsurgência, não chega a ser incompreensível que alguns propugnassem o ajuste de tropas a um perfil com predomínio deste tipo. O primeiro passo nessa direção foi dado ainda em 1941, com a publicação da “Estratégia de Aproximação Indireta”, de Liddel Hart (MATTOS, 1986, p. 36). Basicamente, o inglês defendia o predomínio da manobra, e não do confronto, para submeter os adversários. No entanto, ainda assim, Hart preconiza o uso de meios convencionais para efetuá-lo: o carro de combate, o avião e o submarino.

Dando continuidade a essa linha de pensamento, o “Estratégia da ação” do francês Beaufre parte da constatação de um suposto congelamento e paralisia estratégica decorrente das armas nucleares, para propor uma inversão de Clausewitz – que Beaufre atribuiu a Lênin – afirmando que a política deveria ser colocada a serviço da Estratégia (BEAUFRE, 1970, p. 154). Para o francês, a Estratégia da Ação se dá predominantemente no plano político, e serve de suporte para orientar o que se denomina estratégia total, tornando-se o “agente de execução da grande política” (BEAUFRE, 1970, p. 153). Esta injunção, mediante a qual a política torna-se a continuação da Estratégia – e não o contrário – remonta ainda a Ludendorff. Em seu “Guerra Total”, advoga que “a política deve servir a guerra” (LUDENDORFF, 1941, p. 36).

A definição de Curtis LeMay sobre estratégia de guerra contrarrevolucionária parece abarcar aspectos da aproximação indireta de Ludendorff e da Estratégia de Beaufre: “A guerra contrarrevolucionária assumiu importância crescente por conta do esforço para evitar o emprego de armas nucleares em um contexto anticomunista mais amplo”. Para o estadunidense, trata-se de uma resposta à própria guerra revolucionária, segundo ele movida pelo campo comunista (LEMAY; SMITH, 1970, p. 223).

Ainda assim, todas essas respostas não se afiguravam como suficientes para “[...] uma doutrina de emprego da tropa capaz de atingir a União Soviética em sua zona de influência [...]” (FERREIRA, 1988, p. 354). De modo que, conclui LeMay: “[...] essas doutrinas estão deixando a desejar” (LEMAY; SMITH, 1970, p. 237).

Aliado à percepção acerca da aparente inoperância destas elaborações algo excêntricas e rebuscadas – para empregar-se os termos mais suaves –, sobrepunha-se o problema das capacidades. Tanques, aviões e submarinos sem dúvidas são elementos cruciais, mas para que efetuem a manobra que vai “submeter” o inimigo, é preciso que antes este seja fixado por forças convencionais robustas.

Nesse sentido, a estratégia da ação parece mais um guia de planejamento que propriamente uma estratégia. E a estratégia de guerra revolucionária, por sua vez, mais uma prescrição normativa para a área de inteligência e a realização de operações encobertas do que uma estratégia propriamente dita. Em suma, mais afeta a espionagem do que o emprego de Forças. Nenhuma dessas “estratégias” assegura a proeminência no Sistema Internacional. Para tanto, o que importaria, além de capacidades econômicas, seria a própria força militar convencional (WALTZ, 1979, p. 180-181).

Assim, todas essas doutrinas tiveram de esperar o fim da Guerra Fria – que a despeito da onipresença das armas nucleares e termonucleares foi definida no campo da competição militar convencional (MEARSHEIMER, 1982) – para, mais uma vez, ressurgirem. Esse retorno deu-se principalmente através do “O fim da História” de Francis Fukuyama (1992), da teoria da Guerra de Quarta Geração de Willian Lind (1989), e da Transformação Militar de Donald Rumsfeld (2002).

Todavia, antes de abordar-se a influências destas questões no modo de fazer a guerra no Oriente Médio – e sua influência recíproca sobre as potências ocidentais que disputam influência na região –, cumpre reconhecer o papel que o Oriente Médio teve no desfecho da Guerra Fria, e sua continuidade no imediato pós-Guerra Fria.

### 3.2 O FIM DA GUERRA FRIA E A INFLUÊNCIA DOS EUA NO ORIENTE MÉDIO

A assinatura da paz egípcio-israelense em Camp David em 1978 prenunciou o deslocamento do centro de gravidade dos conflitos do Oriente Médio do eixo árabe-israelense para o árabe-persa. Em termos sistêmicos, representou a derrota da União Soviética em uma das três frentes basilares críticas da Guerra Fria (BRZEZINSKI, 1987, p. 39). Contudo, o terremoto que estremeceu a região e o restante do mundo foi a Revolução Iraniana de fevereiro de 1979. A ela, seguiram-se um aumento do preço do petróleo e um choque de juros em outubro do mesmo ano. No seu pico, os juros chegaram a perto de 20%, e, embora estes oscilassem, mantiveram-se na casa dos 10% até 1990, portanto, por mais de uma década.



## 50 years of US inflation vs interest rates

US monthly inflation (year-on-year % change) vs Fed funds interest rates since 1970



Subscribe to our global politics newsletter Signal at [gzeromedia.com](http://gzeromedia.com)  
Sources: US Bureau of Labor Statistics, Federal Reserve

**GZERO**

Fonte: SANTAMARIA; WINKLEMAN, 2021

Na América Latina, o reflexo destes eventos se deu na obliteração dos processos de equiparação e de industrialização substitutiva de importações, que tinham tido lugar ainda após a Segunda Guerra. Para completar o quadro, em dezembro de 1979, teve lugar a invasão soviética do Afeganistão, país limítrofe do Irã.

Em reação a esta conjuntura, em janeiro de 1980 os EUA proclamam a Doutrina Carter, segundo a qual “uma tentativa de qualquer força externa de obter o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por qualquer meio necessário, incluindo a força militar” (CARTER, 1981, p. 197). A corrida armamentista que se seguiu à proclamação de Carter e a assistência à insurgência afegã se encarregariam de manter os juros elevados até as vésperas da queda da URSS, que se deu em 1991.

No entanto, nem mesmo a Guerra do Líbano (1982-2001), onde foi posta em prática a Doutrina que mais tarde seria utilizada pelos EUA para fazer valer sua vantagem militar qualitativa na Europa (TRIZOTTO, 2015, p. 50-60) seria capaz de ofuscar a centralidade do Irã no processo de formulação militar estadunidense. Inicialmente, isto se deveu ao fato de que em abril de 1980, em uma tentativa de resgatar reféns estadunidenses da embaixada dos EUA em Teerã, a Operação Eagle Claw fracassou. Em setembro do mesmo ano, em uma tentativa de tirar

partido da confusão reinante no país persa e de sua rivalidade simultânea com os EUA e com a URSS, o Iraque resolveu empreender uma guerra “limitada”, tomando uma faixa de fronteira adjacente a Basra.

A partir daí seguiu-se a Guerra Irã-Iraque, que se prolongaria por nove longos anos. Na América Latina, observamos um Brasil triplamente penalizado: o aumento do petróleo elevou os custos de produção e circulação e trouxe hiperinflação; o choque de juros elevou a dívida externa, até então, sob controle, a um patamar impagável; e a Guerra Irã-Iraque significou a perda de um dos principais mercados de mercadorias industriais e até mesmo serviços – à época da Guerra, o montante do comércio bilateral Brasil-Iraque chegou a casa dos 4 bilhões de dólares, perfazendo sozinho metade das transações do Brasil com todo o Oriente Médio (CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL IRAQUE, 2015) .

Além disso, a Guerra Irã-Iraque pode ter sido funcional para o desmonte das indústrias da semi-periferia, onde deu-se o desmantelamento do setor estatal da economia através das privatizações – que teriam lugar na década seguinte –, acarretando em um empobrecimento e na limitação do crédito externo. No entanto, as repercussões da crise também atingiram duramente a Europa Leste. O colapso desta última também foi funcional para acelerar a Terceira Revolução Industrial (VIZENTINI, 2004, p. 129).

Após a detente EUA-URSS estabelecida em 1986 – Conferência de Reykjavik – a conflagração árabe-persa tornou-se disfuncional. A partir do ano seguinte, os EUA iniciaram um processo de pressão militar sobre o Irã. Os persas já haviam rechaçado os iraquianos, e se encontravam empenhados em obter ganhos territoriais na guerra – em especial, a Península de Fao.

Em decorrência tanto das dificuldades quanto dos êxitos estadunidenses em suas operações de Guerra Contrarrevolucionária dirigidas aos aliados da URSS no Terceiro Mundo, concebeu-se um novo ramo, que reuniu todas as Forças Especiais sob um comando unificado para fazer frente ao problema iraniano. Tratou-se da criação do United States Special Operations Command (Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos) – o USSOCOM, efetivado em 1987. O ímpeto para sua criação, como mencionado anteriormente, foi a tentativa falha de resgate dos reféns no Irã ainda em 1980. Dessa forma, o Congresso estabeleceu no momento de sua criação que o USSOCOM seria qualificado para liderar a guerra contra o terror, e que os tipos de missões e capacidades do USSOCOM permitiram ações de ordem não convencional, irregulares,

e adaptativas, sendo estas mais adequadas para enfrentar a ameaça assimétrica global de organizações terroristas. Assim, o Comando de Operações Especiais dos EUA tem três prioridades: (1) Vencer a guerra global contra o terror; (2) Garantir a prontidão das Forças de Operações Especiais; (3) Definir a postura das Forças Especiais para o futuro (EUA, 2007, p. 1).

Foi então que os Estados Unidos empreenderam uma série de ações militares que objetivavam compelir o Irã a aceitar uma solução negociada na Guerra com o Iraque. Foram desencadeadas as operações Ernest Will; Prime Chance; Nimble Archer, Praying Mantis; e deu-se a derrubada do Airbus A300 pelo cruzador USS Vincennes.

A Operação Earnest Will (24/07/1987-26/09/1988) consistiu na presença maciça da US Navy no Golfo Pérsico para comboiar navios, impedindo ataques do Irã. Declaradamente tratava-se de proteger os petroleiros do Kuwait – país vizinho ao Iraque, que formalmente manteve-se neutro, mas que financiava o esforço de guerra iraquiano. Tratou-se da maior operação de comboios do EUA desde a II GM. A operação ofereceu uma justificativa para presença maciça de forças da US Navy, US Air Force, Fuzileiros Navais e Forças Especiais, que também poderiam ser utilizados em uma eventual invasão do país.

A Earnest Will incluiu a Operação Prime Chance, uma operação de natureza encoberta que objetivava empreender ações contra a frota de pequenos barcos do Irã, considerados ameaças. Em conjunto com este objetivo, a Prime Chance também buscou a instalação de bases marítimas móveis (Mobile Sea Bases) que serviam de apoio para embarcações rápidas e helicópteros, de modo permitir que Forças Especiais dos EUA confrontassem a Guarda Islâmica do Irã. Ela se deu no mesmo intervalo da Earnest Will.

A Operação Nimble Archer (19/10/1987) consistiu no ataque à duas plataformas de petróleo do Irã no Golfo. Embora as plataformas fossem constante objeto de ataque por parte das Forças Especiais estadunidenses, nesta ocasião tratou-se de demonstrar que, mesmo sem invadir o país – que ainda se encontrava em guerra com o Iraque – os EUA poderiam destruir os fundamentos de sua infraestrutura econômica. Ostensivamente as plataformas foram canhoneadas por vasos da US Navy até sua completa e integral destruição.

A Operação Praying Mantis (18/04/1988) foi um ataque à Marinha iraniana nas águas territoriais do Irã. Deu-se em suposta represália pela minagem das águas do golfo por parte dos persas. Nela seis navios iranianos foram afundados – duas fragatas, uma canhoneira e três botes torpedeiros. O total de mortos do Irã foi de 56, ao passo que os estadunidenses tiveram apenas

duas baixas fatais resultantes da perda de um helicóptero. Na ocasião mais duas plataformas de petróleo do Irã foram destruídas.

Por fim, a derrubada do Airbus A300 (03/07/1988) que fazia o percurso Bandar Abbas e Dubai, por um míssil antiaéreo disparado a partir da embarcação USS Vincennes, foi o evento derradeiro que dobrou os iranianos. Em 20/08/1988 foi anunciado o cessar-fogo com o Iraque. Pela primeira vez o USSOCOM ia a guerra como um Comando Integrado e, sem grandes custos, parecia tê-la vencido.

### **3.2.1 A contrarrevolução no Terceiro Mundo e a criação do USSOCOM**

Pela primeira vez, os EUA forjavam um instrumento militar capaz de levar a cabo aquilo que, em outros tempos, denominou-se “guerra contrarrevolucionária” ou “estratégia da ação”, e que, com razão, o brasileiro Oliveiros Ferreira (1988) apontou como característica ausente no perfil de Força estadunidense. Mais do que eventualmente travar um novo tipo de guerra com o Irã – caso não aquiescesse em 1989 em fazer a paz com o Iraque –, tratava-se de um elemento que poderia ser utilizado para fustigar a periferia soviética – em especial no Afeganistão –, sobretudo onde esta encontrava-se mais vulnerável. Em retrospecto, avalia-se que essas confrontações – limitadas e parcialmente subterrâneas – resultaram num processo de influência mútua entre o USSOCOM e a Guarda Revolucionária Islâmica, em especial, no Corpo Al-Quds.

Isso se comprova uma vez que durante a Guerra Irã-Iraque tiveram lugar uma série de operações dessa natureza, levadas a cabo por ambos os contendores, que se valeram da instrumentalização de minorias étnicas e nacionais para melhorar sua posição no contexto da Guerra. De seu turno, o USSOCOM envolveu uma rede de atividades clandestinas encarregada tanto de reconhecimento e espionagem, quanto ação direta, entendendo-se por essa última, guerra psicológica, operações encobertas, e até mesmo operações contra narcóticos.

Em termos sistêmicos, a ideia original era de materializar a contrarrevolução, à época, levada a cabo contra os Estados aliados ou clientes da União Soviética. Ela se deu na Nicarágua, Moçambique, e Angola, promovendo o que então denominou-se estratégia dos “conflitos de baixa intensidade”, que visavam mais o desgaste econômico e o enfraquecimento político das sociedades pós-revolucionárias do que ações decididas visando sua derrubada direta – como a Operação Fúria Urgente em 1983. Nesse contexto, os EUA observavam um crescente sentimento

no Congresso dos EUA em relação à necessidade de reformas militares, particularmente no ramo das Forças Especiais. Esse movimento levou à criação da Joint Special Operations Agency em 1984 pelo Departamento de Defesa. No entanto, essa agência não possuía autoridade operacional nem de comando sobre Forças Especiais, e ela foi ineficaz e insuficiente no sentido de aprimorar prontidão, capacidades e políticas das Forças Especiais (SLOAN, 1986, p. 37). Logo, os referidos acúmulos levaram a percepção da necessidade de criação do USSOCOM, efetivado em 1987, ainda há tempo de participar da Operação Justa causa no Panamá, que derrubou Noriega em 1989 (VIZENTINI, 2004, p. 132).

Em 1989, deu-se a Queda do muro de Berlim. Então, William Lind lançou seu artigo sobre a Face Mutante da Guerra: A Guerra de Quarta Geração (*The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*). Nele, já propugnava que, doravante os EUA enfrentariam fundamentalmente adversários subestatais.

### **3.2.2 A Guerra do Golfo de 1991**

No ano seguinte, em 02/08/1990, Saddam Hussein invadiu o Kuwait. O Iraque havia acumulado dívidas por conta da Guerra com Irã, e o Kuwait era seu principal credor. Além disso, os dois países mantinham um contencioso em torno da delimitação de fronteiras. Essa disputa tinha implicações econômicas relevantes, dada a profusão de portentosas jazidas de petróleo na região. Como tinha sido apoiado pelo Ocidente na Guerra Irã-Iraque – encerrada graças à intervenção estadunidense contra o Irã – Saddam Hussein julgava ter motivos para crer em uma inação ocidental. Sob sua ótica, o Iraque era um instrumento imprescindível para que o Ocidente pudesse derrubar o regime dos Aiatolás. Assim, Hussein optou por não dar grande importância a Resolução da ONU que determinou a retirada iraquiana do Kuwait.

Possivelmente foi com genuína surpresa que Saddam Hussein assistiu ao encadeamento, sucessivamente, das operações Escudo do Deserto (02/08/1990-17/01/1991) e Tempestade no Deserto (17/01-28/02/1991). A primeira consistiu-se em um esforço logístico monumental – envolveu a mobilização de 543 mil soldados com equipamento pesado, e milhares de aeronaves baseadas em terra e embarcadas – para efetuar uma concentração de forças sem precedentes junto às fronteiras do Iraque e do Kuwait. A segunda, após uma campanha aérea que destruiu a

infraestrutura iraquiana<sup>14</sup>, desencadeou a campanha terrestre das cem horas, o tempo que levou para aniquilar ou colocar em fuga as tropas iraquianas no Kuwait, e reestabelecer o Emir Jaber III no poder. Mas, o que acabou por estarrecer o mundo, foi a discrepância de perdas: apenas sessenta e três estadunidenses mortos na campanha terrestre, em comparação a sessenta e cinco mil iraquianos.

Para a mídia, tratou-se de um prodígio da tecnologia: uma ‘guerra de apertar botões’. Em um perfil mais sóbrio, característico dos profissionais, um estudo da RAND – *think tank* estadunidense ligado a USAF – apontou para o papel decisivo do poder aéreo (WINEFELD; NIBLACK; JOHNSON, 1994, p. 285). O ponto forte em favor do argumento foi o papel cumprido pelo E-3 AWACS (JTIDS) na produção de consciência de situação. Seu radar cobre um raio de quase 500 quilômetros, de modo a permitir aquisição de alvos em terra, mar e ar.

Em um tom levemente dissonante, Darryl Press atribuiu a vitória à superioridade do treinamento e da capacidade de combate das Forças Terrestres anglo-estadunidenses (PRESS, 2001, p. 33) – embora reconheça importância de sua superioridade tecnológica. Os enfoques da RAND e de Press podem ser aproximados pela abordagem de Atkinson, que explora a forma como o Poder Aéreo foi utilizado em conjunção com as Forças Terrestres. Nesse caso, em função da presença dos E-8 JSTARS – àquela altura ainda em fase de testes – já empregado efetivamente para a localização de alvos móveis, tanto por parte de aeronaves quanto pela artilharia. Contudo, o enfoque mais promissor parece ser mesmo o de Edson Neves (NEVES, 2015, p. 53). O autor relaciona o papel da massa de guerra com a consciência de situação como os grandes acervos tributários, respectivamente, da Segunda e da Terceira Revoluções Industriais. Graças ao virtuosismo desta conjunção é que Neves atribui um papel positivo ao elemento híbrido (NEVES, 2015, p. 73).

### 3.2.3 A embriaguez do êxito

Em 1992, simultaneamente surgiram o artigo de Fukuyama acerca do Fim da História e o Planning Defense Guidance de Paul Wolfowitz. O primeiro foi responsável por fornecer o estatuto de cosmovisão filosófica à proposição de Willian Lind acerca da Guerra Pós-Moderna. O

---

<sup>14</sup> **Campanha Aérea da Tempestade no Deserto:** Em 42 dias foram realizados mais de 100 mil raids, lançando 88.500 toneladas de bombas sobre o Iraque.

segundo, por sua vez, descortinava as prioridades de segunda da agenda dos EUA em um mundo unipolar. Do conteúdo desclassificado, pode-se inferir três proposições: (1) A paz seria assegurada pela disseminação da democracia liberal; (2) A principal missão das Forças Armadas dos EUA seria assegurar esse tipo de governo; (3) Efetivação destes objetivos através da presença de forças estadunidense no interior das regiões – Forward Military Presence (WOLFOWITZ, 1992, p. 3-6). Em suma, deixou-se de lado os aspectos econômicos da paz – presentes em Bretton Woods (1944) –, e uma ideia passou a ser o princípio reitor da Política Externa de Segurança (PES): impedir o surgimento de um novo adversário para os EUA, e impossibilitar que qualquer região se “fechasse” à influência estadunidense. Por esse percurso, a unipolaridade tornou-se agenda de política externa – o que é, no mínimo, estranho à teoria de Relações Internacionais.

Como parte central dessa agenda, ao lado de adereços como resolução do problema árabe-israelense e do terrorismo internacional (antes do 11 de setembro), estava a questão da contraproliferação (WALT, 2018, p. 28-31). A intenção, não declarada, era justificar a Presença Militar Avançada no interior das regiões.

Como resultado, os EUA viram-se envolvidos na “Guerra às Drogas” e na imposição da democracia pela força, sobretudo na ex-Iugoslávia – os Balcãs Ocidentais (VON HIPPEL, 2003). Com o 11 de setembro, a agenda teve condições de prosperar. Os EUA efetuaram a invasão do Afeganistão, valendo-se das forças especiais e de paramilitares da CIA. Pela primeira vez, os estadunidenses iam à guerra e o centro diretivo principal da operação não era o Pentágono. Como resultado, pouco mais de 200 paramilitares submeterem 80.000 talebãs – com o auxílio dos proxies da Aliança do Norte, estimados em 20.000 –, para o entusiasmo de Rumsfeld. Foi então que ele lançou sua política de Transformação Militar, que em última instância preparava terreno para a conversão de todas as forças dos EUA ao padrão das operações especiais.

A ideia não era nova. Ainda em 1993, Odom havia desenhado um perfil de força que reduzia o efetivo total do Exército de atuais 1.010.500 para 151.000, um número próximo do efetivo atual da Guarda Revolucionária Islâmica (ODOM, 1993, p. 88-89; CANCIAN, 2021).

Em 2003, teve lugar a invasão do Iraque. Desta feita, o papel principal coube ao Pentágono. Contudo, as lições da guerra foram assimiladas de modo desigual. Para os adeptos da Transformação Restritiva de Rumsfeld, tratou-se da confirmação do “novo modo americano de fazer a guerra” (BOOT, 2003). Para os céticos, que enfatizaram a observação nas deficiências,

tratou-se antes da confirmação de um perfil híbrido, que teve êxito em 1991 (NEVES, 2015, p. 73-75).

### **3.2.4 A Guerra do Iraque de 2003**

Em 1991, os EUA haviam dispendido 80 bilhões de dólares pois tiveram de reunir uma coalizão formada por seis países que forneceram 160 mil tropas que se somaram a meio milhão de estadunidenses. Ela durou 48 dias, e a coalizão teve 365 baixas. Em 2003, os EUA foram a guerra contando apenas com o auxílio do Reino Unido, investindo 20 bilhões de dólares (1/4 do gasto em 1991), e com somente 250.000 soldados, foram capazes de tomar o Iraque, com 160 baixas. Em 1991, haviam se limitado a expulsar os iraquianos do Kuwait. Ou seja, em uma campanha bem mais ambiciosa, de objetivos bem mais amplos, suas perdas foram de pouco mais de 1/3 das de 1991 (BOOT, 2003, p. 31).

Nesse caso, teve um papel de extrema relevância o comissionamento do Joint Direct Attack Munition (JDAM) – munições de ataque conjunto direto (BOOT, 2003, p. 39; MARTINS, 2008, p. 86-88). Anteriormente, quando se tratou de 1991, destacou-se o papel do JTIDS (E3) e do JSTARS (E8). Contudo, apesar destes sistemas estarem inscritos na agenda da Terceira Revolução Industrial – computador e rede –, eles representaram melhorias incrementais ao acervo da Segunda Revolução Industrial – eletricidade e motor a explosão. Em suma, a guerra de 1991 pode, com alguma propriedade, ser comparada à Campanha da França de 1940: uma blitzkrieg. Uma guerra relâmpago, em que o tanque e o aeroplano, e os sistemas de comunicação coordenam manobras de envolvimento que levam à submissão do adversário. A diferença sensível entre 1940 e 1991 é que o JTIDS e o JSTARS (o radar baseado em microchip) tomaram o lugar do rádio, mas, essencialmente, estes trataram-se de melhorias incrementais que a despeito de sua relevância, mantiveram o perfil da guerra no século XX.

Em outras palavras, para que fosse efetiva a submissão do inimigo, o território precisava ser ocupado e controlado. As linhas de comunicação e transporte dependiam de vias terrestres abertas e seguras, o que demandava todo um esforço de armas, serviços e funções integradas e combinadas. Para além dos carros de combate (cavalaria) importava a ação da infantaria, artilharia, engenharia, comunicações e logística. Estas é que de fato controlavam o território e tornavam seguro o fluxo de comunicações e suprimentos.



Era impensável efetuar-se a destruição do inimigo sem munições e combustível. E, a função logística era encarregada destes últimos. A engenharia mantinha as estradas funcionando, e a infantaria garantia que elas permanecessem abertas e seguras. Mais que isso, asseguravam também o aprovisionamento dos civis nas regiões ocupadas, bem como a garantia de lei e ordem, de que os direitos à vida e propriedade fossem mantidos, mesmo sob as circunstâncias de guerra. Por sua vez, a preparação de qualquer tipo de avanço ou manobra cabia à artilharia, que, conforme o caso, tinha função de fixar ou destruir as posições do inimigo.

O JDAM mudou isso tudo. As munições passaram a ser guiadas através do espaço sideral, mediante uma rede de satélites de posicionamento (GPS). As munições de ataque conjunto direto converteram as bombas “burras” (*dumb bombs*), munições não-guiadas de voo livre, em projéteis que podiam ser guiados com acréscimo de um pequeno chip e alertas (MARTINS, 2008, p. 87). O ‘kit JDAM’, que possui um custo de pouco mais de 10 dólares, obtinha a mesma precisão sob qualquer condição atmosférica que as bombas inteligentes. Essas últimas, no valor de dezenas de milhares de dólares – uma unidade de Paveway II possui um custo de 20.000 dólares –, dependiam ainda de boas condições atmosféricas para atingir o alvo. Ademais, o JDAM não servia apenas para orientar *dumb bombs*, mas ele foi responsável por converter foguetes não guiados em mísseis de precisão. Até mesmo a artilharia de tubo passou a valer-se do JDAM para orientar projéteis.

Como resultado, o que em todas as guerras constituiu o “trem de munições”, tornou-se desnecessário. O aprovisionamento podia agora ser feito por aerotransporte. Tornou-se possível pensar a destruição do inimigo sem o controle do território, tornando o sonho de Liddel Hart realidade: uma guerra travada predominantemente por forças especiais. Mais que isso, haveria uma economia significativa em combustível, munição, e tropas, já que agora não seria preciso controlar o sistema rodoviário e as cidades, derrubando drasticamente o custo da guerra.

No plano sistêmico, os EUA deixaram de necessitar de aliados para o custeio de operações. Deu-se início a era do unilateralismo, que até os dias de hoje enfraquece o sistema ONU – por definição, multilateral.

As forças iraquianas foram derrotadas de forma avassaladora, o que não deixou de surpreender até mesmo os mais otimistas. Contudo, as cidades foram abandonadas ao saque, estupro e depredações. Como resultado, organizaram-se milícias que passaram a encarregar-se daquilo que deveriam ser as tarefas da força ocupante – o *law enforcement*. Elas se estabeleceram

constituindo um poder paralelo, que solapou o monopólio da força característicos do Estado burocrático legal. É possível enxergar nessas milícias a origem do que uma década depois viria a ser o Estado Islâmico (TRIZOTTO, 2018, p. 115). Os EUA, mais uma vez, venceram todas as batalhas, e, novamente, perderam a guerra. A retirada dos EUA do Grande Oriente Médio (Afeganistão e Iraque) com toda probabilidade assinala o fim da unipolaridade e a volta a competição das Grandes Potências (EUA, 2017, p. 45).

Por este percurso, a guerra baseada em forças especiais – oriundas da Transformação Restritiva conseguida por Donald Rumsfeld – associa-se a uma mudança de polaridade. Afinal, se os EUA tivessem ocupado as cidades, desarmado as milícias, e efetuado a construção de nação – como fizeram na Alemanha e no Japão –, certamente teriam tido muitas baixas, mas dificilmente teriam perdido a guerra. No entanto, não foi o que se deu: mesmo em tempos de “paz”, as forças estadunidenses permaneciam confinadas em bases guardadas por mercenários (locais e estrangeiros). Nunca se estabeleceu um sociometabolismo que permitisse aos iraquianos de fato vislumbrarem nos estadunidenses “libertadores e salvadores”, fazendo com que o Iraque de hoje oscila entre a indiferença e a hostilidade aos EUA.

No âmbito regional, criou-se uma fronteira artificial entre o Irã e Israel, através do sul do Iraque e da Síria, que, aliás, encontra-se no centro dos problemas de segurança da região, como pode-se ver nos capítulos seguintes, que tratam da Guarda Revolucionária Islâmica e das hipóteses de guerra contra o Irã.

## 4 O MODO DE FAZER A GUERRA DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA DO IRÃ

Este capítulo busca entender o comportamento da Guarda Revolucionária Islâmica em um contexto de disputas regionais. Para tanto, são propostas duas seções: em um primeiro momento, analisamos a ordem de batalha da Guarda Revolucionária, bem como apresentamos suas capacidades em termos de forças terrestres, aéreas e navais. No segundo momento, trazemos o “modo de fazer a guerra” da Guarda Revolucionária Islâmica — e em alguns contextos, mais especificamente de sua sucursal, a Força Al Quds — em cinco diferentes realidades de guerra do Oriente Médio: (1) Guerra Irã-Iraque (1980-1988); (2) Guerra do Líbano de 2006, (3) Guerra da Síria (2011-presente); (4) Pós Guerra do Iraque de 2003; (5) Guerra do Iêmen (2015-presente).

### 4.1 ORDEM DE BATALHA DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA

A Guarda Revolucionária Islâmica (GRI) surgiu como um produto tanto da Revolução Iraniana de 1979, quanto da Guerra Irã-Iraque, se tornando a principal instituição militar do Irã. De acordo com a Constituição iraniana, o papel da Guarda Revolucionária é:

Na formação e estabelecimento de capacidades das forças armadas do país, deve ser dada a devida atenção à fé e a ideologia, sendo estes critérios básicos. Dessa forma, o Exército da República Islâmica e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica devem ser organizados em conformidade com esse objetivo, e serão responsáveis não apenas pela defesa e preservação das fronteiras do país, mas também pelo cumprimento da missão ideológica da Jihad à maneira de Deus; isto é, estendendo a soberania da lei de Deus em todo o mundo (IRÃ, 1979).

Logo, como explicitado na Constituição, a GRI possui traços mais políticos e ideológicos do que as forças armadas tradicionais. Teoricamente, a Guarda Revolucionária tem como papel primordial a segurança doméstica e a defesa de ordem externa como prioridade secundária (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 73; MILITARY BALANCE, 2021, p. 338). No entanto, nos últimos anos, a GRI tem adquirido traços de força expedicionária, capaz de projetar poder além-fronteiras, através de operações militares convencionais ou via *proxies* e guerra não convencional (ALFONEH, 2016). Destaca-se que desde sua criação, a Guarda Revolucionária evoluiu e se tornou uma das forças de maior peso em termos políticos, econômicos e militares no Irã (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 129).

De acordo com o IISS Military Balance (2021), a GRI possui um ativo de 190.000 homens, divididos em forças terrestres (150.000); forças navais (20.000), em conjunto com fuzileiros (5.000); e forças aéreas (15.000). Atualmente, a GRI ocupa a posição de maior força do Oriente Médio, superando até mesmo os exércitos de Israel e Arábia Saudita (FRICK, 2008, p. 122).

A Guarda Revolucionária Islâmica possui também capacidades substanciais para guerra assimétrica e operações encobertas. Isso inclui a Força Al Quds (FAQ) e outros elementos que operam fora das fronteiras iranianas, como o Hezbollah, milícias xiitas no Iraque, e xiitas no Afeganistão (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 73). Através dessas forças, o Irã é capaz empregar forças regulares e irregulares conjuntamente no teatro de operações, combinando capacidades militares convencionais, táticas irregulares, terrorismo e atividades criminosas — como contrabando, lavagem de dinheiro, suborno, cibercrimes e transferência ilegal de armas —; ao passo que conduz operações simultâneas entre os diferentes domínios (terra, mar, ar, informação, cibernético, espaço), buscando criar uma sinergia entre suas forças e maximizar suas vantagens em um contexto de batalha (EISENSTADT, 2021, p. 81).

Dessa forma, examinaremos agora a organização, capacidades e ordem de batalha de cada um dos componentes da Guarda Revolucionária Islâmica, de forma a discutir no capítulo subsequente, de que forma cada um desses elementos poderia ser operacionalizado em um cenário de conflagração com Washington. Iniciaremos com as forças terrestres, posteriormente analisando as forças navais, e finalizando com um estudo das forças aéreas da Guarda Revolucionária. Posteriormente, examinaremos a atuação e operação das capacidades anteriormente descritas da Guarda Revolucionária Islâmica e de suas sucursais em cinco diferentes realidades de guerra na região, sendo estas: (1) Guerra Irã-Iraque; (2) Guerra do Líbano de 2006; (3) Guerra do Iraque; (4) Guerra da Síria; e (5) Guerra do Iêmen.

#### **4.1.1 Forças terrestres da Guarda Revolucionária Islâmica**

O efetivo de 150.000 homens da força terrestre da Guarda Revolucionária se divide em unidades de nível de brigada, apoiadas por formações blindadas, de apoio aéreo (drone), artilharia, inteligência e forças especiais. Os recrutados para as forças terrestres da Guarda

Revolucionária são recrutados da mesma forma que os homens do Exército regular, e os níveis de treinamento e retenção destes são relativamente baixos. As forças terrestres da GRI também aparentam controlar o Basij-e Mostazafin<sup>15</sup> e outras forças paramilitares na maioria das operações de segurança internas que são realizadas. Em termos de armamentos, as forças terrestres carecem de carros de combate, artilharia, defesas aéreas, ou apoio logístico para operações sustentadas. Seus equipamentos mais pesados são veículos blindados de transporte de pessoal, que fornecem transporte e apoio armado relativamente limitados (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 131-132).

A GRI é o centro de muitos dos esforços iranianos para desenvolver táticas de guerra assimétrica para conter uma invasão estadunidense. De acordo com Connell (2007), a Guerra Revolucionária tem sistematicamente equipado, organizado e treinado suas forças para lutar uma guerra descentralizada e de guerrilha. Houve esforços para fortalecer os armamentos anti-tanque e anti-helicóptero da GRI, em conjunto com uma abordagem que procurou dar ênfase em batalhões independentes, capazes de seguir lutando com independência considerável em um cenário onde o Irã perca significativamente suas capacidades e sua coerência em comando, controle, comunicações e inteligência (GLOBAL SECURITY, 2022). Os exercícios realizados pela Guarda Revolucionária Islâmica nesse sentido incluíram ataques simulados em helicópteros americanos AH-64, utilizando Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS), equipados com minas e dispositivos explosivos improvisados para atacar as forças blindadas americanas (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 75).

Aliado a essas estratégicas, a Guarda Revolucionária tem se dedicado a desenvolver e a praticar mecanismos de *deception*, ocultação, e camuflagem, buscando reduzir a efetividade de sistemas de cobertura de imagem modernos dos EUA, se dispersando em pequenos grupos e evitando o uso de uniformes e veículos militares (GLOBAL SECURITY, 2022).

A combinação destas táticas compõe uma defesa em camadas/defesa em mosaico, a ser colocada em prática em conjunto com o Exército convencional (Artesh) e a Força Aérea,

---

<sup>15</sup> **Basij:** A Basij é uma milícia paramilitar voluntária, estabelecida em 1979, assim como a Guarda Revolucionária Iraniana. A partir de 1981, a Basij foi alocada sob o comando da GRI, e desde então passou a servir como uma reserva de pequenos elementos de combate para a Guarda Revolucionária, se tornando uma espécie de força auxiliar da GRI (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 81).

permitindo que a Guarda Revolucionária mantenha pressão constante sobre qualquer força estadunidense que avance em um contexto de conflagração. Para conter este avanço de forma efetiva, a Guarda Revolucionária desenvolveu unidades especiais, que incluem entre 1.800 e 3.000 equipes de três ou quatro soldados, os quais teriam como missão principal atacar as linhas de comunicação e abastecimento dos EUA, atacar elementos em áreas traseiras, e conduzir emboscadas de tropas de combate (CONNELL, 2007).

#### **4.1.2 Forças navais da Guarda Revolucionária Islâmica**

A força de 20.000 homens que compõem o ramo naval da Guarda Revolucionária Islâmica, em conjunto com os 5.000 fuzileiros navais, é responsável por desempenhar um papel crítico na competição militar do Irã com os EUA e os Estados do Golfo (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 135).

As forças navais da GRI possuem pelo menos 40 barcos de patrulha leve, 10 barcos Houdong equipados com mísseis anti-navio C-802, uma bateria de mísseis anti-navio baseados em terra HY-2 Seersucker, mais de 20 mini submarinos, e veículos de entrega de nadadores. Alguns desses sistemas podem ser modificados para transportar armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, mas dificilmente se classificariam como plataformas de entrega ideais por conta de sua carga útil de alcance limitado e plataformas de sensores/orientação que são inadequadas para entregar dispositivos tão sensíveis quanto as armas químicas (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 135).

A força naval da Guarda Revolucionária é operacional no Golfo e no Golfo de Omã, contando com um total de cinco diferentes comandos nessas regiões. Entretanto, ao contrário da força terrestre, a força naval da GRI não teve experiências de combate significativas com guerra assimétrica desde a Guerra Irã-Iraque, com exceção dos limitados esforços ocasionais direcionados a assediar embarcações britânicas e estadunidenses no Golfo. A força naval realiza, contudo, exercícios militares de grande escala que demonstram capacidades que ela seria muito provavelmente capaz de entregar armas convencionais, bombas, minas, e armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares em portos e outros centros de logística, bem como em infraestruturas críticas, incluindo instalações petrolíferas (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 135).

### **4.1.3 Forças aéreas da Guarda Revolucionária Islâmica**

A força aérea da Guarda Revolucionária Islâmica controla os mísseis estratégicos iranianos, atualmente operando mísseis balísticos de médio alcance do tipo Shahab-3, e mísseis balísticos de curto alcance do tipo Qiam-1. Além disso, possui sistemas de entrega para mísseis balísticos de curto (Fateh-110; Fateh-313; Shahab-1/-2; Qiam-1; Zelzal; Zolfagar) e médio alcance (Shahab-3 em operação; Emad-1 em testes; Ghadr-1 em testes; Sajjil-2 em desenvolvimento; Khorramshahr em desenvolvimento), bem como mísseis de cruzeiro lançados do solo (Quds-1) (MILITARY BALANCE, 2021, p. 339).

A força aérea dispõe também de veículos aéreos não tripulados de combate, como o Shahed 129; Ababil 3; Mohajed 4; Shahed 123. Para defesa aérea, têm-se mísseis de terra-ar de médio alcance (Ra'ad Khordad; Talash Khordad) e para defesa de ponto (Misaq 1; Misaq 2) (MILITARY BALANCE, 2021, p. 339).

A Guarda Revolucionária opera a maior parte dos mísseis superfície-superfície do Irã, e possui a custódia das armas nucleares, químicas, biológicas e radiológicas iranianas. Portanto, caso fossem mobilizados, os mísseis iranianos nuclearmente equipados seriam operados pela Guarda Revolucionária Islâmica (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 73).

## **4.2 ATUAÇÃO DA GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA NA REALIDADE DE GUERRA DO ORIENTE MÉDIO**

No contexto de sua criação, que se deu através de um decreto estabelecido por Khomeini em maio de 1979, a Guarda Revolucionária buscava conciliar e unificar os membros de aproximadamente 6.000 milícias que haviam lutado contra o regime do Xá Reza Pahlavi (BELSTAD, 2010, p. 34). No momento de seu estabelecimento, a GRI se formou como uma organização que funcionava como uma rede, uma irmandade, onde personalidades e conexões importavam mais do que a hierarquia e a estrutura (ANSARI, 2010, p. 50). Nesse sentido, Maryam Alemzadeh (2018), argumenta que a Guarda Revolucionária sobreviveu e prosperou através do uso de um “carisma difuso” como fonte de coesão e motivação. Em conjunto com essa

questão, existe uma leitura particular da ideologia do martírio dentro da GRI que cria uma aura carismática em torno de quase todos os soldados da instituição. Destaca-se que essa percepção se torna uma fonte importante de identidade coletiva, motivação e coesão para os soldados integrantes da Guarda Revolucionária.

A Guarda Revolucionária lutou sua primeira guerra em condições nas quais havia uma significativa carência de treinamento, experiência e equipamento para seus combatentes, ainda na condição de uma milícia, e ainda assim foi capaz de conquistar amplo apoio político e sobreviver à pressão de uma guerra convencional sem ter sido absorvida pelo Exército tradicional (Artesh) devido à qualidade de sua presença na Guerra Irã-Iraque (ALEMZADEH, 2018, p. 1-2).

Através de uma combinação desses elementos sociológicos — que motivaram um grande número de voluntários a integrar a Guardas Revolucionária e a se sacrificar pela Revolução e pela guerra —, com sua atuação militar bem-sucedida na Guerra Irã-Iraque apesar das condições adversas, a Guarda Revolucionária Islâmica prosperou e emergiu como uma força extremamente influente em termos econômicos, políticos e militares dentro do regime iraniano (ALEMZADEH, 2018, p. 2). Incumbida com a missão primária de defender a Revolução Iraniana, a Guarda Revolucionária se tornou encarregada da segurança doméstica; do exercício da dissuasão convencional e de uma projeção de poder externa; de chefiar a inteligência interna e externa; e de operações militares além-fronteiras (FULTON, 2013, p. 1).

No que tange às operações militares além-fronteiras, a Força Al Quds, a unidade expedicionária da Guarda Revolucionária Islâmica, é a principal responsável pelo treinamento e equipamento dos *proxies* iranianos, como o Hamas, Hezbollah, xiitas insurgentes iraquianos, e elementos do Talibã, que possuem como alvos centrais as forças ocidentais presentes no Oriente Médio, indo ao encontro dos interesses iranianos na região. A presença da Guarda Revolucionária nos países onde esses *proxies* atuam (Síria, Líbano, Iraque, Afeganistão) oferece ao Irã uma significativa projeção de poder, influência e prestígio regional. Portanto, a Guarda Revolucionária Islâmica funciona como um agente da política externa iraniana, e a Força Al Quds é o mecanismo direto para a projeção de poder iraniana no Grande Oriente Médio e no restante do mundo (SILINSKY, 2019, p. 1-3).



Portanto, a Guarda Revolucionária Islâmica possui três principais objetivos de política externa: (1) Operacionalizar iniciativas internacionais para construir dominância regional iraniana no Oriente Médio; (2) Exportar a Revolução Iraniana e disseminar as ideias de Khomeini, em especial para os Estados na região que possuem extensas populações xiitas; (3) Apoiar Estados que atacam os inimigos do Irã — principalmente Israel e EUA (SILINSKY, 2019, p. 8).

A Guarda Revolucionária Islâmica é um dos principais mecanismos utilizados pelo Irã para empregar um *modus operandi* de “zona cinzenta” apontado por Eisenstadt (2010), que se constitui em sondar e testar os limites das ações que um Estado pode tomar de forma a não se envolver decisivamente com seus adversários. Essa tática consiste em se basear em atividades de *proxy* encobertas ou secretas para preservar uma negação por parte do Estado, além da criação de ambiguidade contra suas intenções, fazendo com que seus inimigos não tenham certeza de como responder às atitudes tomadas pela nação.

Isso permite que o Irã desafie seus adversários mais fortes e avance suas agendas anti-*status quo*, ao passo que gerencia riscos, evita uma escalada significativa das tensões e previne a guerra direta com seus adversários. Teerã realiza isso utilizando flexibilidade tática e consistência estratégica; ambiguidade e paciência; reciprocidade, proporcionalidade e uso calibrado da força; preferência por prolongar ao invés de escalar conflitos; espaçando e estabelecendo um ritmo para suas atividades; diversificando e expandindo suas opções; e dividindo e cercando inimigos (EISENSTADT, 2021, p. 81-82). Todos esses comportamentos permeiam, em maior ou menor grau, a atuação da GRI nas realidades de guerra a serem discutidas a seguir.

#### **4.2.1 Guerra Irã-Iraque (1980-1988)**

Em setembro de 1980, o Irã foi invadido pelas forças iraquianas por meio de sua fronteira oeste. Nesse contexto, a Guarda Revolucionária Islâmica se encontrou lutando ao lado das Forças Armadas iranianas oficiais, apesar de seu estabelecimento recente e condições de preparo precárias. Durante o curso da guerra, a GRI evoluiu de uma milícia jovem, improvisada, relativamente pequena, preocupada essencialmente com os assuntos domésticos do Irã, para um exército grande, bem organizado, engajado em guerras internacionais (BELSTAD, 2010, p. 30).

Quando o Iraque iniciou a guerra, o Exército regular da República Islâmica (Artesh) estava extremamente fragilizado, contando com aproximadamente um terço de seu efetivo pré-revolucionário (HICKMAN, 1982). O equipamento era escasso, havia poucos responsáveis por realizar manutenções, e a liderança estava debilitada devido a Revolução (ALEMZADEH, 2018, p. 7). O elemento surpresa utilizado com sucesso pelo Iraque, em conjunto com a situação turbulenta na qual o Exército iraniano se encontrava no momento, permitiu que as forças iraquianas ocupassem porções significativas do território iraniano na região fronteiriça, encontrando pouca ou nenhuma resistência coordenada (BESLTAD, 2010, p. 37).

Nesta conjuntura, o alto comando da GRI estava dividido com relação ao papel que a recém-estabelecida organização militar deveria desempenhar na guerra, mas alguns jovens comandantes tomaram a iniciativa para coordenar atividades que já estavam em andamento, numa tentativa de tornar a atuação da GRI na guerra mais organizada. No início da guerra, a Guarda Revolucionária realizava mini-operações utilizando sua capacidade técnica limitada e armamento leve, praticando basicamente ataques maciços de infantaria, apoiando o Exército tradicional. Paulatinamente, a Guarda Revolucionária foi solidificando uma presença assertiva no campo de batalha, mesmo que em uma pequena escala, fortalecendo sua posição na guerra e desenvolvendo seu próprio apoio de blindados de artilharia, buscando reduzir sua dependência do Exército tradicional (ALEMZADEH, 2018, p. 7; BELSTAD, 2010, p. 35).

Em setembro de 1981, a Guarda Revolucionária realizou sua primeira ofensiva organizada na Operação *Samen-ol-A'meh*, na qual as forças iranianas foram exitosas em quebrar o cerco iraquiano na cidade de Abadan. Nesta operação, o Exército tradicional usou pequenos grupos de veículos blindados, artilharia e apoio aéreo, e a Guarda Revolucionária apoiou com sua infantaria (KATZMAN, 1993, p. 85). Como nesta, as primeiras contraofensivas iranianas foram majoritariamente operações coordenadas que combinaram táticas de guerra convencional do Artesh com as táticas não-convencionais da GRI, o que proporcionou êxito na expulsão das forças iraquianas do território iraniano no início de 1982 (KARSH, 2002, p. 33).

Com a expansão do seu papel nas operações militares, a GRI começou a se organizar de forma similar ao Exército tradicional, com unidades militares divididas entre corpos, divisões e brigadas. A Guarda Revolucionária precisou desenvolver uma organização interna para poder encapsular o grande número de novos recrutas que estavam se alistando durante a guerra,

fornecendo o treinamento necessário a estes. Nos primeiros momentos, a GRI conduziu operações de treinamento em cooperação com o Artesh, mas logo instituiu seus próprios programas de treinamento, focando em táticas e uso de armas próprias da Guarda Revolucionária, fortemente imbuídas de uma ideologia islâmica radical proposta por Khomeini e seus aliados mais próximos (BELSTAD, 2010, p. 33).

Nesta conjuntura, o Exército tradicional foi marginalizado e a liderança do esforço de guerra foi passado para a Guarda Revolucionária, que compartilhava da mentalidade irredutível de Khomeini em relação ao Iraque, determinado a continuar com a guerra até que o regime de Saddam Hussein fosse plenamente derrotado. Em julho de 1982, as forças iranianas passaram a realizar ofensivas em território iraquiano, mas devido a discordâncias no que dizia respeito ao uso de táticas, objetivos e recursos entre o Artesh e a GRI, operações militares combinadas entre as duas forças estavam se tornando cada vez mais complicadas e inviáveis. Neste cenário, Khomeini e seus aliados optaram por depositar sua confiança nos ataques de infantaria de larga escala, no estilo de “ondas humanas”, organizados pela GRI. Nesses ataques, os combatentes menos treinados, porém mais ideologicamente motivados, eram utilizados como “bucha de canhão”, sendo enviados com um armamento mais leve para cruzar campos minados e abrir o caminho para as forças da Guarda Revolucionária mais fortemente armadas (KATZMAN, 1993, p. 67). Ataques como esses passaram a ser um marco das táticas de guerra não convencionais empregadas pela Guarda Revolucionária Islâmica (BELSTAD, 2010, p. 38).

No entanto, sem uma blindagem adequada, artilharia e apoio aéreo, esses ataques normalmente falhavam em romper as linhas fortificadas de defesa iraquianas, sendo repelidos com baixas significativas. Isso fez com que o intervalo que se estendeu de 1982 a 1986 fosse caracterizado por uma guerra estática, sem que algum dos lados fosse capaz de fazer avanços significativos. Nos momentos em que a Guarda Revolucionária estagnava e realizava poucos progressos, o Exército tradicional era invocado, mas assim que a GRI alcançava uma pequena conquista, o Exército era mais uma vez rebaixado para uma posição marginalizada (CHUBIN; TRIPP, 1988, p. 46-47).

Em fevereiro de 1986, a força naval da Guarda Revolucionária alcançou um de seus maiores sucessos com a captura da Península iraquiana de Fao, fazendo com que o Irã ganhasse temporariamente uma vantagem na guerra, em uma operação combinada onde a GRI e o Exército

regular cooperaram de forma jamais antes vista (KATZMAN, 1993, p. 66). Em setembro de 1986, a GRI começou a ter treinamentos avançados de artilharia, expandindo sua influência em áreas que até então eram de domínio exclusivo do Exército iraniano tradicional (BELSTAD, 2010, p. 35).

No final de 1986, no entanto, a sorte estava começando a ficar a favor do Iraque, uma vez que Bagdá estava recebendo um fluxo constante de suprimentos militares, armas, e ajuda econômica de uma ampla gama de aliados que temiam as consequências de uma vitória iraniana no conflito. Enquanto isso, Teerã via sua capacidade operacional baseada em armamentos pesados como artilharia, tanques, mísseis e aeronaves diminuindo cada vez mais, devido ao embargo internacional de armas vigente (ANSARI, 2003, p. 234). Essa situação permitiu que o Iraque recapturasse posições iranianas em território iraquiano, e levasse a guerra de volta ao território iraniano pela primeira vez desde 1982. Essa virada de maré, os custos exorbitantes e o apoio popular cada vez menor da guerra compeliram a liderança iraniana a abrir mão de sua posição intransigente, aceitando um armistício em 1988 (BELSTAD, 2010, p. 40).

A alta dependência da Guarda Revolucionária de ataques maciços de infantaria com táticas baseadas em “ondas humanas”, compostas de homens ideologicamente comprometidos de todas as idades, foi um importante ponto associado com o “modo islâmico de fazer a guerra” no contexto da Guerra Irã-Iraque (CHUBIN; TRIPP, 1988, p. 46). Para ilustrar os custos humanos desse tipo de ataque, trazemos a Operação *Karbala 4*, uma ofensiva iraniana realizada em Bassora em dezembro de 1986, que resultou em uma derrota esmagadora, somando 10.000 baixas iranianas que ocorreram em um período de apenas 3 dias (KARSH, 2002, p. 51). Destaca-se, neste ponto, que 218.867 iranianos morreram durante os oito anos de conflito, e dentre estes, 41.146 (aproximadamente 19%) eram combatentes da GRI (ZARGAR et al, 2007, p. 1). Números tão significativos de baixas fizeram com que o Irã adotasse uma cultura estratégica que tangencia alguns dos conceitos de zona cinzenta anteriormente abordados, como a ambiguidade e paciência e a preferência por prolongar ao invés de escalar conflitos, de forma a jamais repetir essa experiência, que deixou traumas profundos na população iraniana, presentes até os dias de hoje (EISENSTADT, 2021, p. 78).

Ataques como esse foram amplamente utilizados por dois motivos. O primeiro deles era o fato de que a liderança iraniana àquela época estava disposta a aceitar grandes perdas humanas,

em parte pelo desejo de demonstrar a dedicação do povo iraniano e sua determinação de seguir lutando na guerra independentemente do quão difícil esta se tornasse, esperando que esta atitude fosse capaz de desmoralizar o Iraque. O segundo motivo diz respeito à escassez de recursos devido ao embargo internacional. Com o Iraque aumentando significativamente sua superioridade em armas pesadas e poder de fogo, a única vantagem estratégica que o Teerã passou a possuir foi a capacidade de mobilizar um efetivo esmagadoramente maior que o Bagdá (CHUBBIN; TRIPP, 1988, p. 2-3).

Entram aqui também os aspectos sociológicos e ideológicos, amplamente presentes nos combatentes da Guarda Revolucionária Iraniana. A GRI possuía comandantes de diferentes patentes que eram unanimemente lembrados como carismáticos e comprometidos com a Revolução Islâmica, gerando extremo respeito entre os subordinados e fazendo com que estes confiassem cegamente nas tomadas de decisão de seus superiores (ALEMZADEH, 2018, p. 10). Esse carisma institucional permitiu que a GRI sustentasse um esforço de guerra extremamente custoso em termos humanos, fazendo com que os combatentes da Guarda Revolucionária acreditassem ferrenhamente nas narrativas xiitas de martírio, entendendo que morrer em uma batalha se constituiria como uma oportunidade de estar diretamente conectado à “força vital” do Islã. Além disso, essa percepção do martírio criou uma identidade organizacional característica da GRI, um princípio de hierarquia, e uma fonte vibrante de coesão e motivação para seus combatentes (ALEMZADEH, 2018, p. 18).

Conclui-se, nesse ponto, que as táticas não-convencionais adotadas pela Guarda Revolucionária Islâmica nesse cenário podem ser entendidas como uma tentativa de tirar o melhor proveito dos recursos escassos disponíveis, e, apesar de terem resultado em perdas humanas extremas, essas abordagens também trouxeram triunfos, como na operação da captura de Fao em 1986 previamente mencionada (BELSTAD, 2010, p. 41).

Por fim, faz-se necessário mencionar a participação da força aérea da Guarda Revolucionária na guerra. A força aérea da GRI teve uma participação bastante moderada na guerra, tendo sido responsável por disparar alguns mísseis superfície-superfície SCUD contra instalações civis no Iraque, e por desenvolver unidades de mísseis responsáveis pela defesa aérea contra aeronaves iraquianas. O embargo de armas internacional vigente, que vetava a importação de novas armas e peças adicionais para as aeronaves que a GRI herdou da força aérea do Xá,

impediu que a força aérea tivesse uma participação mais relevante. No entanto, ainda assim, o estabelecimento da força aérea funcionou como um símbolo da crescente relevância e do aumento das responsabilidades da Guarda Revolucionária Islâmica (BELSTAD, 2010, p. 36).

Parte-se agora para o estudo de outra experiência de guerra para entender como a Guarda Revolucionária Islâmica evoluiu no treinamento e na operacionalização de suas táticas não convencionais desde sua criação e primeira experiência na Guerra Irã-Iraque.

#### **4.2.2 Guerra do Líbano de 2006**

Importa iniciar esta seção esclarecendo a relação entre a Guarda Revolucionária Islâmica e o Hezbollah, uma vez que foi a organização xiita quem formalmente participou da conflagração contra Israel em 2006. A República Islâmica do Irã tem como ponto central em seus cálculos estratégicos e comportamentos a preservação do regime, e a rede de projeção de força global iraniana – composta pela Guarda Revolucionária Islâmica, Força Al Quds, Hezbollah e outros proxies iranianos no Iraque e na Síria – auxilia neste objetivo se comportando como uma força de dissuasão e retaliação, com o propósito de proteger o regime iraniano de ameaças de ordem externa (FULTON, 2013, p. 2).

Esse cálculo estratégico sempre esteve presente na mentalidade dos líderes iranianos, desde o estabelecimento do regime nos primeiros anos pós Revolução. Em 1980, a Guarda Revolucionária Islâmica publicou um editorial descrevendo o porquê da rede global de proxies iranianos ser essencial para a sobrevivência do regime:

Para alcançar a autoconfiança ideológica, política, securitária e econômica, não temos outra escolha senão mobilizar todas as forças leais à Revolução Islâmica, e através dessa mobilização plantar um profundo terror nos corações dos inimigos, de forma que eles abandonem o pensamento de realizar uma ofensiva ou aniquilação contra a nossa Revolução... Se a nossa Revolução não possuir uma dimensão ofensiva e internacionalista, os inimigos do Islã voltarão a nos escravizar culturalmente, politicamente, e nas demais esferas, não se abstendo de nos saquear (ALFONEH, 2013).

Dessa forma, é compreensível que a Guarda Revolucionária Iraniana, que tem como principal missão defender a Revolução Islâmica e preservar o regime, como mencionado anteriormente, mantenha laços próximos com os proxies iranianos. Tratando especificamente do

caso do Hezbollah, têm-se que a GRI mobilizou uma de suas brigadas no começo de 1980 para fortalecer e auxiliar na estruturação da organização xiita. Desde então, o Irã tem fornecido contínuo apoio financeiro e material para o Hezbollah, com sua parceria se materializando através de ataques terroristas realizados em todo o mundo, assassinatos direcionados, e operações militares em ambientes de guerra (FULTON, 2013, p. 3).

Retomando também os conceitos de comportamento de zona cinzenta, utilizando o Hezbollah, Teerã é capaz de realizar operações além-fronteiras para criar ambiguidade e instabilidade, ao passo que evita um engajamento direto com Israel. Nessa situação, o Irã conseguiu semear dúvidas sobre sua exata atuação na conflagração, encorajando uma especulação sobre a culpabilidade de elementos do regime. Essa abordagem indireta, que busca vantagem através de ganhos incrementais e cumulativos, requer uma alta dose de paciência por parte do Irã (EISENSTADT, 2021, p. 82). Os esforços do Irã em ter participado indiretamente da Guerra do Líbano de 2006 também tangenciam o ponto que diz respeito aos objetivos iranianos de cercar seus adversários através de parceiros militares ou de proxies. O apoio iraniano ao Hezbollah faz com que Teerã se torne capaz de ameaçar Israel com uma chuva de destruição através do emprego de foguetes, mísseis e drones (EISENSTADT, 2021, p. 83).

No caso da Guerra do Líbano de 2006, diversos oficiais da Força Al Quds — a sucursal da GRI responsável pelo treinamento dos proxies iranianos, com traços de força expedicionária — estiveram presentes no Líbano, fornecendo extensivo treinamento para o Hezbollah. Além disso, Cordesman (2006 - *Iran's Support of the Hezbollah in Lebanon*, p. 3) estima que o Irã estivesse fornecendo uma ajuda financeira em torno de 25-50 milhões de dólares ao Hezbollah na época da guerra. Em conjunto com essas estratégias, a GRI transferiu uma quantidade significativa de mísseis para o Hezbollah para que a organização tivesse a capacidade de atacar Israel. Estes incluíam entre 10.000-16.000 lançadores múltiplos de foguetes de curto alcance do tipo Katyusha, que contavam com pequenas ogivas de alcance de 19-28 quilômetros. Esses sistemas, apesar de poderem ser facilmente disparados em grandes números de qualquer posição, eram extremamente imprecisos, além de terem ogivas muito pequenas (CORDESMAN, 2006, p. 3).

A Guarda Revolucionária também forneceu ao Hezbollah mísseis de médio e longo alcance, o que possibilitaria à organização xiita atacar cidades maiores — como por exemplo Haifa —, onde estão localizados alvos de maior valor e que receberiam maior atenção publicitária

(CORDESMAN, 2006, p. 3-4). No entanto, esses mísseis foram destruídos pela Força Aérea Israelense no segundo dia de guerra, inutilizando 59 lançadores permanentes dos mísseis de médio alcance Fajr e Zelzal (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 100).

O Hezbollah foi capaz de manter uma alta taxa de ataques durante todo o conflito, por meio de uma combinação de descentralização e autonomia com uma série de táticas para ajudar a aumentar a capacidade de sobrevivência de seus foguetes frente às capacidades da Força Aérea Israelense. Dentre estas, sublinhamos a manutenção da maior parte de seu arsenal de foguetes no teatro de operações por parte do Hezbollah, buscando limitar o efeito de esforços de interdição que pudessem ser realizados pela força aérea israelense. Além disso, para proteger os lançadores dos foguetes, alguns deles foram montados em plataformas pneumáticas que poderiam ser rebaixadas em trincheiras abaixo do solo após realizarem disparos. Para diminuir ainda mais a assinatura de calor, eles ainda eram cobertos com um cobertor retardador de fogo (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 101-105).

No entanto, ainda assim, conforme sinalizam Jeffrey White, David Makovsky e Dennis Ross (2006):

Qualquer que fosse o sistema utilizado pelo Hezbollah, existiam limitações inerentes. Os foguetes eram essencialmente imprecisos, precisando ser disparados em massa ou durante um período prolongado de tempo para infligir danos reais. O Hezbollah não tinha a capacidade de ajustar ou coordenar seus disparos de foguetes em uma maneira que não fosse rudimentar, deixando os resultados dos ataques em grande parte à sorte do acaso e da persistência. Embora os foguetes do Hezbollah não tivessem valor tático e operacional real, eles foram uma arma psicológica e política com efeitos estratégicos importantes.

O Hezbollah manteve uma taxa de entre 150-180 foguetes disparados por dia, somando aproximadamente 4.228 foguetes lançados durante os 34 dias de guerra, matando 53 pessoas. Isso impactou significativamente o norte do país, forçando evacuações temporárias de 1 milhão de israelenses, paralisando a atividade econômica local e conduzindo israelenses para abrigos (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 100).

Além disso, o Hezbollah também utilizou 4 drones Mirsad-1 durante a batalha, a versão do Hezbollah do iraniano Mohajer-4, mas todos foram derrubados pelos F-16 israelenses usando mísseis Python-5. Israel também utilizou todos os drones disponíveis à época, incluindo o Hermes 450S Zik, o Shoval, e o Searcher-2. O primeiro drone tático da força aérea israelense, o Skylark, foi utilizado pela primeira vez nesta conflagração. Este foi o primeiro uso em larga escala de drones realizado pela Força Aérea Israelense, não apenas para fornecer uma presença



contínua em todo o teatro de operações, mas também para auxiliar na entrega de munições inteligentes para alvos móveis, pequenos e bem escondidos (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 106-107).

No que diz respeito aos sistemas anti-blindagem, o Hezbollah utilizou extensivamente mísseis antitanque, lançando mais de 1.000 foguetes contra os tanques e a infantaria israelenses. Foram usados mísseis guiados anti tanque mais antigos, como o AT-3 Sagger, AT-4 Spigot, AT-5 Spandrel, bem como armas mais avançadas, como o Toophan, o russo AT-13 Metis- M 9M131, e o AT-14 Kornet-3 9P133. O míssil guiado antitanque russo de terceira geração AT-14, em especial, representa uma arma altamente tecnológica que pode ser usada em futuras guerras assimétricas contra os EUA. Ele pode ser instalado em veículos ou usado como um sistema portátil, possui miras térmicas para guerra noturna e rastreamento de assinatura de calor, além de possuir comando semiautomático na linha de visão (SACLOS). Esse sistema possui um alcance nominal de 5.000km, e pode ser equipado com ogivas antitanque (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 108-109).

Passando agora para a descrição dos sistemas antiaéreos, o Hezbollah possuía mísseis superfície-ar SA-7, SA-14 Gremlin, e SA-16 Gimlet. Houveram também diversas reuniões durante a guerra entre os representantes do Hezbollah e membros da Guarda Revolucionária Islâmica para discutir o fornecimento de defesas superfície-ar de maior qualidade, como os mísseis chineses QW-1 e C-802 (CORDESMAN; SULLIVAN; SULLIVAN, 2007, p. 112-114).

Nesse ponto, destaca-se a afirmação feita por Cordesman, Sullivan e Sullivan (2007), que colocam que mesmo uma transferência comparativamente pequena de tecnologia, como sensores de movimento e dispositivos de disparo melhores podem gerar um efeito colossal no aumento das capacidades de terroristas e insurgentes. No caso do Hezbollah, a organização xiita elevou consideravelmente o esforço de ordem convencional necessário por parte da Força Aérea Israelense, operando com um refúgio eficaz dentro de um Estado e com apoio significativo de fornecedores externos. O Hezbollah provavelmente não utilizou os mísseis superfície-ar chineses mais avançados mencionados anteriormente, mas somente a ameaça de que a organização possuía essas capacidades forçou os caças e helicópteros da Força Aérea Israelense a usarem contramedidas constantemente. Em conjunto com os mísseis superfície-ar, os mísseis antitanque e lançadores de granada como o RPG-29 inibem o uso de blindagem por parte de Israel, e

reduzem agudamente sua capacidade de entrar em edifícios, requerendo uma maior dispersão por parte das forças israelenses.

Dessa forma, o Hezbollah foi capaz de emergir da guerra como uma força significativa, tendo lutado de uma maneira disciplinada e eficaz, empregando uma mistura de táticas convencionais e irregulares, sendo citado como um dos expoentes da guerra assimétrica, que representa um grande desafio para forças convencionais, em especial para Israel e para os Estados Unidos, que enfrentam guerras contra inimigos altamente adaptáveis e que procuram constantemente explorar as fraquezas e os limites das capacidades convencionais de combate.

Nesse sentido, destacam-se os resultados da guerra para Israel em termos humanos e econômicos: mais de 1 milhão de israelenses foram deslocados, 5.000 foram feridos, 158 mortos, e Israel sofreu perdas financeiras que somaram por volta de 6 bilhões (ALAGHA, 2008, p. 3). Em resposta à crescente pressão pública por uma investigação imparcial após o desempenho que a população considerou decepcionante das Forças de Defesa de Israel, em abril de 2007 criou-se a Comissão de Winograd. A comissão foi definida oficialmente como “uma comissão de inquérito sobre os eventos de engajamento militar do Líbano em 2006” (ISRAEL, 2007). O relatório final, que veio à público em 2008, realizou duras críticas sobre o processo de tomada de decisão que orientou a atuação de Israel na guerra contra o Hezbollah, bem como o desempenho em combate das Forças de Defesa de Israel. Logo, a deficiência no processo decisório teria empurrado a nação para uma grande guerra sem que houvesse uma análise prévia da guerra e suas implicações. No sentido estratégico, a campanha produziu o que os integrantes da Comissão chamaram de “séria oportunidade perdida”, ou seja, caso o governo tivesse empregado uma abordagem mais disciplinada e determinada na guerra, Israel teria sido capaz de desferir um golpe muito mais conclusivo contra o Hezbollah (LAMBETH, 2011, p. 199; ISRAEL, 2007).

Mohammad Ali Jafari, o comandante-chefe da Guarda Revolucionária Islâmica deu uma declaração abordando a Guerra do Líbano de 2006 no seguinte sentido:

A guerra assimétrica é a nossa estratégia para lidar com as consideráveis capacidades do inimigo. Um exemplo proeminente deste tipo de guerra reside nas táticas aplicadas pelo Hezbollah no Líbano durante a guerra em 2006. Como o inimigo tem consideráveis capacidades tecnológicas, e como nós ainda estamos em uma posição de desvantagem comparativamente, apesar dos progressos que fizemos na área de equipamentos, nosso único modo de enfrentar o inimigo com sucesso é adotar a estratégia de guerra assimétrica e empregar vários métodos nesse sentido (CORDESMAN; GOLD; BERNTSEN, 2014, p. 124).

Segue-se, desse modo, examinando o emprego dessas capacidades assimétricas iranianas com a atuação da Guarda Revolucionária Islâmica na Guerra da Síria.

#### **4.2.3 Guerra da Síria (2011-presente)**

A Síria é um pilar dos interesses regionais iranianos. Damasco é o aliado regional mais próximo de Teerã, e é capaz de oferecer uma profundidade estratégica vital no mundo árabe, permitindo manobrabilidade no Levante, além de fornecer um acesso crucial para a consolidação da presença do Hezbollah no Líbano, Hamas na Faixa de Gaza, e a Organização da Jihad Islâmica na Cisjordânia, com Teerã utilizando a Síria como um centro para financiar e realizar o transporte de homens e armas para seus *proxies* (AHMADIAN; MOHSENI, 2019, p. 3). Ademais, o Irã investiu na Síria como parceiro estratégico crucial para sua tática de dissuasão contra Israel, e como um aliado árabe na rivalidade com a Turquia e as monarquias petrolíferas do Golfo Pérsico (FULTON, 2013, p. 2-3).

No caso da Guerra da Síria, o Irã enxerga a sobrevivência do governo sírio como um meio de cumprimento de seus interesses regionais, e desde 2013 fornece extensivo suporte militar e treinamento para as milícias pró-governo. Líderes iranianos já citaram a Síria como sendo a “35ª província iraniana”, com o governo liderado pela minoria alauíta de al-Assad como um amortecedor crucial contra a influência da Arábia Saudita e dos Estados Unidos no Oriente Médio (SHERLOCK, 2014).

Logo, Teerã está implementando uma estratégia de duas vias na Síria, empreendendo esforços para a preservação do regime de Assad pelo maior tempo possível, enquanto trabalha para criar um ambiente operacional permissivo na Síria pós-Assad, investindo em milícias pró-governo que provavelmente sobreviverão uma queda do regime alauíta (HOLLIDAY, 2013; CAPPELLETTI, 2018, p. 65). Essa estratégia parece estar de acordo com o comportamento iraniano de permanência na zona cinzenta, se baseando no treinamento e formação de grupos proxy fora de suas fronteiras para evitar operações de combate direto (CAPPELLETTI, 2018, p. 65).

Desde o começo da Guerra da Síria, o Irã tem fornecido uma extensa assistência militar ao regime de Assad, por meio do envio de oficiais iranianos das patentes mais altas da Guarda Revolucionária Islâmica e da Força Al Quds ainda nos primeiros estágios do conflito, para que estes fornecessem apoio técnico e de alto nível para as forças sírias. Esses oficiais também formaram grupos paramilitares locais e apoiaram a mobilização de milícias xiitas iraquianas e forças do Hezbollah para a Síria. No que diz respeito à participação do Hezbollah, a organização xiita tem cooperado estreitamente com a Força Al Quds, assegurando a passagem de carregamentos de armas iranianas para a Síria desde pelo menos 2012, bem como realizado treinamentos em conjunto com a Força Al Quds para as forças pró-Assad (EUA, 2012). No entanto, apesar da Força Al Quds ocupar a posição de liderança dos esforços de guerra para assegurar os interesses iranianos na Síria, o efetivo da Força Al Quds somado com os demais *proxies* iranianos e as capacidades militares conjuntas destes se provaram insuficientes para executar as operações terrestres requeridas pelos estrategistas militares iranianos (BUCALA, 2017, p. 4).

Por conta dessa limitação, nos últimos anos o Irã tem adotado uma postura mais agressiva na região, reorientando forças que tradicionalmente se concentravam em operações defensivas em uma força expedicionária capaz de conduzir operações sustentadas no exterior pela primeira vez desde o fim da Guerra Irã-Iraque. Em conjunto com essa reorientação estratégica, o Irã tem adotado um modelo de guerra híbrida na região, uma vez que Teerã percebeu que somente as capacidades assimétricas tradicionalmente utilizadas pelas forças da Guarda Revolucionária eram insuficientes para conduzir as operações militares que o caso da Guerra da Síria exige (BUCALA, 2017, p. 2).

Conscientes dessa limitação, os planejadores militares iranianos se viram obrigados a expandir significativamente o modelo de organização das forças na Síria, que até meados de 2013 ainda eram essencialmente compostas de forças terrestres da Guarda Revolucionária Islâmica. Essa escalada no envolvimento na Guerra da Síria se deu a partir do final de 2014, em um momento no qual as forças de Assad se encontravam em desvantagem significativa, enfrentando grandes perdas no teatro de operações (KOZAK, 2015). O surgimento do Estado Islâmico no Iraque também demandou a realocação de algumas milícias iraquianas-xiitas que estavam lutando

na Guerra da Síria de volta para o Iraque, privando o Irã de utilizar um efetivo crítico (BUCALA, 2017, p. 4).

Por conta disso, entre 2015 e 2016, objetivando recuperar a cidade de Aleppo, o Irã optou por fortalecer sua presença na guerra, enviando contribuições significativas da Força Al Quds, do Exército tradicional, e da Basij, uma organização paramilitar (WASTNIDGE, 2017, p. 155). A presença de tropas terrestres das demais organizações iranianas provou ter sido fundamental para estabelecer condições para que a operação de reconquista de Aleppo fosse bem sucedida (BUCALA, 2017, p. 3-4).

A presença de soldados iranianos no solo explica como várias forças proxy foram capazes de lançar operações ofensivas coordenadas e simultâneas contra forças rebeldes altamente comprometidas e relativamente bem armadas. Os planejadores militares iranianos usaram oficiais de alta patente da Guarda Revolucionária e da Força Al Quds para reforçar e servir como elementos de comando para as forças *proxy* (WASTNIDGE, 2017, p. 155). Ou seja, os oficiais atuaram como elementos integradores entre o conjunto diversificado dos *proxies* iranianos operando na Síria (BUCALA, 2017, p. 6). Assim sendo, o envolvimento de Teerã na Guerra da Síria tem sido o mais substancial envolvimento iraniano em um conflito desde a Guerra Irã-Iraque (WASTNIDGE, 2017, p. 155).

Retomando a questão do carisma institucional fortemente presente na GRI abordado anteriormente, o envolvimento iraniano na Guerra da Síria possui também uma camada religiosa importante, que funciona como um ponto facilitador para atrair voluntários de comunidades xiitas no Afeganistão, Paquistão, Iraque, Líbano e do próprio Irã para atuar no teatro de operações. O major-general da Guarda Revolucionária, Rahim Nowi-Agdham deu uma declaração em 2015 buscando incentivar os combatentes da Basij a participar da Guerra na Síria, afirmando que se eles não se voluntariassem, ele mesmo iria até o país se martirizar em favor da defesa do santuário de Sayyida Zeynab em Damasco. O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah seguiu a mesma linha, declarando que o envolvimento do Hezbollah na Síria é derivado de uma obrigação de defender santuários xiitas na Síria dos extremistas (ISLAM MEDIA ANALYSIS, 2015).

Dessa forma, o Irã tem realizado amplos esforços para assegurar sua influência na Síria, transformando o país em uma espécie de ponto de partida para planejar ações militares contra

Israel, investindo na Síria como um polo para financiar, transportar combatentes e armas para as milícias xiitas presentes na região (EISENSTADT, 2021, p. 89; FULTON, 2013, p. 2). Nessa estratégia, inclui-se a criação e controle de diversos campos de treinamento destinados a fornecer treinamento para as milícias xiitas. Desde o início de seu envolvimento na Guerra da Síria, a Força Al Quds já criou ao menos 3 centros de treinamento na Síria (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 149).

As características do envolvimento de caráter militar iraniano na Síria devem servir como uma alerta para o fato de que o Irã desenvolveu uma capacidade significativa de gerar e sustentar operações militares além-fronteiras. Uma parcela significativa das forças iranianas foi reorganizada com sucesso para operar como uma força expedicionária pela primeira vez desde a Guerra Irã-Iraque, demonstrando que o Irã muito provavelmente teria a capacidade de replicar este processo em qualquer outro lugar na região (BUCALA, 2017, p. 13).

#### **4.2.4 Pós-guerra do Iraque de 2003**

O envolvimento iraniano no Iraque é motivado pelo que o Irã entende como sua esfera de influência natural, e alimentado pela preocupação de Teerã em relação ao futuro de Bagdá, as ambições iranianas em relação a hegemonia regional, e o entendimento de que o Iraque é um componente crucial para atingir essa hegemonia. Antes da queda de Saddam Hussein, Bagdá era o principal rival do Irã em termos de disputa pela hegemonia regional, e após a invasão dos EUA em 2003, o balanço de poder militar passou a favorecer fortemente o Irã (GUZANSKY, 2011, p. 85).

No Iraque pós-Saddam, o Exército Iraquiano e toda a infraestrutura militar deixada pelo ditador foram dissolvidos e reconstruídos do zero, em um processo que foi chamado de “desbaathificação” das forças armadas (PFIFFNER, 2010, p. 76-78). Esse movimento enfraqueceu substancialmente o Estado iraquiano, e permitiu que milícias xiitas iraquianas que possuíam relações próximas com o Irã – como a Organização Badr, um grupo xiita que lutou ao lado do Irã na Guerra Irã-Iraque – se juntassem ao exército recém-reconstituído, à polícia e ao Ministério do Interior em números significativos (KATZMAN, 2009, p. 1).

Nessa conjuntura, com um Iraque enfraquecido, o Irã enxergou uma brecha para expandir sua influência, reduzir o risco para sua segurança doméstica, e intensificar suas pretensões hegemônicas na região do Golfo. Teerã optou por promover esses objetivos através do fornecimento de apoio financeiro, equipamento, treinamento e armas para as milícias xiitas no Iraque, por meio da Força Quds da Guarda Revolucionária Islâmica. O fato de que o Irã e o Iraque compartilham uma extensa fronteira de 1.500km — em sua maior parte, não vigiada —, permitiu que o Irã infiltrasse uma quantia significativa de oficiais da Guarda Revolucionária no Iraque. Além disso, o Irã enviou diversos representantes da Força Al Quds para o Iraque com uma fachada diplomática, fornecendo “seções” nas embaixadas iranianas para a Força Al Quds. Esses homens servem como o braço executivo da política externa iraniana no Iraque (GUZANSKY, 2011, p. 86; CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 149).

Alguns comandantes estadunidenses que serviram no Iraque afirmaram que havia pelo menos um ou dois oficiais da Força Al Quds em cada província xiita iraquiana, que estavam diretamente ligados ou interagindo de forma próxima com os governantes pró-iranianos nessas províncias. Os representantes da Força Al Quds muitas vezes não andam uniformizados, e seus principais objetivos são identificar combatentes iraquianos possíveis de serem treinados e assegurar uma passagem segura na fronteira Irã-Iraque de armas e militantes iraquianos, mas eles também atuam auxiliando principalmente a milícia xiita Jaysh al-Mahdi em suas operações de combate (KATZMAN, 2009, p. 2).

A Força Al Quds controla diversos campos de treinamento para extremistas e guerrilheiros no Irã, Iraque, Sudão e Líbano. O campo de treinamento de Al-Nasr é especialmente dedicado ao treinamento das milícias xiitas iraquianas. Nesses campos e em outras instalações da Força Al Quds, é fornecido um treinamento especializado na fabricação de bombas, uso de dispositivos explosivos improvisados, uso de computadores, sabotagem, e emprego de mísseis antitanque e mísseis superfície-ar portáteis (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 149-150).

A Força Al Quds intermediou transferências significativas de armas para essas milícias iraquianas, incluindo componentes de carga usados em dispositivos explosivos improvisados e os componentes mais avançados usados em penetradores formados explosivamente, incluindo a montagem da arma, anéis de cobre, ligações por rádio necessárias para ativar tais dispositivos, e

mecanismos acionadores de infravermelho. Esses dispositivos são muito semelhantes aos que são usados pelo Hezbollah no Líbano, e alguns parecem até mesmo operar nas mesmas frequências de rádio (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 152).

Nesse ponto, importa destacar que as atividades iranianas em torno do suporte e financiamento dessas milícias xiitas no Iraque contribuem significativamente para um aumento das tensões EUA-Irã em torno do programa nuclear iraniano e da expansão da influência regional de Teerã (KATZMAN, 2009, p. 2). A rede de influência regional que o Irã construiu é dinâmica, consolidada e audaciosa. A Guarda Revolucionária Islâmica construiu uma espécie de “ponte terrestre” que cruza o Iraque, a Síria e o Líbano, cumprindo um objetivo estratégico de criar uma rota contígua que forneça acesso ao Mar Mediterrâneo (SILINSKY, 2019, p. 4). Essa rede de influência, em conjunto com as ambições estratégicas iranianas levam as autoridades americanas a acreditar que o Irã objetiva também exercer uma pressão para que as forças estadunidenses e britânicas deixem o Iraque; desgastar os EUA militarmente; e se posicionar para retaliar no Iraque caso os EUA tomem alguma ação militar contra o programa nuclear iraniano (KATZMAN, 2009, p. 2).

O fornecimento de respaldo financeiro e armas para os diversos grupos xiitas insurgentes iraquianos criou um mosaico de milícias capaz de corroer e debilitar as forças terrestres dos EUA presentes no Iraque. Isso também concedeu não somente influência política à Força Al Quds presente no Iraque, como também poder de combate, uma vez que a FAQ é frequentemente convocada pelas milícias para realizar a mediação das disputas entre os diferentes grupos, que muitas vezes acabam irrompendo em guerra aberta (CORDESMAN; GOLD; BERNSTEN, 2014, p. 152).

A atuação iraniana no Iraque dentro do conceito de estratégia de zona cinzenta proposto por Michael Eisensadt (2021) se encaixa nos pontos da ambiguidade e da paciência na participação em um conflito, levantando dúvidas sobre seu papel exato e encorajando especulação sobre o grau de culpabilidade que pode ser atribuído a Teerã. Além disso, atividades espaçadas e ritmadas ocorreram amplamente no Iraque, em especial após a implementação da campanha de Trump de “máxima pressão” contra o Irã, fazendo com que Teerã buscasse conduzir atividades em diferentes intervalos, linhas de operação, e domínios geográficos.



#### 4.2.5 Guerra civil do Iêmen (2015-presente)

A principal motivação iraniana para se ter aumentado seu envolvimento na Guerra do Iêmen a partir de 2015 é o fato de que a partir desse ano, a guerra tornou-se um fardo caro e praticamente invencível a ser carregado pela Arábia Saudita. Portanto, houve uma brecha na política, que estava fraca o suficiente para permitir a penetração iraniana, e o envolvimento se tornou interessante devido ao padrão iraniano de optar por se envolver em conflitos em países territorialmente contíguos a um de seus rivais. Ou seja, aumentar sua participação no Iêmen permitiria ao Irã contribuir para minar a influência de um Riyadh, um de seus maiores adversários regionais, em um conflito fronteiro para os sauditas, o aumentando os custos para o rival significativamente, ao passo que empurra insegurança para longe de suas próprias fronteiras a custos mínimos (JUNEAU, 2021, p 13).

Especialistas discordam sobre o nível de influência e ação iraniana no Iêmen, mas no geral, acredita-se que a Força Al Quds é o elo de ligação iraniano com os Houthis e outros grupos rebeldes iemenitas, controlando o treinamento, contrabando de armas, e fornecendo demais tipos de assistência (CORDESMAN; GOLD; BERNTSEN, 2014, p. 161). Os Houthi e o Irã estabeleceram redes elaboradas para realizar o contrabando de armas, peças de armas, munição, combustível, e combatentes para o Iêmen. Como a rota aérea não é uma opção devido ao bloqueio aéreo da coalizão saudita, o apoio fornecido pelo Irã chega de forma extremamente eficiente ao Iêmen via mar ou através do Omã (JUNEAU, 2021, p. 9).

Relatórios realizados pela ONU indicam que cargas de maior valor — como componentes de mísseis, containers de mísseis antitanque guiados, e componentes para drones e dispositivos explosivos improvisados — tendem a ser enviados ao longo das costas do Omã e do Iêmen, mas armas menores e mais leves normalmente chegam ao Iêmen por meio de um transbordo no mar realizado ao longo da costa da Somália (JUNEAU, 2021, p. 9).

Esses carregamentos são constantemente apreendidos. Por exemplo, o Irã esteve envolvido em uma apreensão de um barco em janeiro de 2014 que se encontrava no mar territorial iemenita, possivelmente endereçado aos Houthis. O barco transportava grandes quantidades de munição, como 10 MANPADs chineses QM-1M; 95 RPG-7s; 10 MANPADS

SA-7; 17.000 blocos do explosivo iraniano C4; e 48 óculos de visão noturna russos PN-14k (CORDESMAN; GOLD; BERNTSEN, 2014, p. 161). Em 2019, a marinha australiana também apreendeu um vaso com 476.000 rodadas de munição e 693 sacos de fertilizante químico, potencialmente usado para explosivos. Entre 2019 e 2020 ocorreram também apreensões no Golfo de Aden, que interceptaram 191 unidades de contêineres contendo unidades com características técnicas semelhantes ao míssil antitanque guiado Kornet (JUNEAU, 2021, p. 10).

O poderio militar dos Houthi cresceu significativamente desde o início da intervenção saudita em 2015. Como afirma Thomas Juneau (2021), p. 11:

Suas forças militares e de segurança são muito mais motivadas, criativas e meritocráticas do que as de seus rivais. Para evitar a vigilância aérea persistente e superar a ameaça de um bombardeio aéreo, os Houthi geraram a capacidade de realizar um extensivo uso de unidades de combate pequenas e com alta mobilidade. Eles desenvolveram extensas redes para reunir inteligência humana, bem como a capacidade de incorporar a inteligência no processo de tomada de decisão, tornando-o mais eficaz [...] Como resultado, os Houthis resistiram a seis anos de bombardeio aéreo, bloqueio e outros ataques realizados pelas forças sauditas, muito mais tecnologicamente avançadas.

Portanto, os Houthi utilizaram amplamente táticas de guerra assimétrica para serem capazes de conter a ofensiva saudita durante todos esses anos. Como apontado por Cordesman, Gold e Berntsen (2014) e por Juneau (2021), é impossível quantificar precisamente a parcela de participação que o apoio iraniano teve nesse crescimento do poderio militar Houthi, e apesar de Teerã ter aumentado seus investimentos significativamente no Iêmen a partir de 2015, sua influência segue relativamente limitada, com uma capacidade restrita de moldar os eventos em curso no Iêmen.

Nesse sentido, a atuação da Força Al Quds no Iêmen gira em torno de desempenhar um papel relativamente limitado, treinando e equipando os rebeldes principalmente do lado de fora, fornecendo poucas células ativas, e apoiando movimentos que servem aos interesses do Irã. A FAQ parece também encorajar a tomada de riscos individuais pelos Houthi, sabendo que Teerã poderá se beneficiar do resultado destes, caso as empreitadas sejam bem sucedidas, e poderá negar seu envolvimento caso os esforços falhem. Ou seja, a Força Al Quds cuidadosamente personaliza e adapta o apoio a ser fornecido em diferentes países, e não segue um padrão pré-determinado de mobilização (CORDESMAN; GOLD; BERNTSEN, 2014, p. 161).

Logo, o envolvimento iraniano no Iêmen é uma clara vitória para Teerã. Retomando o conceito de *modus operandi* dentro da zona cinzenta proposto por Michael Eisenstadt (2010), no caso iemenita, o Irã utiliza amplamente as táticas de ação via *proxies*, de modo a preservar uma negação de seu envolvimento no conflito, avançando sua agenda de enfraquecimento regional de seu adversário saudita enquanto evita a escalada de tensões e um envolvimento em guerra direta com Riyadh. Além disso, o Irã é capaz de realizar isso a um custo extremamente baixo. O número de funcionários da GRI mobilizados para atuar no Iêmen equivale a no máximo várias dezenas ou baixas centenas, e o orçamento total iraniano destinado ao apoio dos Houthis provavelmente não passa de dezenas de milhões de dólares por ano. Esse investimento é extremamente modesto em comparação ao envolvimento financeiro que a participação iraniana no Iraque e na Síria exige (JUNEAU, 2021, p. 14-15).

## 5 OS CENÁRIOS DE GUERRA ENTRE EUA E IRÃ

O objetivo deste capítulo é buscar entender qual o papel que a Guarda Revolucionária Iraniana desempenharia em um contexto de uma possível guerra entre Estados Unidos e Irã. Para tanto, realiza-se, primeiramente, uma breve contextualização sobre a evolução do programa nuclear iraniano e seu presente status, bem como seus impactos na esfera doméstica e no âmbito internacional, abordando brevemente algumas das ações iranianas destinadas ao fomento da instabilidade regional e a consequente subversão do status quo no Oriente Médio. Entende-se que estes são os dois principais pontos que motivariam o Ocidente - em especial, os Estados Unidos - a optar por uma resposta de ordem militar ao lidar com Teerã, uma vez que seus interesses nacionais, segurança energética e estabilidade no Oriente Médio estariam comprometidos. Posteriormente, são apresentados e operacionalizados os três cenários sob os quais a conflagração entre Washington e Teerã poderia ocorrer - invasão; ataques aéreos; incentivo de um ataque por Israel -, observando o papel da Guarda Revolucionária Islâmica em cada um deles, tendo como principais bases os trabalhos desenvolvidos por Pollack et al (2009) e Cordesman; Kleiber (2007).

### 5.1 O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO

Em 1953, o então presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower apresentou o programa “Atoms for Peace” em um discurso realizado na Assembleia Geral da ONU, defendendo a disseminação de tecnologia nuclear para fins pacíficos (INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY, 1953). Essa manobra diplomática se deu em um contexto no qual os Estados Unidos perceberam que o país havia perdido o monopólio científico sob a tecnologia nuclear, e Eisenhower optou por tentar diminuir a conotação predominantemente militar da energia nuclear através desse discurso, reformulando a imagem dos EUA e fortalecendo sua influência em um contexto de Guerra Fria. Nesta conjuntura, a trajetória do programa nuclear iraniano encontra seu ponto de partida em 1957, quando representantes do Irã e dos EUA assinaram um acordo que objetivava estabelecer uma cooperação de natureza científica e um auxílio técnico de entidades públicas e privadas estadunidenses, visando construir e operar reatores de pesquisa no Irã, que

seriam alimentados com urânio enriquecido fornecido pela Comissão de Energia Atômica dos EUA (GAIETTA, 2015, p. 6).

Em 1967 foi inaugurado o Centro de Pesquisa Nuclear de Teerã, abastecido pelos Estados Unidos. Ele foi equipado com um reator nuclear de 5 megawatts, alimentado por urânio altamente enriquecido (NIKOU, 2021). Em 1968, o Irã se tornou signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que consequentemente permitiu que o enriquecimento de urânio a ser desenvolvido pelo Irã estivesse incluído no âmbito do Tratado. O Tratado foi ratificado posteriormente, em 1970 (BAZOOBANDI, 2020, p.69).

Até 1972, os investimentos iranianos no setor da energia nuclear haviam sido relativamente modestos, restritos essencialmente a atividades experimentais (GAIETTA, 2015, p. 9). No entanto, a partir de 1974 inaugura-se um período de expansão significativa sob o comando do Xá Reza Pahlavi. Dois eventos marcam esse período de expansão, que se estende até 1978: (1) A assinatura do Irã do Acordo de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, que permitia inspeções esporádicas, com o propósito de verificar se o enriquecimento nuclear desenvolvido pelo país não estava sofrendo desvios para a fabricação de armas nucleares e demais dispositivos nucleares com fins militares (NIKOU, 2021); (2) O estabelecimento da Organização para Energia Atômica do Irã, e a subsequente elaboração de um ambicioso plano de desenvolvimento para a produção de energia nuclear no Irã, que inicialmente pretendia construir entre 10 e 20 reatores nucleares e produzir mais de 20.000 megawatts de energia nuclear até 1994 (PATRIKAKAROS, 2012; KERR, 2009, p.1).

Neste contexto, apesar de o Xá não ter propriamente dado início a um plano nuclear com fins militares, ele indicava uma clara intenção de fazê-lo. Em 1974, um jornalista questionou o Xá sobre as intenções iranianas de construir armas nucleares e ele respondeu que certamente pretendia fazê-lo, e mais cedo do que se poderia pensar (MOUSAVIAN; SHAHIDSALESS, 2014, p. 178). Não se sabe ao certo até que ponto essa alegação era realista, mas os desafios políticos de ordem doméstica que mais tarde culminaram na Revolução Iraniana de 1979, acabaram impedindo o Xá de avançar significativamente em suas ambições militares nucleares (BAZOOBANDI, 2020, p. 70).

Nesse ponto, importa entender dois fatores-chave referentes ao programa nuclear iraniano que motivaram a Revolução Iraniana de 1979: no nível doméstico, uma concordância entre as diferentes facções de que o Irã deveria conquistar independência em termos políticos, econômicos e culturais de potências estrangeiras; e internacionalmente, Teerã deveria se libertar da dependência científica e tecnológica dos países ocidentais e de todo o legado político deixado pelo Xá, para que o programa nuclear do país ascendesse como um símbolo de autarquia científica (GAIETTA, 2015, p. 31). No entanto, no rescaldo da Revolução, com a Crise dos Reféns e a eclosão da Guerra Irã-Iraque, o país se encontrou em uma situação profundamente caótica, fazendo com que o programa nuclear fosse deixado de lado e outras coisas mais importantes assumissem a frente de prioridades do novo governo recém estabelecido (PATRIKARAKOS 2012, p. 113).

Subsequentemente, o Irã abandonou o programa nuclear por aproximadamente uma década, uma vez que o país estava lidando com as consequências devastadoras da Guerra Irã-Iraque. Em 1990, as atividades existentes do programa nuclear foram retomadas, recebendo apoio e cooperação de países como China, Rússia e Paquistão (BAZOOBANDI, 2020, p. 70). A parceria com a Rússia foi especialmente decisiva para a construção do primeiro reator da planta nuclear de Bushehr em 1994 (NIKOU, 2021), um dos pontos críticos do programa nuclear iraniano.

No período entre 1998 e 2003, o programa nuclear retomou seus planos de expansão, e durante esse período, a maior parte das plantas nucleares que estão atualmente em funcionamento foram construídas (GAIETTA, 2015, p. 73). Neste contexto, a questão nuclear iraniana começou a se tornar um objeto de preocupação da comunidade internacional. Apesar de nunca ter sido comprovado que o programa nuclear iraniano dispunha de uma dimensão militar ativa, o país dispunha de uma longa lista de ameaças securitárias, para as quais a resposta lógica, de acordo com a comunidade internacional, seria desenvolver uma bomba nuclear. Dentre estas, destacamos a lógica da disputa de poder e do balanceamento regional no Oriente Médio, a experiência de 8 anos devastadores em uma guerra contra o Iraque, fronteiras compartilhadas com uma nação nuclearizada (Paquistão), e os demais numerosos desafios securitários de ordem doméstica (BAZOOBANDI, 2020, p. 73).

Essas preocupações se aprofundaram ainda mais em 2002, quando um representante da Organização dos Mujahidin do Povo Iraniano, um grupo de oposição ao governo iraniano, anunciou durante uma conferência de imprensa em Washington que o Irã estava construindo duas instalações nucleares clandestinas: uma instalação de enriquecimento de urânio em Natanz, e um reator de água pesada em Arak (GERAMI; GOLDSCHIMIDT, 2012).

Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad venceu as eleições e se tornou presidente do Irã, indicando uma mudança no balanço de poder do país. Este fato somou-se com as preocupações anteriormente citadas da comunidade internacional, deixando a Europa e os EUA especialmente alarmados (BAZOOBANDI, 2020, p. 72). Ahmadinejad defendia ferrenhamente o programa nuclear, e afirmava que as “potências arrogantes”, ao imporem restrições à expansão do programa nuclear, buscavam limitar o desenvolvimento industrial e tecnológico da nação iraniana (PATRIKARAKOS, 2012, p. 228). Importa também destacar que diversos segmentos da Guarda Revolucionária Islâmica apoiaram Ahmadinejad, o que foi essencial para sua vitória (BAZOOBANDI, 2020, p. 72). Portanto, havia pouquíssimas razões para que a comunidade internacional acreditasse que todo o secretismo em torno do programa nuclear iraniano não se configurava como uma confirmação de seus propósitos militares, o que por extensão representaria uma ameaça de ordem existencial para Israel, e uma fonte de grande preocupação para o restante do Ocidente (BAZOOBANDI, 2020, p. 72).

Entre 2006 e 2015, o programa nuclear iraniano passou por uma jornada extremamente turbulenta até a ratificação do acordo do Plano de Ação Conjunto Global (em inglês: Joint Comprehensive Plan of Action - JCPOA). Vale destacar alguns momentos de extrema tensão neste período, como o anúncio feito por Ahmadinejad em 2006, anunciando que o Irã havia conseguido enriquecer urânio com sucesso até o nível de 3,5%, o que permitiria que “em breve o Irã se junte ao clube dos países que possuem tecnologia nuclear” (THE GUARDIAN, 2006). Durante este período, a Agência Internacional de Energia Atômica elaborou uma série de relatórios tratando do status das instalações nucleares iranianas, expressando uma crescente preocupação sobre as pretensões possivelmente militares relacionadas ao programa nuclear (JERUSALEM POST, 2012).

Em 2018, o governo de Trump renunciou aos compromissos do acordo nuclear no âmbito do JCPOA, e desde 2019, optou por uma abordagem de “máxima pressão” em relação à questão

iraniana. A resposta iraniana se deu através de ataques e apreensões a navios comerciais; destruição de infraestruturas críticas para os Estados aliados dos EUA no Golfo Pérsico; ataque de instalações usadas por militares estadunidenses no Iraque; e ataque a um veículo aéreo não tripulado dos EUA. Ou seja, para responder à máxima pressão aplicada pelos EUA, o Irã adotou uma política de máxima resistência, reduzindo também a conformidade com as provisões do JCPOA (KATZMAN; MCINNIS; THOMAS, 2020, p. 1).

Neste ponto, interessa elucidar a importância do programa nuclear iraniano, tanto na esfera doméstica, quanto para fins de projeção internacional. O interesse iraniano em ter acesso à armas nucleares pode ser resumido em três grandes pontos: (1) fortalecimento do conceito de orgulho nacional; (2) preocupações relativas à segurança regional; e (3) obtenção de legitimidade doméstica através de um sentimento nacionalista. Tanto internamente quanto internacionalmente, a República Islâmica tem lutado contra uma crise de legitimidade de longa data, desde seu estabelecimento em 1979 (BAZOOBANDI, 2020, p. 81). Dessa forma, o desenvolvimento do programa se tornou irremediavelmente correlacionado com a direção e o futuro do país, e os dirigentes políticos frequentemente lançaram mão do programa nuclear como uma ferramenta para reforçar a legitimidade do regime islâmico através do fomento de sentimentos nacionalistas (GAIETTA, 2015, p.2; BAZOOBANDI, 2020, p. 81).

Buscando unir as perspectivas trazidas até este ponto, incluímos agora a conceitualização de jogo de dois níveis de Putnam. Neste conceito, temos uma lógica de entrelaçamento das políticas doméstica e internacional, onde no primeiro nível, de ordem nacional, diferentes grupos pressionam o governo para que este adote políticas que assegurem seus interesses, e no segundo nível, na esfera internacional, os governos procuram maximizar suas habilidades de satisfazer as pressões domésticas, ao passo que minimizam as consequências de ordem externa (PUTNAM, 2010, p. 151). Sob este conceito, o objetivo central de qualquer forma de governo é a manutenção do poder, e uma negociação internacional só será bem sucedida se for aceitável para todos os governos nela envolvidos, e ainda for capaz de agradar os diferentes grupos políticos domésticos, de forma a não enfraquecer domesticamente a posição política do governo sob questão.

Tendo em vista o proposto por Putnam, é possível reconhecer o fato de que o Irã é um Estado que, apesar de possuir um caráter autoritário, ainda lida com alguns aspectos democráticos em seu regime político, como diferentes facções políticas e algum grau de genuína competição



pelo poder dentre elas. Em conjunto com essa questão, bem como ocorre em grande parte das nações autoritárias, o regime busca manter uma legitimidade popular, visto que é um meio menos custoso e mais efetivo para que o governo se mantenha no poder (HURST, 2016, p. 547).

Os acordos nucleares propostos para o Irã ao longo dos anos afetaram e seguem afetando significativamente a percepção das diferentes facções políticas iranianas do governo, em particular porque o programa nuclear de Teerã possui um caráter de orgulho nacional. Em 2008, uma pesquisa realizada com a população revelou que 98% dos cidadãos iranianos possuem um entendimento do programa nuclear como um “direito nacional” (HURST, 2016, p. 547). Além disso, os iranianos são extremamente contrários à interferência de potências externas, devido a um histórico de intervenções humilhantes conduzidas pelos EUA e pelo Reino Unido, bem como foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho.

Dessa forma, possuir um programa nuclear é um direito não negociável para o Irã, e a população enxerga as tentativas estadunidenses de limitar o programa como uma interferência ilegítima nos assuntos domésticos de Teerã (HURST, 2016, p. 547). Portanto, encontramos neste ponto um impasse entre os objetivos políticos dos EUA e de seus aliados do Ocidente, e as limitações domésticas do Irã, o que torna uma resolução da questão iraniana por meios exclusivamente diplomáticos especialmente difícil.

## 5.2 CENÁRIOS DE GUERRA ENTRE IRÃ E ESTADOS UNIDOS

Feita uma breve contextualização da trajetória do programa nuclear iraniano, explicitando os diversos episódios abordados se constituíram, muitas vezes, em uma ameaça de ordem securitária para o Ocidente - com destaque para os EUA - e para Israel, parte-se para uma análise das alternativas de ordem militar que Washington, atuando quer seja sozinho, quer seja com o apoio de Israel, teria para responder as atitudes iranianas. Importa destacar que os Estados Unidos possuiriam também 3 outras opções para lidar com a ameaça representada por Teerã, bem como proposto por Pollack et. al (2009): (1) Se limitar a esfera diplomática, através dos mecanismos da persuasão e do engajamento; (2) Apoiar uma mudança de regime político, fornecendo assistência a uma possível revolta proveniente da população ou de grupos da oposição, ou até mesmo inspirando um golpe militar; (3) Apelar para a dissuasão. Tendo em mente a lógica apresentada

na seção anterior, para os fins deste trabalho importa analisar a fundo somente as opções de ordem militar de Washington, divididas entre invasão e ocupação total, ataques aéreos, e encorajar um ataque militar encabeçado por Israel.

Em um contexto de aumento de tensões entre EUA e Irã, em especial tendo em vista a política de máxima pressão que foi adotada durante os anos da administração Trump, diversos fatos contribuíram para que as relações bilaterais entre os dois países sofressem uma significativa deterioração. Destacamos entre estes o ataque de drones executado pelos EUA em janeiro de 2020 que matou o major-general da Guarda Revolucionária Islâmica Qasem Soleimani (KATZMAN; MCINNIS; THOMAS, 2020, p. 10). Soleimani era visto como uma das figuras mais poderosas e influentes do Irã, estando abaixo apenas do Supremo Líder Ali Khamenei, e alguns autores apontavam Soleimani como o “centro de gravidade militar dos esforços hegemônicos regionais iranianos” e um “gênio organizacional e operacional que provavelmente não tem equivalentes nos escalões superiores da Guarda Revolucionária Islâmica” (WEMER, 2020).

Portanto, interessa trazer para os dias atuais a análise feita por Pollack et al (2009) dos três possíveis cenários onde as tensões entre EUA e Irã escalarão ao ponto de uma resposta de ordem militar possivelmente se tornar a melhor opção para Washington. Utilizaremos também os cinco pilares estratégicos - (1) Desconfiança histórica e frequentes atritos entre EUA e Irã; (2) Necessidade de uma "autoconfiança" militar, dado que o Irã precisa ser capaz de garantir sua própria segurança sem apoio externo; (3) Necessidade de otimizar gastos militares e desenvolver tecnologias militares por conta própria, devido às décadas de sanções; (4) Adoção de uma estratégia de guerra assimétrica devido ao desequilíbrio entre ameaças e recursos; (5) Assegurar a posição geopolítica do país em uma região que abriga muitos interesses concorrentes e conflitantes - e operacionais - (1) Defesa aérea, tanto fixa quanto móvel; (2) Mísseis balísticos e artilharia; (3) Guerra eletrônica e cibernética; (4) Uso limitado do poder aéreo; (5) Combate naval - que moldam a estratégia militar iraniana de acordo com Ajili e Rouhi (2020), que permeiam amplamente as estratégias utilizadas pela Guarda Revolucionária Islâmica.

### **5.2.1 Invasão e ocupação total**

Enfatiza-se o fato de que a alternativa militar dos EUA se baseia no instrumento mais capaz do governo americano - suas inigualáveis forças armadas. Ao optar pelo caminho belicoso para a resolução deste dilema de segurança, não é necessário que o Irã coopere de nenhuma forma. Em 2005, a eleição de Ahmadinejad e o progresso contínuo do programa nuclear iraniano associados à ascensão do líder iraniano ao poder tornaram essa opção paulatinamente mais plausível e proeminente (POLLACK et al, 2009, p. 62). Atualmente, a resposta iraniana à política de máxima pressão aplicada pelos EUA tem se concentrado em dois eixos: a habilidade que Teerã possui de prejudicar o comércio global e em um aumento das preocupações referentes às suas atividades nucleares (KATZMAN; MCINNIS; THOMAS, 2020, p. 2).

Aliado a isso, o Irã também tem agido conduzindo ataques através de seus *proxies*, em especial os Houthis no Iêmen, o Talibã no Afeganistão e milícias no Iraque (KATZMAN; MCINNIS; THOMAS, 2020, p. 4). Após a morte de Soleimani, o Irã poderia optar por diversas políticas de retaliação que justificariam, do ponto de vista dos EUA, o efetivo envolvimento das forças armadas nesta questão. Entre essas, temos a possibilidade de uso de seus *proxies* para forçar uma saída dos EUA do Iraque; uso de mísseis balísticos e/ou tecnologia de drones contra as posições dos EUA ou dos aliados americanos no Oriente Médio; ou até mesmo o emprego de sua rede global de terrorismo como método principal para retaliação (KATZMAN; MCINNIS; THOMAS, 2020, p. 12-13). Contudo, os custos políticos associados com este caminho podem acabar prejudicando a imagem dos EUA frente à comunidade internacional, reforçando uma concepção unilateralista e militarista de Washington, desenvolvida após a invasão do Iraque de 2003 (POLLACK et al, 2009, p. 62).

Após a frustração e os exorbitantes custos que as guerras no Afeganistão e no Iraque trouxeram para os EUA, poucos americanos gostariam de travar uma nova guerra no Oriente Médio, articulando uma invasão que seguisse os mesmos moldes no Irã. Ademais, em termos de custos, provavelmente uma invasão total não se justificaria. As forças terrestres de Washington já se encontram seriamente sobrecarregadas, e em um cenário de invasão total, seria necessário convocar grandes números de militares da reserva e da Guarda Nacional, mantendo-os em serviço por muitos anos (POLLACK et al, 2009, p. 63).

No entanto, somente uma invasão completa ofereceria aos Estados Unidos uma conclusão definitiva para seu conflito de longa data com a República Islâmica, assegurando que os

problemas elucidados na seção anterior - desenvolvimento de armas nucleares e constantes tentativas de subverter o status quo no Oriente Médio através do fomento da instabilidade regional - seriam solucionados (POLLACK et al, 2009, p. 63). Como o regime iraniano possui um caráter revolucionário que jamais será capaz de acomodar os Estados Unidos - uma vez que os revolucionários no poder do Irã jamais abandonarão suas pretensões nucleares e reconhecerão os interesses dos EUA no Oriente Médio como legítimos -, uma invasão poderia se tornar um instrumento pragmático e eficaz para Washington, e provavelmente se constituindo como o único que reduziria efetivamente a ameaça iraniana (EDELMAN; TAKEYH, 2020).

Promovendo uma invasão total do Irã, Washington removeria o governo iraniano à força; pulverizaria o poder militar do país, de modo a evitar que quaisquer resquícios do antigo regime político pudessem reafirmar seu controle sobre a sociedade iraniana; e por fim, extinguiria o programa nuclear de Teerã. Contudo, neste cenário os EUA inevitavelmente teriam que assegurar que um governo razoavelmente estável e pró-americano fosse capaz de assumir o poder e governar o país após a partida das forças americanas, tomando um extremo cuidado na condução deste processo para que o Irã não se tornasse um Estado falido nos moldes do Iraque após a invasão de 2003 ou da Líbia após a intervenção de 2011 (POLLACK et al, 2009, p. 64; EDELMAN; TAKEYH, 2020). Logo, sob um cenário de invasão, a parte mais longa, difícil e custosa do processo seria realizar a reconstrução do país no rescaldo da guerra (POLLACK et al, 2009, p. 64).

Tendo essas questões em mente, apresenta-se agora, sob as lentes operacionais, a ordem de batalha necessária para empreender um ataque que culminaria na invasão e ocupação total do Irã. Em termos numéricos, temos que a população do Irã gira em torno de 80 milhões de pessoas, e suas forças armadas somam em torno de 610.000, divididas principalmente entre o Exército tradicional (350.000), e a Guarda Revolucionária Islâmica (190.000) (MILITARY BALANCE, 2021, p. 337). Portanto, uma força de invasão inicial poderia ser equiparável à empregada contra o Iraque em 2003 - quatro divisões dos EUA e uma divisão do Reino Unido lideraram a invasão naquela época. Na fase final da invasão, uma quinta divisão americana auxiliou no processo, totalizando cerca de 200.000 militares ocidentais envolvidos na operação (POLLACK et al, 2009, p. 68).

No caso específico do Irã, adicionam-se dois principais agravantes no caso de uma invasão: terreno difícil e insurgentes. O Irã é um país constituído principalmente por montanhas e desertos, dois dos tipos de terrenos mais difíceis. Em relação aos insurgentes, o Irã possui uma experiência considerável com guerra irregular, adquirida por meio de sua associação de longa data com o Hezbollah. Após observar e estudar a blitzkrieg americana em Bagdá, os iranianos concluíram que a melhor forma de lutar contra o Exército americano seria através de uma insurgência prolongada, debilitando e exaurindo as forças de Washington (POLLACK et al, 2009, p. 68).

Neste ponto, a Guarda Revolucionária Islâmica (GRI) desempenharia um papel chave, sendo o cerne do esforço iraniano para conter uma invasão dos EUA por meio de táticas de guerra assimétrica (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 75). Como mencionado previamente, a Guarda Revolucionária Islâmica possui uma força estimada de 190.000 homens, dos quais aproximadamente 150.000 estão alocados nas forças terrestres. Os demais membros se dividem entre forças navais, forças aéreas, e a força Al Quds (MILITARY BALANCE, 2021, p. 338). Importa salientar que como a responsabilidade geral da Guarda Revolucionária Islâmica é a proteção da Revolução Islâmica, a GRI possui quartéis gerais para as forças terrestres em todas as províncias e centros urbanos iranianos (CUNNINGHAM, 2009, p. 4).

A Guarda Revolucionária tem realizado um esforço para organizar, equipar e treinar sistematicamente suas forças para que estas sejam capazes de combater de forma descentralizada e empregar táticas de guerrilha (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 75). Já foram realizados detalhados exercícios militares em táticas de guerrilha e guerra assimétrica, pensados para derrotar uma possível invasão dos EUA. Destacamos aqui o exercício de Eqtedar, em fevereiro de 2007, onde foram mobilizadas 20 divisões mecanizadas e da infantaria da Guarda Revolucionária Islâmica, bem como realizados testes com mísseis Fajir-3, Fajir-5 e Zelzal. O exercício de Eqtedar contou também com manobras focadas em se defender de ataques aéreos, lançando mísseis guiados de tanques FT-27 (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 16).

Importa igualmente comentar o exercício militar *Greath Prophet II*, que ocorreu em novembro de 2006, que envolveu também uma ampla gama de esforços de guerra assimétrica e de guerrilha, adotando principalmente táticas usadas no Iraque e na Guerra do Líbano de 2006, buscando, mais uma vez, superar um modelo de guerra convencional baseado nos conceitos

estadunidenses de operações. Neste exercício, o Irã lançou simultaneamente uma combinação de mísseis Shahab-3, Shahab-2, Zolfagar-73, Fateh-110, Scub-B e Zelzal-2, totalizando 20 mísseis. Os veículos transportadores desses mísseis foram capazes de navegar pelo Irã por algumas semanas, sem deixar nenhum rastro nas comunicações, e não houve nenhum problema, atraso, ou assinatura eletrônica que poderia ter servido como um aviso prévio para um potencial inimigo. Realizou-se também operações costa-mar, mar-mar e operações noturnas, nas quais todos os ramos da GRI foram envolvidos. O objetivo desse exercício foi tanto preparar as unidades militares iranianas para defender Teerã contra um possível ataque, quanto demonstrar para outras nações as capacidades militares iranianas (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 17).

Houve ainda outros exercícios que objetivaram claramente combater uma invasão estadunidense ou um ataque aéreo proveniente do mar, modelados principalmente a partir das lições tiradas dos esforços iraquianos para derrotar as operações estadunidenses e britânicas na Guerra do Golfo de 1991, e na invasão do Iraque de 2003. Estes exercícios envolveram uma gama de táticas de guerra eletrônica e *deception*, bem como diversas formas de guerra da informação, buscando negar aos EUA a capacidade de reunir inteligência de sinais, comunicações e imagens (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 20).

Tendo em vista as preparações realizadas pelo Exército iraniano de forma geral, mas mais especificamente as táticas de guerra assimétrica e guerrilha estudadas e exercitadas pela Guarda Revolucionária Islâmica, partimos para a descrição de uma possível ordem de batalha a ser realizada pelos EUA no cenário da invasão completa do Irã, com base na proposta de Pollack et al (2009).

Em primeiro lugar, os Fuzileiros Navais teriam que tomar o controle de um porto regional, onde os EUA pudessem estabelecer uma base logística e consolidar suas forças aéreas e terrestres, antes de iniciar a marcha para Teerã (POLLACK et al, 2009, p. 66). Provavelmente, seriam necessários de 15.000-30.000 fuzileiros navais para capturar um porto em quatro ou cinco localizações estratégicas ao longo da costa iraniana (POLLACK et al, 2009, p. 68).



Fonte: Global Security, 2022

Para vencer o difícil terreno das montanhas, os EUA teriam de mobilizar a 101ª Divisão de Assalto Aéreo e a 82ª Divisão Aerotransportada, e possivelmente a 173ª Brigada Aerotransportada. Além disso, os EUA necessitariam também de pelo menos uma divisão - mas com a possibilidade de se estender até três divisões - com blindagem pesada, assegurando segurança de rota para o esforço logístico que seria necessário para abastecer a operação americana (POLLACK et al, 2009, p. 68). Partindo do pressuposto de que Washington recebesse pouco ou nenhum apoio dos Estados vizinhos para preparar a invasão, seria necessário também um comprometimento naval significativo (POLLACK et al, 2009, p. 68).

Tendo esse quadro em vista, é pouquíssimo provável que os EUA pudessem avançar com esta enorme operação ainda contando com o elemento surpresa. Deve-se incluir nos cálculos estratégicos o fato de que os iranianos muito possivelmente contra-atacariam empregando todos os recursos possíveis, com as forças aéreas e navais de Teerã simultaneamente buscando fechar o Estreito de Hormuz e atacar a força naval estadunidense, evitando que ela estabelecesse a força terrestre em solo iraniano (POLLACK et al, 2009, p. 68).

Da perspectiva iraniana, para conter a invasão estadunidense Teerã provavelmente utilizaria estratégias *anti-access/area denial* (A2/AD). Capacidades *anti-access* destinam-se a impedir que um adversário seja capaz de entrar em território nacional ou chegar a áreas

operacionais, enquanto as capacidades de *area denial* se concentram em limitar as capacidades do adversário dentro dessas áreas (AJILI; ROUHI, 2020, p. 142). No âmbito de *anti-access*, entram mísseis balísticos e cruzadores; sistemas de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR) de longo alcance como satélites, drones e radares; submarinos; capacidades de guerra eletrônica para sabotar sistemas de comando e controle; e forças de operações especiais capazes de engajar em guerras convencionais e não convencionais. No que diz respeito a *area denial*, estão incluídas capacidades das forças aéreas e sistemas de defesa antiaérea; mísseis anti navio e torpedos cujos alvos seriam as forças navais; foguetes de precisão, artilharia e mísseis cujos alvos seriam navios de superfície; guerra eletrônica para degradar os centros de comando e controle de um adversário em potencial; minas terrestres e navais; lanchas armadas para uso em águas costeiras e estreitos; forças de operações especiais para engajar em uma área previamente designada; e aeronaves não-tripuladas ou veículos submarinos para coleta de inteligência ou operações cinéticas (GORDON; MATSUMURA; 2013; KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003'). Portanto, a estratégia iraniana se basearia em uma defesa aérea, tanto fixa quanto móvel; mísseis balísticos e artilharia; guerra eletrônica e cibernética; uso limitado do poder aéreo; e combate naval (AJILI; ROUHI, 2020, p. 142).

Interessa ressaltar também alguns pontos onde uma possível invasão do Irã divergiria com relação às invasões do Iraque em 2003 e do Afeganistão em 2001. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a força naval teria de realizar um esforço muito maior em termos de fornecimento de suporte aéreo. Isso se deve ao fato de que, caso nenhum dos Estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo, o Iraque, ou algum aliado na Ásia Central fosse persuadido a autorizar que a força aérea atuasse em bases aéreas mais próximas do Irã, a vasta maioria das aeronaves dos EUA teriam de operar de porta-aviões localizados no Golfo Pérsico e no Mar Árábico. Dada a situação de grande dependência do suporte aéreo que a força terrestre americana se encontra atualmente, seria necessário o comprometimento de três ou mais porta-aviões para esta campanha, ao menos até que as bases aéreas iranianas fossem tomadas e adaptadas para operar aeronaves da força aérea estadunidense (POLLACK et al, 2009, p. 69).

O segundo ponto diz respeito aos requerimentos logísticos. Partindo do pressuposto de que as chances de que os EUA tenham apoio regional são baixas, as distâncias envolvidas nesta campanha seriam muito maiores do que foram no caso do Iraque. As distâncias dos maiores



portos iranianos são de 1 até 3 vezes maiores do que a distância da fronteira do Kuwait até Bagdá, sem contar que o terreno iraniano é muito mais difícil do que o iraquiano (POLLACK et al, 2009, p. 69).

Vale agora retomar o debate que diz respeito ao *overstretching* estratégico atrelado às forças estadunidenses. Dadas as novas ameaças de ordem securitária que Washington vem enfrentando, os EUA se depararam com a necessidade de se preparar para uma variedade de missões, sendo necessário aperfeiçoar extensivamente suas capacidades para operações de manutenção da paz, construção de nação, e de contrainsurgência. Essas operações podem não ser tão árduas em termos de combate, mas sua manutenção é extremamente custosa e trabalhosa (PECK, 2021). As invasões do Iraque e do Afeganistão, bem como a guerra ao terrorismo, mostraram que terroristas, insurgentes, e outros inimigos não-estatais podem lutar contra os EUA lançando mão de métodos assimétricos que limitam seriamente as vantagens que o Exército americano possui em guerras convencionais (CORDESMAN, 2007, p. 1). Em um cenário de uma invasão total do Irã, as táticas de guerrilha e a guerra assimétrica travada pela Guarda Revolucionária Islâmica acabam forçando os EUA a modificar diversos aspectos da sua estratégia, perfil de força, e direcionamento dos gastos militares. Ou seja, esse tipo de guerra faz com que os EUA tenham de modificar não somente a forma como o governo federal se organiza para a guerra, mas também o próprio modo de fazer a guerra no Oriente Médio, bem como discutido nos capítulos anteriores deste trabalho.

Retomando o quadro de invasão total, têm-se que uma vez assegurada a dominância do território iraniano, se fazem necessárias as operações de conflito de baixa intensidade, como campanhas de contrainsurgência e operações de estabilidade pós-invasão. Essas campanhas exigem um número relativamente grande de forças envolvidas, já que é indispensável para o sucesso da empreitada que a população civil seja protegida da violência generalizada. Especialistas da RAND Corp. estimam que é necessário em torno de 20 militares encarregados da segurança a cada 1.000 pessoas, de forma a assegurar de forma efetiva que os civis sejam defendidos de insurgências e outras formas de violência comuns em processos de reconstrução de nação pós conflito (POLLACK et al, 2009, p. 69). Dessa forma, seria necessária uma força de ocupação de 1,4 milhões de tropas para o Irã, que configuraria essencialmente todo o componente ativo do Exército e do corpo de Fuzileiros Navais dos EUA.

Consequentemente, é possível concluir que muito dificilmente a administração dos EUA teria interesse em arcar com os custos associados com uma invasão total do Irã. Até mesmo os defensores do uso da força como única solução para a questão iraniana advogam a favor de uma campanha aérea mais limitada contra alvos-chave em solo iraniano. Portanto, analisaremos esta opção ao longo da subseção seguinte.

### **5.2.2 Ataques aéreos**

Passamos, neste momento, para a segunda opção proposta por Pollack et al (2009) em um contexto de conflagração militar entre Washington e Teerã: ataques aéreos. Neste cenário, seria realizada uma campanha aérea limitada, direcionada à alvos-chave - como as diversas instalações nucleares iranianas e os sistemas de entrega de mísseis balísticos -, tal qual a campanha de ataques preventivos realizada por Israel contra o programa nuclear iraquiano em 1981 (POLLACK et al, 2009, p. 74). Se bem sucedida, esta campanha aérea seria capaz de atrasar o programa nuclear iraniano por um período de tempo significativo.

Neste cenário, os EUA poderiam também realizar outros ataques contra instalações iranianas de comando e controle, apoio a terroristas, ou até mesmo contra alvos militares convencionais, a depender da resposta de Teerã aos ataques iniciais de Washington. Campos de treinamento para grupos terroristas, ministérios, e quartéis-generais todos podem ser reconstruídos rapidamente, e muito dificilmente a destruição destas instalações paralisaria a habilidade iraniana de subverter governos regionais ou a capacidade de travar uma guerra assimétrica contra os EUA ou seus aliados (POLLACK et al, 2009, p. 74).

Caso os EUA optassem por eliminar grandes parcelas do Exército convencional iraniano, Teerã levaria um tempo significativo para repor essas perdas, mas as forças convencionais iranianas são extremamente fracas em termos de valor geopolítico, e destruí-las teria um impacto baixo para os interesses dos dois países envolvidos na conflagração (POLLACK et al, 2009, p. 75). Como os cinco pilares operacionais de defesa estratégica iraniana - defesa aérea, tanto fixa quanto móvel; mísseis balísticos e artilharia; guerra eletrônica e cibernética; uso limitado do poder aéreo; e combate naval - apontados por Ajili e Rouhi (2020) são todos majoritariamente

controlados pela Guarda Revolucionária Islâmica, a relevância de um ataque contra o Exército convencional iraniano seria desprezível.

Ou seja, os Estados Unidos teriam duas alternativas ao definir os ataques aéreos como estratégia para lidar com o Irã: (1) ataques contra alvos não-nucleares (campos de treinamento para grupos terroristas, instalações de comando e controle, e forças militares convencionais) como uma estratégia coercitiva, colocando em risco objetos de extremo valor para o regime, em uma tentativa de forçar Teerã a mudar seu posicionamento em relação ao apoio a grupos terroristas, incentivo à instabilidade regional, e a busca por armas nucleares; (2) executar uma campanha para desarmar o Irã, focando em desmantelar a capacidade nuclear do país, na expectativa de que por algum período de tempo, isso reduziria drasticamente a ameaça que o Irã representa para os EUA e seus aliados (POLLACK et al, 2009, p. 75).

Daremos prioridade para uma pormenorização da segunda opção, uma vez que muito provavelmente uma campanha aérea coercitiva contra o Irã falharia, dado que o regime iraniano não seria suscetível a ceder sob o tipo de pressão aplicado pelo poder aéreo coercitivo. Logo, neste contexto, o objetivo dos ataques aéreos seria obliterar grande parte - ou até mesmo por completo caso seja possível - do programa nuclear iraniano. Seria necessário atacar diversas instalações, dentre elas: o sítio nuclear de Bushehr; a planta de enriquecimento de Urânio de Fordo; o centro de tecnologia de Isfahan; a planta de separação de plutônio/usina de água pesada de Arak; a usina de enriquecimento de urânio de Natanz; os reatores de pesquisa de Bonab, Ramsar e Teerã; a base militar de Parchin; e as minas de urânio de Saghand, Yazd e Gachin (POLLACK et al, 2009, p. 76; BBC, 2015).



Fonte: BBC, 2015

Sob esta conjuntura de ataques aéreos, torna-se proveitoso trazer um paralelo com o ataque preventivo realizado por Israel em 1981 contra o reator iraquiano de Osirak. Em junho deste ano, a Força Aérea Israelense utilizou 8 F-15s e 8 F-16s, que saíram da base aérea de Etzion no Sinai. O perfil de voo adotado pelas aeronaves foi de baixa atitude, cruzando o Golfo de Aqaba, o sul da Jordânia, e o norte da Arábia Saudita. Cada um dos F-16s estavam equipados com duas bombas “burras” Mk-84, ou seja, que não possuíam capacidade de orientação além daquela fornecida pela aeronave no momento em que elas fossem lançadas (RAAS; LONG, 2017, p. 11).

Os caças chegaram em Osirak sem terem sido detectados, e se organizaram da seguinte forma: os F-16s se direcionaram para pontos predeterminados para iniciar seus bombardeios, enquanto os F-15s estabeleceram patrulhas aéreas de combate para interceptar os caças iraquianos. Apesar de ter havido alguns problemas de navegação e uma reação por parte da defesa aérea iraquiana, pelo menos 8 das 16 bombas lançadas atingiram a cúpula de contenção do reator iraquiano. Todas as aeronaves retornaram com sucesso para Israel, realizando a mesma rota executada na ida para retornar ao país. A Força Aérea Israelense foi capaz de destruir o reator completamente, ao mesmo tempo em que deixou seu entorno praticamente intacto (RAAS; LONG, 2017, p. 11).

Caso os EUA definissem a realização de uma campanha aérea em moldes similares à realizada em Osirak por Israel, o programa nuclear iraniano enfrentaria um relativo atraso em suas atividades - com um retardamento na capacidade de obtenção de armas nucleares do Irã entre 1 e 4 anos -, mas dificilmente essa campanha aérea seria capaz de realizar a aniquilação plena de todas as instalações cruciais para o programa (POLLACK et al, 2009, p. 76). Destaca-se também que uma inteligência extensa e precisa em termos de instalações nucleares iranianas seria vital para o sucesso de uma campanha aérea nestes moldes, além da necessidade de armas capazes de alcançar e destruir essas instalações, em especial as que se encontram em estruturas reforçadas bem abaixo da superfície (POLLACK et al, 2009, p. 78).

A *National Intelligence Estimate* (Estimativa de Inteligência Nacional) de 2007 constatou que se o Irã decidisse obter uma bomba, provavelmente lançaria mão de estabelecimentos secretos para fabricar urânio altamente enriquecido. Além disso, Teerã possui depósitos naturais de urânio, e atualmente já domina a tecnologia básica de enriquecimento de urânio. Portanto, mesmo se o ataque aéreo fosse altamente bem sucedido, os EUA deveriam ter em mente que o Irã poderia possivelmente reconstruir todo seu programa nuclear (POLLACK et al, 2009, p. 78).

Retomando o paralelo com o ataque de Osirak, temos que no caso de Israel, a Força Aérea Israelense pôde contar com o elemento da surpresa; a manutenção de um perfil de voo furtivo; uma rede de defesa aérea iraquiana relativamente fraca; e a necessidade de atacar somente uma grande instalação, acima do nível do solo, e altamente vulnerável. Esses elementos foram determinantes para o sucesso da missão (POLLACK et al, 2009, p. 78). Já no caso de uma campanha aérea contra o complexo nuclear iraniano, seria necessário premeditar ataques contra um grande número de instalações - possivelmente, centenas -, além de considerar que alguns desses alvos necessitariam ser atingidos repetidamente, uma vez que uma primeira detonação desempenharia um papel de “escavar”, expondo alvos que só poderiam ser significativamente danificados em um segundo ou terceiro bombardeio (POLLACK et al, 2009, p. 78).

Logo, para conduzir essa operação, os EUA teriam duas opções - um ataque aéreo em escala reduzida, ou um ataque aéreo em larga escala. No caso de uma opção reduzida, seria necessário realizar ataques em múltiplos estágios. A campanha seria iniciada por dezenas de mísseis cruzadores - que deveriam ser precisamente cronometrados para preceder a chegada de aeronaves tripuladas - cujos alvos seriam os radares mais capazes e cruciais, bem como centros

de comunicação acima da superfície do solo. Subsequentemente, seriam realizados ataques com caças de curto alcance (F-18s, F-15s e F-16s, caso houvesse bases disponíveis no Golfo Pérsico) e dezenas de bombardeiros (B-1 e B-2), saindo da base de Diego Garcia, caso estivesse disponível, ou dos EUA, caso não houvesse essa possibilidade. Essas aeronaves carregariam munições de penetração profunda, e seriam encarregadas de lançar várias delas contra um único alvo, para garantir que instalações profundamente enterradas fossem plenamente destruídas (POLLACK et al, 2009, p. 80). Importa destacar que a disponibilidade de acesso a bases aéreas mais próximas ao Irã dependeria do apoio dos aliados dos EUA, que provavelmente só se daria em um cenário onde os ataques aéreos executados por Washington se dessem como uma resposta a uma provocação inicial cujos aliados julgassem grave o suficiente por parte de Teerã.

Caso Washington decidisse executar ataques aéreos optando pelo caminho de maximizar a escala destes, a campanha aérea seria estruturada de uma forma diferente. Na primeira onda de ataques, alguns alvos seriam instalações nucleares-chave, especialmente aquelas contendo recursos que seriam fáceis de serem movidos. Em conjunto com esses alvos, haveria também um foco em destruir as defesas anti aéreas iranianas, incluindo radares, mísseis terra-ar, e caças, buscando estabelecer supremacia aérea e facilitando ondas adicionais de bombardeios. As próximas ondas provavelmente atacariam repetidas vezes os mesmos alvos nucleares-chave, mas também buscariam outros alvos que possuem funções mais periféricas no programa nuclear. Ainda, alguns ataques poderiam ser direcionados contra as forças aéreas e navais iranianas estabelecidas nos arredores do Estreito de Hormuz, de modo a evitar que elas fechassem o estreito em resposta a campanha aérea estadunidense (POLLACK et al, 2009, p. 81).

Não importa qual seja a abordagem escolhida, há grandes chances de que o Irã retaliaria da melhor forma dentro das limitações de suas capacidades, gravitando em torno dos cinco pilares operacionais previamente mencionados que moldam a estratégia militar iraniana. Provavelmente, Teerã lançaria mão de um dos componentes mais vitais para seu sistema de defesa aérea: a rede integrada que coordena os sistemas de vigilância e radares utilizados por todos os ramos militares regulares e pela Guarda Revolucionária Islâmica. O uso por parte das forças ocidentais de mísseis ar-superfície anti-radiação para suprimir as defesas aéreas inimigas fez com que o Irã tornasse seu sistema mais móvel e compacto recentemente, utilizando um sistema produzido domesticamente chamado Sevom-e-Khordad. Esse sistema de defesa aérea

utiliza mísseis de médio-alcance e alta altitude Sayyad-2, e é capaz de engajar até quatro alvos simultaneamente que estejam entre 50 e 75 km de distância. Seu caráter compacto e sua mobilidade permitem considerável agilidade, ideal para táticas assimétricas. O sistema Sevom-e-Khordad foi responsável inclusive por facilitar a derrubada do drone estadunidense pelo Irã em junho de 2020, ilustrando sua utilidade em operações de área denial (AJILI; ROUHI, 2020, p. 143).

O Irã poderia também lançar mão de seus programas de mísseis balísticos e mísseis cruzadores, uma vez que é o país que possui os maiores programas desses tipos na região (ELLEMAN; FITZPATRICK, 2018). Dessa forma, o Irã possui capacidade de *anti-access* bem aprimoradas, com a capacidade de atingir bases militares e porta-aviões no seu entorno estratégico. Teerã também conta com lançadores móveis e túneis que aumentam a capacidade de sobrevivência dos mísseis, e suas plataformas de lançamento estão distribuídas por todo o país. Essas características dificultam que um inimigo como os EUA tenha uma grande capacidade de prevenção contra esse tipo de sistema (AJILI; ROUHI, 2020, p. 143). Existem grandes controvérsias em relação aos alcances exatos dos mísseis iranianos, mas temos que os mísseis de longo-alcance seriam principalmente o Qadr-F, Sejil e Khorramshahr, operados pela Guarda Revolucionária Islâmica (AJILI; ROUHI, 2020, p. 143; MILITARY BALANCE, 2021, p. 339). Importa notar que os mísseis de médio-alcance Shahab-3, Sajil-2, Ghadr e Emad e os de curto-alcance da família Qiam poderiam ser modificados para se tornarem capazes de carregar cargas nucleares (AJILI; ROUHI, 2020, p. 144).

No que diz respeito à guerra eletrônica e cibernética, o Irã possui equipamentos de comunicação tática resistentes a medidas de guerra eletrônica, uma gama de mecanismos de comando e controle, bloqueadores de satélites militares e diversos sistemas de cifragem. Recentemente, a República Islâmica expandiu suas capacidades, dando ênfase a medidas de apoio eletrônico, contra-medidas eletrônicas e interrupção de comunicações via GPS e satélite. Alguns desses novos sistemas de radares possuem supostamente um alcance que chega a 500 km. Um exemplo proeminente das capacidades eletrônicas iranianas reside no sequestro do avançado drone furtivo US RQ-170 Sentinel em dezembro de 2011, que presumidamente exigiu que os iranianos anulassem o sistema de orientação do drone (AJILI; ROUHI, 2020, p. 145).

Destacamos também que o Irã desenvolveu tecnologias de coleta de inteligência que são extremamente úteis na condução da guerra eletrônica. O Hezbollah usou com sucesso alguns desses recursos contra Israel durante a Guerra do Líbano de 2006 para neutralizar mecanismos de guerra eletrônica de Jerusalém. Algumas evidências empíricas como o fracasso dos sistemas de Israel em bloquear o comando e as comunicações do Hezbollah; a habilidade do Hezbollah de espionar as comunicações de Israel de dentro do Líbano; a interferência eletrônica executada pelo Israel com mísseis Barak embarcados em navios israelenses; e a incapacidade de Israel de cortar as comunicações da Embaixada Iraniana em Beirute confirmam a eficiência destes tipos de medidas em um contexto de guerra eletrônica (AJILI; ROUHI, 2020, p. 145).

Em termos de uso limitado do poder aéreo, diante de forças aéreas superiores como as dos EUA e de Israel, as contramedidas iranianas incluem sistemas de defesa aérea móveis e em camadas, sistemas de defesa aérea portáteis e artilharia antiaérea automática, com funções táticas atribuídas a aeronaves de asa fixa e a helicópteros. Também poderiam ser usados os recursos aéreos de drones de reconhecimento, vigilância e combate, usados na guerra da Síria por conta de sua capacidade de realizar missões tanto diurnas quanto noturnas sob a maioria das condições climáticas, alcançar uma ampla gama de alvos fixos e móveis, e por serem capazes de voar através de controle remoto e em piloto automático (AJILI; ROUHI, 2020, p. 146).

Por fim, no âmbito do combate naval, a doutrina naval iraniana vigente reside principalmente no uso de lanchas rápidas e mísseis cruzadores anti-navio, sendo, portanto, um reflexo da Guerra Irã-Iraque, na qual as forças iranianas executaram ataques frequentes contra as forças inimigas no Golfo lançando mão de lanchas com um custo extremamente baixo que trouxeram resultados desproporcionalmente positivos. Além disso, a lógica iraniana é que é necessário apenas que uma única lancha passe pelas defesas inimigas para que hajam danos financeiros significativos, através de ataques estilo *kamikaze*, onde a surpresa, confusão e velocidade são essenciais. De acordo com alguns relatórios, o Irã possui entre 3.000 e 5.000 lanchas que poderiam ser utilizadas para executar ataques contra navios maiores, como porta-aviões (AJILI; ROUHI, 2020, p. 146-147).

Conclui-se, portanto, que adotar a opção dos ataques aéreos criaria uma necessidade de repeti-los eventualmente, todas as vezes que o Irã reiniciasse uma reconstrução do seu programa nuclear. Em qualquer uma das abordagens supracitadas, os ataques aéreos essencialmente trariam



como resultado um “ganho de tempo”, possivelmente alguns anos, durante os quais os EUA poderiam orquestrar outras ações contra o Irã, utilizando como recurso o fato de que já teria sido demonstrada uma disposição dos EUA em empregar força contra o regime iraniano caso Teerã se recuse a cooperar (POLLACK et al, 2009, p. 75). Logo, essa abordagem possivelmente não teria muito efeito além de atrasar a data operacional de uma arma nuclear iraniana. No melhor dos cenários, esse enfoque faria com que a população iraniana se revoltasse contra o governo e as políticas tomadas, fazendo com que houvesse uma insurreição para derrubar o governo (POLLACK et al, 2009, p. 83).

A essa perspectiva, se adiciona o *overstretching* da Força Aérea estadunidense. Dois estudos realizados pela RAND Corp. em 2018 pintaram um quadro sombrio da situação de alta demanda e baixa manutenção do poder aéreo estadunidense. Através do levantamento de dados do comportamento operacional da força aérea em alguns tipos de conflitos - como a situação de um conflito regional, tal qual a Operação *Desert Storm*; operações de implementação da paz; e campanhas de contrainsurgência - a RAND estimou se a força aérea seria capaz de atender à demanda que oito tipos de categorias de missões demandariam, incluindo superioridade aérea, ataque, transporte aéreo, reabastecimento aéreo e C3ISR (comando e reconhecimento) Em quase nenhum cenário a força aérea foi capaz de atender 100% da demanda. Em um longo conflito regional, que seria o cenário mais interessante para os fins deste trabalho, a força aérea atenderia a 62% dos requisitos de ataque, sendo capaz de suprir 92% da demanda por reabastecimento aéreo nesta situação (PECK, 2021).

Tendo essas questões em mente, seguimos agora para a terceira opção apontada por Pollack et al (2009): encorajar um ataque militar encabeçado por Israel.

### **5.2.3 Invasão encabeçada por Israel**

Os EUA têm a República Islâmica do Irã como um inimigo declarado há mais de 30 anos, com Teerã buscando frustrar e barrar avanços das políticas estadunidenses para o Oriente Médio. No entanto, o Irã provavelmente jamais representará uma ameaça existencial aos EUA da forma como simboliza um risco para a existência futura de Israel. Teerã e Washington não compartilham fronteiras, e a República Islâmica jamais conduziu uma operação terrorista em

território americano. Além disso, mesmo que seja capaz de desenvolver armas nucleares, o Irã ainda não possui sistemas de entrega para ameaçar diretamente os EUA (POLLACK et al, 2009, p. 89). Porém, no caso de Jerusalém, um único ataque realizado pelo Irã pode levantar sérios questionamentos sobre a sobrevivência de Israel, fazendo com que a República Islâmica se configure como um oponente muito mais alarmante, próximo fisicamente e intimidador (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 223).

Devido a essa questão, numerosas conferências de imprensa, relatórios, e discursos de oficiais de inteligência e militares israelenses confirmaram que Israel já estudou planos para realizar operações militares que impeçam o Irã de adquirir armas nucleares caso seja preciso. Neste cenário, provavelmente seriam realizados ataques aéreos com o apoio das forças especiais, de um modo similar ao que foi realizado em Osirak em 1981 (POLLACK et al, 2009, p. 90).

Logo, o objetivo central de Israel ao realizar ataques aéreos contra o programa nuclear iraniano seria similar ao objetivo dos EUA: destruir instalações nucleares chave objetivando atrasar significativamente a aquisição do Irã de armas nucleares. A visão predominante em Israel é a de que Jerusalém não pode, sob hipótese alguma, permitir que Teerã adquira capacidades nucleares, independentemente de suas intenções, visto que a República Islâmica tem como política declarada a destruição do Estado de Israel (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 226). Contudo, neste cenário, estamos lidando com o elemento extra do possível encorajamento que os EUA forneceria a Israel, na expectativa de que o criticismo internacional e a retaliação iraniana fossem redirecionadas a Jerusalém (POLLACK et al, 2009, p. 91).

Para Washington, caso Israel opte por realizar ataques preventivos contra o programa nuclear iraniano, essa postura pode criar tantas oportunidades - caso os EUA preferissem que o programa nuclear iraniano fosse destruído, mas não quisessem tomar a frente dessa destruição -, quanto ameaças - caso os EUA acreditassem que um ataque por parte de Israel desestabilizaria a região e prejudicaria os interesses americanos (POLLACK et al, 2009, p. 90).

Em termos de preparação para a realização dos ataques, a operação israelense provavelmente ocorreria de forma muito mais rápida que uma campanha estadunidense, mas enfrentaria alguns problemas que Washington não encontraria caso optasse por executar o ataque. Para Jerusalém, existe o risco de que Israel não tenha capacidades suficientes para gerar e

sustentar o número necessário de ondas de ataques. Caso isso se confirme, o Irã poderia responder passando a conduzir seus esforços nucleares de uma forma ainda mais ativa, encoberta e subterrânea, além de poder tornar Israel um alvo primário para Teerã, ao invés de um alvo secundário ou preferivelmente atacado via *proxies* (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 226). Além disso, mesmo considerando uma conjuntura onde Israel possua as capacidades de ataque necessárias para a destruição dos elementos do programa nuclear iraniano, não se sabe ao certo se Israel possuiria o tipo de inteligência necessária para assegurar que as instalações do programa nuclear fossem completamente rastreadas e destruídas (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 227).

Devido à localização geográfica, as aeronaves israelenses possuem a vantagem de estarem próximas do território iraniano, além de já possuírem extensivos planejamento e prática para um possível ataque contra Teerã (POLLACK et al, 2009, p. 90). No entanto, como Israel não possui nenhum porta-aviões, suas aeronaves teriam obrigatoriamente que decolar de bases aéreas israelenses. Jerusalém também não possui bombardeiros de longa-distância como o B-1 ou o B-2, nem aeronaves para abastecimento aéreo, o que indica que Israel não pode evitar ter que voar sobre o espaço aéreo de outra nação (RAAS; LONG, 2017, p. 23-27). Existem 3 opções de rotas de voo a serem realizadas neste cenário, mas todas envolvem um importante *trade-off* entre risco operacional e custos diplomáticos. A rota mais curta gira em torno de 1.500-1.700 km, passando pela Jordânia e pelo Iraque; seguida pela rota via Arábia Saudita, em torno de 1.900-2.100 km; e por fim, a opção de sobrevoar a Turquia, com 2.600-2.800 km. Visto que em todas as rotas seria necessário realizar um reabastecimento das aeronaves, isso demandaria, a princípio, algum grau de cooperação entre as nações envolvidas para que os caças não fossem interceptados pelas nações anteriormente mencionadas antes de sequer chegar em território iraniano. Especialmente nas rotas 1 e 2, os EUA necessitariam fornecer algum grau de cooperação (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 227).

Esses detalhes criam uma situação delicada, onde Israel basicamente teria uma única oportunidade de completar ataques aéreos bem sucedidos contra o Irã. Isso se deve ao fato de que uma campanha aérea nos moldes propostos depende fortemente do elemento surpresa. Caso Israel não fosse capaz de articular algum tipo de cooperação entre Jerusalém e as nações envolvidas nas possíveis rotas a serem seguidas, uma segunda onda de ataques inevitavelmente enfrentaria

defesas aéreas alertadas, um problema que Israel provavelmente classificaria como intransponível. Em conjunto com essa questão, após a primeira rodada de ataques, Israel não teria outros instrumentos além de sua pequena frota de mísseis balísticos e mísseis cruzadores lançados de submarinos para realizar ataques subsequentes (POLLACK et al, 2009, p. 92).

Retomando a questão da distância, a Força Aérea israelense possui 25 F-151, que possuem um alcance de 2.500km. No entanto, 25 aeronaves são um pequeno número frente a escala, dispersão, e resistência do programa nuclear iraniano, em especial porque os aviões não seriam capazes de carregar um alto número de munições, impossibilitando o ataque de múltiplas instalações em uma única saída. Israel possui também 100 F-161, que possuem um alcance de 1.600-1.800 km, o que limita a opção de rotas pelas quais eles poderiam voar, sendo a única rota viável a mais curta, que passa pela Jordânia e pelo Iraque. Todavia, essa é a rota mais problemática, já que claramente incriminaria os EUA como um cúmplice de Israel no ataque, minando o interesse americano de se distanciar do criticismo e da retaliação internacional nesta situação (POLLACK et al, 2009, p. 93).

Logo, como Israel inevitavelmente necessitaria fornecer um reabastecimento durante o voo para permitir que seus F-161 fossem usados, há uma drástica diminuição no número de aviões lançando bombas (POLLACK et al, 2009, p. 93). A munição chave a ser utilizada contra as instalações reforçadas e subterrâneas seriam as bombas *anti-bunker* guiadas por laser do tipo GBU-28, com uma ogiva penetrante de 4.400 libras que pode ser atualizada pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) para usar mira via posicionamento eletro-óptico ou sistema de posicionamento global (GPS) (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 229).

Concluimos, portanto, que essa limitação, combinada com o fato de que uma operação tão arriscada seria viável somente para a primeira rodada de ataques, não seria capaz de fazer um estrago tão grande quanto a campanha aérea estadunidense, mesmo em moldes mais limitados, tendo uma capacidade bem menor de atrasar o programa nuclear iraniano (POLLACK et al, 2009, p. 93).

Em relação a resposta iraniana aos ataques, Teerã teria dificuldade em se defender contra as forças israelenses que utilizariam mísseis cruzadores, aeronaves furtivas, armas de precisão equipadas com uma mistura de recursos de combate muito superiores aos iranianos e sistemas de

retenção de armazenamento e recuperação de imagens necessários para atacar repetidamente alvos iranianos praticamente em tempo real. O Irã poderia interceptar os caças israelenses, mas a força aérea iraniana possui mais quantidade do que qualidade. Em termos de defesa antiaérea, a Guarda Revolucionária Islâmica é responsável por operar a maior parte dos sistemas de mísseis superfície-ar (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 231).

A República Islâmica poderia optar também por realizar múltiplos lançamentos de mísseis Shahab-3, incluindo a possibilidade de utilizar ogivas químicas, biológicas ou radiológicas (QBR) contra Tel Aviv, centros militares e civis israelenses, e locais suspeitos de abrigarem armas nucleares israelenses. Existe também a possibilidade de escalar o conflito usando os proxies iranianos, como Hezbollah e Hamas, atacando Israel através tanto de atentados suicidas, quanto via lançamento de mísseis do sul do Líbano e da Síria. Por fim, o Irã poderia realizar ataques contra embaixadas israelenses, centros judaicos, e outros ativos dentro e fora de Israel utilizando as capacidades da Guarda Revolucionária Islâmica (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 231).

Por fim, concluímos trazendo o fato de que um ataque israelense contra instalações nucleares iranianas poderia também fortalecer a posição do regime iraniano de avançar em direção a efetiva aquisição de capacidades nucleares, inclusive podendo levar Estados vizinhos a apoiar o posicionamento da República Islâmica. Além disso, as consequências poderiam transbordar para os interesses americanos na região, aumentando a ameaça de ataques de ordem assimétrica contra os interesses americanos e seus aliados na região (CORDESMAN; KLEIBER, 2007, p. 231).

## 6 CONCLUSÃO

A proposta original deste trabalho foi a de correlacionar um suposto ‘modo de fazer a guerra do Oriente Médio’ e a Transformação Militar estadunidense. Pelas razões já aludidas, não foi possível empreender uma tarefa desta magnitude no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, tornou-se necessário um ‘atalho’ analítico, de modo a efetuar-se esta investigação sem o necessário compromisso do exame de toda a face da literatura envolvendo a Transformação Militar. O ‘atalho’ referido foi propiciado por Max Boot, e seu “Modo americano de fazer a guerra” (BOOT, 2003).

Dessa forma, o ensaio procurou examinar a correlação entre a influência do Oriente Médio sobre o modo britânico, e, posteriormente, estadunidense de fazer a guerra. Nesta conclusão, procurar-se-á sumarizar o aprendizado em três momentos analíticos sucessivos e complementares. São eles: (1) Um balanço sobre a hipótese, o que inclui o exame dos modos britânico e estadunidense de fazer a guerra; (2) Uma avaliação sobre o papel e o emprego das Forças Especiais – em circunstâncias de guerra convencional e de guerra irregular; (3) O eventual ou possível efeito do emprego de Forças Especiais sobre o equilíbrio internacional. Esta última conclusão aguisa também o compromisso com novas investigações e trabalhos futuros. E, por fim, procura-se debater a função e o papel da Guarda Revolucionária Islâmica.

No que tange a conexão entre o Oriente Médio e o modo britânico de fazer a guerra, entende-se que a hipótese se revelou ao menos parcialmente correta. Já no caso da interconexão entre o modo estadunidense de fazer a guerra e o Oriente Médio, parece ter se dado o contrário. Isto é, os países do Oriente Médio – ao menos este é o caso do Irã – parecem ter assimilado seu modo de fazer a guerra da experiência do convívio ou confronto com forças estadunidenses na região.

O ensaio construiu um modelo próprio do que significa o modo britânico de fazer a guerra. O marco fundador foi estabelecido pelo Duque de Marlborough, conforme aponta James Falkner (2014). A ideia de que sua feição final se deve a William Pitt, é de Paul Kennedy (1989). Os argumentos centrais de ambos os autores foram reproduzidos nos trechos pertinentes. Desse modo, cumpriu a presente pesquisa estabelecer o papel de Winston Churchill na construção e na remodelação do modo britânico de fazer a guerra. Consequentemente, utilizou-se como critério os padrões estabelecidos pelos autores referidos para concluir que a mudança introduzida por

Churchill – sob a formulação de Gertrude Bell, e a ação de T. E. Lawrence – foi original o suficiente para estabelecer uma nova feição do modo britânico de fazer-se a guerra. Note-se, a diferença básica de Marlborough e Pitt é apenas a ênfase no uso de proxies. O então primeiro-ministro britânico não chegou a agregar ou construir um elemento novo àquele já utilizado pelo general para travar a Guerra dos Sete Anos. Churchill, por sua vez, foi quem chancelou a guerra revolucionária enquanto uma estratégia, uma forma de emprego de força de um Estado contra outro. Assim, entende-se que a hipótese foi parcialmente convalidada: os elementos centrais do modo britânico de fazer a guerra – frota, força expedicionária e proxies – haviam sido assentados por Marlborough pelo menos três séculos antes.

Elidiu-se, intencionalmente, a atuação de Churchill posterior à Conferência do Cairo de 1921. Mas, cumpre salientar, que em 1920 Churchill ordenou a utilização de bombardeiros com emprego do gás mostarda para debelar uma rebelião no recém-criado Iraque – até então, uma província otomana. Posteriormente, Churchill defenderia o uso do bombardeiro como uma alternativa à própria frota britânica. Residem, neste ponto, elementos instigantes para trabalhos futuros, como o descortinamento da ‘filosofia da guerra’ de Winston Churchill. Afinal, já como primeiro-ministro da Grã-Bretanha na Segunda Guerra Mundial, fez uso da guerra irregular complexa, quer contra inimigos – do Eixo –, quer contra aliados – URSS. De sorte que parece haver um manancial volumoso o suficiente para o desenvolvimento de novas atividades de pesquisa e investigação.

Já em relação à interconexão entre o modo estadunidense de fazer a guerra e o do Oriente Médio, a hipótese original revelou-se mais equivocada do que acertada. À despeito de a Guarda Revolucionária Islâmica remontar às origens da Revolução Iraniana (1979), e da própria Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o perfil final desta força acabou sendo fortemente influenciado – senão determinado – pela experiência de confronto do Irã com as Forças Especiais estadunidenses (1987-1988). Diferentemente do que se pensava em virtude da cronologia, com a criação da Guarda Revolucionária Islâmica em 1979, a GRI não representa, como chegou-se a crer inicialmente, a expressão da síntese de um modo de fazer a guerra do Oriente Médio. Embora, obviamente, qualquer organização militar procure ajustar-se às circunstâncias de local e tempo, é mais fácil vê-la como um espelho do USSOCOM, do que como resultante de um acúmulo histórico da experiência de guerra regional.

Por outro lado, ao inventariar-se, mesmo que em bases mínimas, os antecedentes intelectuais à criação do USSOCOM, fica claro que este – a despeito de seu período de consolidação corresponder ao seu momento de confronto com a Revolução Islâmica – tem raízes muito mais remotas e profundas.

Em última instância, o USSOCOM procura ser a resposta no âmbito técnico e organizacional ao problema já identificado por Clausewitz, e, de forma mais nítida, por Ludendorff, relacionado ao efeito causado pelo custo das perdas humanas e do sofrimento das populações face à guerra. Clausewitz via na política, na lei moral, e na defensiva como forma de guerra mais forte, os complementos senão naturais, virtuosos, que corporificavam a ideia do equilíbrio internacional (CLAUSEWITZ, 2003, p. 467; PARET, 2001, p. 270). Em suma, a fricção e o atrito ocasionados pela guerra são justamente os elementos que condicionam a que não se faça uso leviano do meio militar. As baixas fazem as vezes de um ‘regulador’, que recomenda prudência frente a incerteza, torna efetiva a dissuasão, e serve como esteio do equilíbrio internacional. Já Ludendorff, no afã de neutralizar os princípios de Clausewitz – notadamente no que tange a direção da política, ao papel da lei moral, e a defensiva como guerra mais forte – inverteu o aforisma do prussiano, de modo a considerar que a missão da sociedade (política) era servir à guerra. E procurava colimar este fim através da ‘coesão anímica’, cuja busca conduziu à ascensão do nazismo. Mas, a despeito da normatividade esdrúxula, é insofismável a constatação de que a busca de Ludendorff era a de estabelecer um sociometabolismo que permitisse dissipar os custos da guerra; quer as perdas na linha de frente, ou o sofrimento infringido à população civil.

As tentativas de solução ‘técnicas’ de Liddel Hart e Beaufre deslocam a equação de custos, restringindo o contingente que participa da conflagração à profissionais. De sorte que, neste particular, como pretendia Ludendorff, a guerra pudesse ser utilizada como instrumento da política nacional sem acarretar custos políticos, morais ou sociais. Procurou-se demonstrar que este raciocínio está na base da Transformação Militar pretendida por Donald Rumsfeld (2002) – a expressão militar do Defense Planning Guidance (1992) de Paul Wolfowitz, de dez anos antes.

Esta lógica conduz ao segundo ponto: o balanço da ação das Forças Especiais – compostas por combatentes voluntários, profissionais, e altamente qualificados. A conclusão acerca deste tema traz elementos paradoxais e até certo ponto anti intuitivos. Afinal, a característica principal deste tipo de tropa é o empreendimento de ataques rápidos, eficazes e



decisivos. Contudo, a ofensividade no âmbito da tática não elimina a possibilidade de assumir-se uma posição defensiva no nível operacional ou estratégico. Pelo contrário, são justamente as ações de unidades do escalão de brigada para baixo que permitem fustigar o inimigo, negando-lhe liberdade de movimento quando se assume uma postura defensiva nos níveis operacional ou estratégico. Em contexto operacional e estratégico defensivo, essa postura revelou-se extremamente eficiente.

Conforme foi apresentado, a campanha de Lawrence na Península Arábica protegeu o flanco direito dos britânicos, permitindo a conquista da Palestina, Síria e Iraque, sucessivamente. Por sua vez, a tomada de Bagdá por parte dos ingleses tornou o que antes era um instrumento indireto – os irregulares de Lawrence – em um instrumento direto, possibilitando a captura do Porto de Aqaba. Neste ponto, a guerra de guerrilha passa à guerra de movimento, desafiando abertamente o Exército turco. Sem o extenso papel conferido aos irregulares de Lawrence, dificilmente os ingleses teriam obtido êxito no que lograram no Oriente Médio, bem como atestam os outros fracassos do Exército britânico frente aos turcos; Gallipoli (1915), e a Batalha de Sheik Sa'ad (1916), que à ocasião, lhes roubou a conquista de Bagdá.

Embora tratados de passagem, posto que não se colocavam no centro do objeto de investigação, os Chindits de Wingate revelaram-se ainda mais decisivos que os irregulares de Lawrence. Afinal, ao negar as linhas interiores ao Exército japonês, impediu que estes pudessem aniquilar o dispositivo esparço e desordenado dos Aliados no teatro de operações da Birmânia, até que estes estivessem em condições de enfrentar os japoneses – o que se deu em Imphal e Kohima em 1944. Para ter-se uma dimensão da relevância dos Chindits, basta raciocinar em termos contra-factuais e perguntar-se: o que teria sido da Guerra no Pacífico com a queda da Índia e a eventual unificação de forças japonesas e alemãs no Oriente Médio? Conquanto não caiba aqui responder a esta pergunta, a possibilidade de formulá-la serve para dar uma dimensão sistêmica do êxito local dos Chindits.

Contudo, quando empregadas de forma ofensiva, mesmo que apoiadas por forças convencionais regulares – como se deu no Iraque em 2003, e na Ucrânia em 2022 –, as forças especiais perdem seu elã. Em nada deixam a desejar na eficácia dos ataques demolidores e decisivos; mas não são afeitas ao controle de território. A constatação suscita uma pergunta ontológica acerca do papel da força terrestre: sua função principal é a de destruir forças do inimigo ou controlar território? De acordo com Shy (2003, p. 243), para Jomini, a segunda

alternativa é a correta. E, em Clausewitz, a resposta é ambígua. De fato, já que Clausewitz apresenta uma cosmovisão que abarca todos os níveis da guerra, ela só pode ser assim.

Em suma, o emprego de Forças Especiais diz respeito aos níveis tático e operacional, não ao problema estratégico que dispõe sobre o emprego das Forças – e não de suas frações. Assim, mesmo quando a prioridade é destruir as forças do inimigo, o conteúdo finalístico que preside este propósito é o controle de território. E, isto, definitivamente, as Forças Especiais não são afeitas a fazer – e nem deveriam sê-lo. Aqui entra o papel da combinação de armas e serviços, de modo que se elidam vazios de poder como os que surgiram no Iraque – e, posteriormente deram origem ao Estado Islâmico – ou que o Exército inimigo fique intacto (apesar de desarticulado), e passe ao ataque, como se deu na Ucrânia.

Ainda é muito cedo para estimar-se quais serão as consequências do malogro inicial da Ucrânia ao status da Rússia de Grande Potência. Mas, desde logo, pode-se identificar na fricção e no atrito produzidos pelos insurgentes iraquianos e afegãos, a causa principal do malogro estadunidense no Oriente Médio, que conduziu à sua retirada da região sem que seus objetivos políticos fossem atingidos. Pelo contrário, a pressão crescente que estes exercem sobre Rússia e China evidencia a substituição da abordagem indireta – controle do suprimento de gás e petróleo do Oriente Médio – pela abordagem direta – a confrontação com as demais Grandes Potências. É incerto o rumo a que vai conduzir essa nova política externa estadunidense, mas quaisquer que sejam seus custos, há que acrescentá-los à conta do malogro iraquiano.

Por este percurso, da comparação entre Lawrence e Wingate nas duas guerras mundiais, com a atuação dos EUA no Iraque e da Rússia na Ucrânia, pode-se inferir uma interconexão entre o emprego de Forças Especiais – com ou sem o auxílio da guerra irregular complexa –, e o equilíbrio internacional, chegando ao terceiro ponto proposto. Naturalmente, trata-se de excepcionalidades, mas, por isso mesmo, importa reconhecê-las. Ao que se pode concluir, o emprego de Forças Especiais em contextos estratégicos defensivos revela-se virtuoso, e, em contexto estratégico ofensivo, contraproducente. As vitórias britânicas nas duas guerras mundiais mantiveram a Inglaterra, mesmo sob declínio, em uma condição que pôde ser identificada como de Grande Potência. Já a longa guerra do Oriente Médio solapou a unipolaridade dos EUA, e o espectro de uma derrota russa na Ucrânia lança dúvidas acerca da possibilidade deste país manter-se na condição de Grande Potência. Tratam-se de exceções, mas casos onde o emprego,

acertado ou equivocado, de forças especiais e da guerra irregular, incidiu sobre o equilíbrio internacional (polaridade).

No caso do Irã, o processo não é diferente. A despeito do aspecto portentoso de suas ações encobertas no exterior – notadamente na Síria e no Iêmen – seu resultado tem sido píffio. Embora possa-se argumentar, com propriedade, que a assistência iraniana aos iemenitas levou ao distensionamento que permitiu negociações de paz naquele país – e, ao que se sabe, negociações secretas entre iranianos e sauditas – é mais difícil de crer que o resultado foi proporcional ao investimento. Em outras palavras, que por meios estritamente diplomáticos ou do investimento na produção de capacidades militares convencionais – capazes de ameaçar a infraestrutura saudita – não se pudesse chegar ao mesmo resultado. Na Síria, os aspectos contraproducentes do empreendimento são mais evidentes. Assad continua nas mãos dos russos; as unidades populares de mobilização PMUs não conseguiram constituir uma alternativa crível ao Hezbollah. E, este último comporta-se cada vez mais como um ‘Estado profundo’ libanês, que, propriamente, um grupo proxy iraniano. Em suma, os ataques aéreos israelenses à Síria, que ocorrem com uma base quase diária, e os meios de pagamento israelenses em relação ao Líbano empobrecido, podem contrabalançar sobejamente a ação da Guarda Revolucionária Islâmica em território sírio.

No entanto, o lugar de destaque que cabe a GRI na Política Externa de Segurança iraniana traz à tona – como procurou-se abordar no capítulo – uma outra questão: a do programa nuclear. Normalmente, têm-se que os dois elementos: a GRI e o programa nuclear são duas faces da mesma moeda: projeção da influência do Irã na região. Contudo, este pode não ser o caso. Foi Ahmadinejad – homem de vínculos estreitos com a GRI – que assinou o JCPOA. E, em termos funcionais, a Guarda Revolucionária tem cumprido a função de intimidação – ou dissuasão ‘extensiva’ – usualmente cumprida pelas armas nucleares. Isto abre espaço para indagações que não puderam ser elucidadas no âmbito da pesquisa. O programa nuclear iraniano tem nas Forças Armadas tradicionais seu principal mentor? A GRI apoia o programa apenas na medida necessária para manter o regime de exceção no país? Um Irã livre da influência dos Aiatolás – como parecem desejar EUA e Israel – será mais ou menos propenso a possuir um programa nuclear? Afinal, o país está rodeado de Estados nucleares (Paquistão, Israel, Rússia) e próximo a países que parecem ter pretensões à posse de armas nucleares (Turquia e Arábia Saudita).

No caso de o Irã constituir-se enquanto um Estado Normal, abdicaria de um trunfo como o das armas nucleares, que nem mesmo a potência militar convencional mais poderosa do planeta

(EUA) abdicou? Responder à maior parte dessas perguntas envolveria um estudo aprofundado sobre a sociedade e as instituições iranianas. Além de dados – que a pesquisa não pôde inventariar – sobre a cultura organizacional das forças do país. Sabe-se que desde a Guerra Irã-Iraque – especificamente à que aludida ofensiva em Fao – a Guarda Islâmica e o Exército Tradicional não mantêm boas relações. Esta situação perduraria ainda nos dias de hoje? Mais uma vez, trata-se de tema cujo desenvolvimento demanda esforços de pesquisa e investigação posteriores.

Mas, como no caso dos irregulares de Lawrence e dos Chindits de Wingate, resta pouca dúvida que a estimativa feita por Pollack, de que seriam necessários 1,4 milhão de homens para ocupar o Irã, deve-se, em grande medida, à presença da Guarda Revolucionária Islâmica. Mais uma vez, a GRI ‘concorre’ com o programa nuclear iraniano. Desta feita, como elemento de dissuasão de última instância. Diferentemente da Guarda Revolucionária de Saddam Hussein, que se perfilou diante dos EUA para ser exterminada no campo de batalha, a GRI passaria à clandestinidade, e seus 190.000 efetivos parecem assegurar base social o suficiente para uma resistência prolongada. Aqui descortina-se outro aspecto, que também não pôde ser devidamente explorado pela pesquisa. Até onde o recuo estadunidense em empreender a guerra com o Irã deveu-se a senhoriagem do dólar. Aqui seria possível estabelecer uma associação entre o comportamento adotado pela Inglaterra frente a volta a libra-ouro em 1919, e sua ênfase no bombardeiro e na guerra irregular como alternativas ao emprego do Exército e da própria Royal Navy. Em suma, como destaca Pollack, manter o contingente necessário para estabilizar o Irã, controlar sua população e recursos, envolveria uma volta ao serviço militar obrigatório, o que iria requerer uma volta ao ‘Estado social’ – as contrapartidas no âmbito dos direitos sociais que se dão em troca do serviço militar obrigatório (GIDDENS, 2001, p. 249). Fica em aberto saber se a volta da competição estratégica entre as Grandes Potências não trará, igualmente, resultado análogo – a mobilização nacional. De todo modo, é tentador comparar os períodos de financeirização – da Inglaterra e dos EUA – com a opção preferencial pelo emprego de forças especiais e proxies. Mas, também este, seria tema de pesquisas futuras.

Ao Brasil, acredita-se que fica a conclusão já elaborada por Edson Neves (2015). Ao que tudo indica, o perfil de força híbrido – que mantém o profissional e o conscrito –, bem como a Transformação Holística propugnada pelo chileno Covarrubias em que a Transformação Militar

(ajuste das forças à transição tecnológica) é efetuada tendo em vista não apenas seus resultados militares, mas também os políticos e sociais.

## REFERÊNCIAS

ABIR, M. Modernisation, reaction and Muhammad Ali's 'Empire'. **Middle Eastern Studies**, v. 13, n. 3, p. 295-213, 1997.

AHMADIAN, Hassan; MOHSENI, Payam. Iran's Syria strategy: the evolution of deterrence. **International Affairs**, v. 95, n. 2, p. 341-364, 2019.

AJILI, Hadi; ROUHI, Mahsa. Iran's Military Strategy. **Survival**, v. 61, n. 6, p. 139-152, 2019.

ALEMZADEH, Maryam. The Islamic Revolutionary Guards Corps in the Iran-Iraq war: an unconventional military's survival. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 46, n. 4, p. 622-639, 2019.

ALFONEH, Ali. **Iran Unveiled: How the Revolutionary Guards Is Turning Theocracy into Military Dictatorship**. Washington: American Enterprise Institute, 2013.

ANDERSON, Scott. **Lawrence in Arabia: War, Deceit, Imperial Folly and the Making of the Modern Middle East**. New York: Doubleday, 2013.

ANSARI, Ali M. **Modern Iran since 1921: The Pahlavis and After**. Harlow: Pearson Education Limited, 2006.

ANSARI, Ali M. The Revolution Will Be Mercantilized. **The National Interest**, v. 1. n. 105, p. 50-60, 2010.

ATKINSON, Rick. **Crusade: The Untold Story of the Persian Gulf War**. Boston, New York: Houghton Mifflin Company, 1993.

BAILEY, Frank Edgar. **British Policy and Turkish Reform: A Study in Anglo-Turkish Relations 1826-1853**. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

BAZOOBANDI, Sara. **The New Regional Order in the Middle East: Changes and Challenges**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

BEAUFRE, General. **Estratégia da ação: O procedimento político e militar na era nuclear**. Rio de Janeiro: Bloch Editôres, 1970.

BELSTAD, Marius A. **Born by Revolution, Raised by War: The Iran-Iraq War and the rise of the Islamic Revolutionary Guard Corps**. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Peace and Conflict Studies, Department of Political Science, University of Oslo, Oslo, 2010.

BESKA, Emanuel. Muhammad Ali's Conquest of Sudan (1820-1824). **African and Asian Studies**, v. 28, n. 1, p. 30-56, mai 2019.

BOOT, Max. La Nueva Forma Estadounidense de Hacer la Guerra. **Foreign Affairs en Español**, Cidade do México, v. 3, n. 3, p. 29-45, jul.-set. 2003.

BOSWORTH, C. et al (org.). **Encyclopaedia of Islam**. Brill Publisher, 2012.

BOWERING, Gerhard (Ed.); CRONE, Patricia (Ed.); KADI, Wadad (Ed.); STEWART, Devin J. (Ed.); ZAMAN, Muhammad Qasim (Ed.); MIRZA, Mahan (Ed.). **The Princeton Encyclopedia of Islamic Political Thought**. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas**. 5ª edição. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA-URSS: O Grande Desafio**. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

BUCALA, Paul. **Iran's New Way of War in Syria**. Washington: Institute for the Study of War, 2017 (A Report by the Critical Threats Project of The American Enterprise Institute and the Institute for the Study of War).

CALVERT, Michael. **Chindits: comandos da selva**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1977.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL IRAQUE. **Histórico**. 16 dez. 2015. Disponível em: <http://www.brasiliraq.com.br/comercio-bilateral-historico/>. Acesso em 24 abr 2022.

CANCIAN, Mark F. U.S. **Military Forces in FY 2022: Army**. Center for Strategic & International Studies, 21 oct. 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/us-military-forces-fy-2022-army>.

CAPPELLETTI, Cristin. **Dynamics of the Iranian Role in the Syrian Civil War**. Orientador: Meliha Benli Altunisik. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Master of Science, Department of Middle East Studies, Middle East Technical University, Ankara, 2018.

CARTER, Jimmy. **Jimmy Carter: 1980-81 (in three books)**. Livro 1. Washington: Office of the Federal Register, National Archives and Records Service, General Services Administration: 1981.

CHUBIN, Shahram; TRIPP, Charles. **Iran and Iraq at War**. London: L.B. Tauris & Co Ltd., 1988.

CLEVELAND, William; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. 4ª edição. Westview Press, 2009.

CONNELL, Michael. Iran's Military Doctrine. **The Iran Primer**, 11 out. 2010. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/irans-military-doctrine>. Acesso em: 7 mar. 2022.

CORDESMAN, Anthony. **Iran's Support of the Hezbollah in Lebanon**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2006.

CORDESMAN, Anthony; GOLD, Bryan; BERNTSEN, Garret. **The Gulf Military Balance: Volume I: The Conventional And Asymmetric Dimensions**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2014.



CORDESMAN, Anthony; KLEIBER, Martin. **Iran's Military Forces and Warfighting Capabilities: The Threat in the Northern Gulf**. Westport: Praeger Security International, 2007.

CORDESMAN, Anthony; SULLIVAN, George; SULLIVAN, William. **Lessons of the 2006 Israeli-Hezbollah War**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2007.

COVARRUBIAS, Jaime Garcia. Os Três Pilares de uma Transformação Militar. **Military Review Brazilian**, Forte Leavenworth, v. 87, n. 6, p. 16-24, nov.-dez. 2007.

CRAWFORD, Michael. **Makers of the Muslim World: Ibn 'Abd al-Wahhad**. Londres: Oneword Academic, 2014.

CUNNINGHAM, Brian H. **Islamic Revolutionary Guard Corps: Instability in the Middle East**. 2009. 47 f. Dissertação (Mestrado) - Master of Military Studies, USMC Command and Staff College, Quantico, 2009. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA508073.pdf>.

DINÇ, Güven. The Ports of Cyprus and the French Invasion of Egypt (1798-1801). **Mediterranean Studies**, v. 24, n. 1, p. 23-46, 2016.

EDELMAN, Eric; TAKEYH, Ray. The Next Iranian Revolution: Why Washington Should Seek Regime Change in Tehran. **Foreign Affairs**, mai./jun. 2020. Disponível em: [https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2020-04-13/next-iranian-revolution?check\\_logged\\_in=1](https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2020-04-13/next-iranian-revolution?check_logged_in=1). Acesso em: 7 mar 2022.

EISENSTADT, Michael. Iran's Gray Zone Strategy: Cornerstone of its Asymmetric Way of War. **Prism**, v. 9, n. 2, p. 77-97, 2021.

ELLEMAN, Michael; FITZPATRICK, Mark. **Are Iran's ballistic missiles designed to be nuclear capable?** The International Institute for Strategic Studies, 2018.

EUA. Dwight D. Eisenhower (1953-1961). **Atoms for Peace Speech**. New York: 8 dez. 1953. Disponível em: <https://www.iaea.org/about/history/atoms-for-peace-speech>. Acesso em: 7 mar. 2022.

EUA. **Joint Publication 1-02: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington: Department of Defense, 2016.

EUA. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington: dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

EUA. Treasury Designates Syrian Entity, Others Involved in Arms and Communications Procurement Networks and Identifies Blocked Iranian Aircraft, **U.S. Department of the Treasury**, 19 set. , 2012. Disponível em: <http://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/tg1714.aspx>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FALKNER, James. **The War for Spain**. In: FALKNER, James. Marlborough's War Machine 1702-1711. Barnsley: Pen&Sword Books, 2014.

FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 129-145, 2007.

FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas Para Quê?** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1988.

FULTON, Will. **Iran's Global Force Projection Network: IRGC Quds Force and Lebanese Hezbollah**. Washington: American Enterprise Institute, 2013.

GAIETTA, Michele. **The Trajectory of Iran's Nuclear Program**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

GERAMI, Nima; GOLDSCHMIDT, Pierre. The International Atomic Energy Agency's Decision to Find Iran in Non-Compliance, 2002-2006. **Washington:** National Defense University Press, 2012.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência:** Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GILBERT, Martin. **Winston Churchill:** Uma vida. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

GORDON, John; MATSUMURA, John. **The Army's Role in Overcoming Anti-Access and Area Denial Challenges.** Santa Monica: RAND Corporation, 2013.

GUZANSKY, Yoel. "Made in Iran": The Iranian Involvement in Iraq. **Strategic Assessment**, v. 13, n. 4, p. 85-100, 2011.

HATZIS, Aristides. **A Political History of Modern Greece 1821-2018.** In: MARCIANO, A;

HICKMAN, William. **Ravaged and Reborn:** Iranian Army, 1982. Washington: Brookings Institution, 1982.

HOLLIDAY, Joseph. **The Assad Regime:** From Counterinsurgency to Civil War. Washington: Institute for the Study of War, 2013 (Middle East Security Report 8).

HOPKINS, A. G. The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882. **The Journal of African History**, v. 27, n. 2, p. 363-391, 1986.

HUGHES, Brian; ROBSON, Fergus (Ed.). **Unconventional Warfare from Antiquity to the Present Day.** Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

HUNTER, F. Robert. Review. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 18, n. 1, p. 173-175, 1985.

HURST, Steven. The Iranian Nuclear Negotiations as a Two-Level Game: The Importance of Domestic Politics. **Diplomacy & Statecraft**, v. 27, n. 3, p. 545-567, 2016.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. *The Military Balance*. 2021. Londres: Routledge, 2021.

IRÃ. [Constituição (1979)]. **Constituição da República Islâmica do Irã**. Teerã, 1979. Disponível em: <https://brazil.mfa.gov.ir/pt/generalcategoryservices/11668>. Acesso em: 7 mar. 2022.

IRAN: General Nowi-Aghdam urges recruits to fight in Syria as Assad stumbles. **Islam Media Analysis**, 11 jun. 2015. Disponível em: <http://www.islamedianalysis.info/iran-general-nowi-aghdam-urges-recruits-to-fight-in-syria-as-assad-stumbles/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

IRAN claims nuclear breakthrough. **The Guardian**, 11 abr. 2006. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2006/apr/11/iran>. Acesso em: 7 mar. 2022.

IRAN'S key nuclear sites. **BBC**. 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-11927720>. Acesso em 7 mar. 2022.

IRANIAN Seaports-Bandar. **Global Security**, 2022. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/iran/bandar.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JAMES, Lawrence. **The Rise and Fall of the British Empire**. Abacus, 1997.

JUNEAU, Thomas. How War in Yemen Transformed the Iran-Houthi Partnership. **Studies in Conflict & Terrorism**, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2021.1954353>. Acesso em: 20 mar. 2022.

JÚNIOR, Edson José Neves. **A Modernização Militar da Índia: as virtudes do modelo híbrido**. Orientador: José Miguel Quedi Martins. 2015. 361 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143479/000993388.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

KARSH, Efraim. **The Iran-Iraq War 1980-1988**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

KATZMAN, Kenneth; MCINNIS, Kathleen; THOMAS, Clayton. **U.S.-Iran Conflict and Implications for U.S. Policy**. Washington: Congressional Research Service, 2020.

KATZMAN, Kenneth. **Iran's Activities and Influence in Iraq**. Washington: Congressional Research Service, 2009.

KATZMAN, Kenneth. **The Warriors Of Islam: Iran's Revolutionary Guard**. Oxford: Westview Press, 1993.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KERR, Paul K. **Iran's Nuclear Program: Status**. Congressional Research Service, 2009.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington, D.C.: CSBA – Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. Disponível em: <<https://csbaonline.org/research/publications/a2ad-anti-access-area-denial/publication/1>>

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change**. Moscow: People's Friendship University of Russia, 2015.

KOZAK, Christopher. “**An Army In All Corners**”: Assad’s Campaign Strategy in Syria. Washington: Institute for the Study of War, 2015 (Middle East Security Report 26).

LACEY, James; MURRAY, Williamson. **As Batalhas Mais Decisivas da História**: os vinte confrontos militares mais influentes de todos os tempos. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

LANGER, William L. **European alliances and alignments, 1871-1890**. New York : Alfred A. Knopf, 1950.

LAWRENCE, Thomas Edward. **Seven Pillars of Wisdom**: A Triumph (1922 “Oxford” text). Blacksburg: Wilder Press, 2011.

LEMAY, Curtis; SMITH, Dale. **USA em Perigo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970.

LEVY, Avigdor. Military reform and the problem of centralization in the Ottoman empire in the eighteenth century. **Middle Eastern Studies**, v. 18, n. 3, p. 227-249, 1982.

LUDENDORFF, Erich. **A Guerra Total**. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito, 1941.

LUTSKY, Vladimir. **Modern History of the Arab Countries**. Moscow: Progress Publishers, 1969.

MARSOT, Afaf Lutfi Al-Sayyid. **Egypt in the reign of Muhammad Ali**. New York: Cambridge University Press, 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional**. Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik. 2008. 327 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências

Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14405/000650087.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MEARSHEIMER, John J. Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe. **International Security**, v. 7, n. 1, p. 3-39, 1982.

MOOR, Major R. C. Unconventional Warfare - An Overview. **Australian Defence Force Journal**, n. 136, p. 43-49, mai/jun 1999.

MOTAMEDI, Maziar. Iran, Venezuela to sign 20-year cooperation accord. **Al Jazeera**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/18/leaders-of-iran-and-venezuela-to-sign-20-year-cooperation-accord>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein; SHAHIDSALESS, Shahir. **Iran and the United States: An Insider's View on the Failed Past and the Road to Peace**. London: Bloomsbury Publishing, 2015.

MURPHY, David. **The Arab Revolt 1916-18: Lawrence sets Arabia ablaze**. Oxford: Osprey Publishing, 2008.

NIKOU, Semira N. **Timeline of Iran's Nuclear Activities**. 17 aug. 2021. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/timeline-irans-nuclear-activities>. Acesso em: 7 mar. 2022.

ODOM, William E. **America's military revolution: strategy and structure after the Cold War**. Washington: The American University Press, 1993.

PARET, Peter. CLAUSEWITZ. In: PARET, Peter (org). **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PARKER, Geoffrey. **A Evolução da Arte da Guerra: A ascensão do ocidente 1500-1800**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

PATON, A. A. **A History of the Egyptian Revolution**: from the period of the Mamelukes to the death of Mohammed Ali. London: Trübner & Co, 1870.

PATRIKAKAROS, David. **Nuclear Iran**: The Birth of an Atomic State. Londres: I.B. Tauris & Co Ltd., 2012.

PECK, Michael. Overstretched: The U.S. Air Force is Doing Too Much With Far Too Little. **The National Interest**, 27 ago. 2021. Disponível em:  
<https://nationalinterest.org/blog/reboot/overstretched-us-air-force-doing-too-much-far-too-little-192677>. Acesso em: 7 mar. 2022.

PERRY, James. **Arrogant Armies**: Great Military Disasters and the Generals Behind Them. Edison: Castle Books, 2005.

PETIT, Brian. Social Media and UW. **U.S. Army Jonh F. Kennedy Special Warfare Center and School**, 1 abr. 2012. Disponível em:  
<https://www.soc.mil/swcs/swmag/archive/SW2502/SW2502SocialMediaAndUW.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PFIFFNER, James P. US Blunders in Iraq: De-Baathification and Disbanding the Army. **Intelligence and National Security**, v. 25, n. 1, p. 76-85, 2010.

POLLACK, Kenneth M. et al. **Which Path to Persia?:** Options for a new Strategy toward Iran. Washington: Brookings, 2009.

POPPELWELL, Richard. 'Lacking intelligence': Some reflections on recent approaches to British counter-insurgency, 1900-1960. **Intelligence and National Security**, v. 10, n. 2, p. 336-352, abr. 1995.



PRESS, Daryl G. Press. The Myth of Air Power in the Persian Gulf War and the Future of Warfare. **International Security**, v. 26, n. 2, p. 5-44, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3092121>. Acesso 20 Abr. 2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of the Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer 1988.

RAAS, Whitney; LONG, Austin. Osirak Redux? Assessing Israeli Capabilities to Destroy Iranian Nuclear Facilities. **International Security**, v. 31, n. 4, p. 7-33, 2007.

RIO GRÁFICA. **Guerra na Paz**. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1984.

ROBINSON, Arthur. The Conquest of the Sudan by the Wali of Egypt, Muhammad Ali Pasha, 1820-1824. **Journal of the African Society**, v. 25, n. 97, p. 47-58, 1925.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. **O Ensaio como Tese**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RUMSFELD, Donald. Transformando as Forças Armadas. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 12-21. set./out./nov. 2002.

SANTAMARIA, Carlos; WINKLEMAN, Ari. The Graphic Truth: 50 years os US inflation vs interest rates. **Gzero**, 14 oct. 2021. Disponível em: <https://www.gzeromedia.com/the-graphic-truth-50-years-of-us-inflation-vs-interest-rates>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SCHROEDER, Paul W. **The Transformation of European Politics, 1763-1848**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

SHERLOCK, Ruth. Iran boosts support to Syria. **The Telegraph**, 21 fev. 2014. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iran/10654144/Iran-boosts-support-to-Syria.html>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SHY, John. JOMINI. In: PARET, Peter (org). **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

SIGLER, Jackson. Engaging the Middle East: Napoleon's Invasion of Egypt. **History: Reviews of New Books**, v. 38, n. 2, p. 40-44, 2010.

SILINSKY, Mark D. Iran's Islamic Revolutionary Guard Corps: Its Foreign Policy and Foreign Legion. **Marine Corps University Press**, p. 1-34, 2019.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2003, vol.46, n.1, p. 39-65.

SLOAN, Stephen. **Beating International Terrorism: An Action Strategy for Preemption and Punishment**. Alabama: Air University Press, 1986.

SIRRIYEH, Elizabeth. Wahhabis, Unbelievers and the Problems of Exclusivism. **British Society for Middle Eastern Studies**, v. 16, n. 2, p. 123-132, 1989.

SPIERS, Edward. **The Victorian soldier in Africa**. Nova York: Manchester University Press, 2004.

STAPLETON, Timothy J. Mahdist War (1881-1899). In: MARTEL, Gordon. **The Encyclopedia of War**. 1ª edição. Blackwell Publishing, 2012.

TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. **A Experiência Militar Israelense e a Doutrina da Batalha Aeroterrestre**. Orientador: José Miguel Quedi Martins. 2015. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140598/000988875.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. **A Guerra do Iraque e a Transformação Militar nos Estados Unidos da América**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/193014/001088803.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

UN nuclear watchdog sets up 'Iran Task Force'. **The Jerusalem Post**. 29 ago. 2012. Disponível em: <https://www.jpost.com/Iranian-Threat/News/UN-nuclear-watchdog-sets-up-Iran-Task-Force>. Acesso em: 7 mar. 2022.

VAN EVERA, Stephen. **Guía para estudantes de ciencia política: métodos y recursos**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Guerra Fria: O Desafio Socialista à Ordem Americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VOLKMAN, Ernest. **A História da Espionagem: O mundo clandestino da vigilância, espionagem e inteligência, desde os tempos antigos até o mundo pós- 9/11**. São Paulo: Editora Escala, 2013.

VON HIPPEL, Karin. **Democracia pela força**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

WALT, Stephen M. **The Hell of Good Intentions: America's Foreign Policy Elite and the Decline of U.S. Primacy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WASTNIDGE, Edward. Iran and Syria: An Enduring Axis. **Middle East Policy**, v. 24, n. 2, p. 148-159, 2017.

WEMER, David A. Soleimani killing threatens to break open US-Iranian conflict. **Atlantic Council**, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/soleimani-killing-threatens-to-break-open-us-iranian-conflict/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

WHITE, Jeffrey; MAKOVSKY, David. **Lessons and Implications of the Israel-Hizballah War: A Preliminary Assessment**. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 2006.

WINEFELD, James A; NIBLACK, Preston; JOHNSON, Dana J. **A League of Airmen: U.S Air Power in the Gulf War**. Santa Monica: RAND Corporation, 1994.

WOLFOWITZ, Paul. **Defense Planning Guidance FY 1994-99**. Washington DC: Department of Defense of the United States, 1992.

ZARGAR, Moosa; ARAGHIZADEH, Hassan; SOROUSH, Mohammed Reza; KHAJI, Ali. Iranian casualties during the eight years of Iraq-Iran conflict. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n. 6, p. 1065-1066, 2007.